Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 8

Jean-Jacques Rousseau

Carta a Christophe de Beaumont

1762

Tradução
José Oscar de Almeida Marques
Departamento de Filosofia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
UNICAMP

Abril de 2004

CLÁSSICOS DA FILOSOFIA: CADERNOS DE TRADUÇÃO N. 7
IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações

ISSN: 1676-7047

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Diretora Associada: Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:
Coordenação Geral:
Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli
Coordenação da Revista Idéias:
Prof. Dr. Marcelo Ridenti
Coordenação da Coleção Idéias:
Prof. Dr. Pedro Paulo Funari
Coordenação da Coleção Trajetórias:
Prof. Dr. Armando Boito Jr.
Coordenação das Coleções Seriadas:
Prof. Dr. Lucas Angioni
Coordenação da Monografia, Cadernos da Graduação e Cadernos do IFCH:
Profa. Dra. Maria Suely Kofes

Representantes dos Departamentos:
Profª Dra. Maria Suely Kofes – DA, Prof. Dr. Armando Boito Jr. – DCP, Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari – DH, Prof. Dr. Lucas Angioni – DF e Prof. Dr. Marcelo Ridenti – DS.
Representantes dos funcionários do setor: Marilza A. Silva, Magali Mendes e Sebastião Rovaris
Representante discente: Nádia Cristina Nogueira (pós-graduação) e Rafael Rodrigues Testa (graduação)

Setor de Publicações:
Marilza A. da Silva, Magalí Mendes e Hilda Sigala Pereira.

Gráfica:
Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

Endereço para correspondência:
IFCH/UNICAMP - SETOR DE PUBLICAÇÕES
Caixa Postal: 6110
CEP: 13083-970 - Campinas - SP
Tel. (019) 3788.1604 / 1603 - Fax: (019) 3788.1589

morewa@unicamp.br - http://www.ifch.unicamp.br/pub

SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

ÍNDICE

Apresentação..... 5
José Oscar de Almeida Marques

Carta a Christophe de Beaumont 9
José Oscar de Almeida Marques

Apêndice
Carta Pastoral 97
Ana Luiza Silva Camarini

APRESENTAÇÃO

José Oscar de Almeida Marques

Em 9 de junho de 1762 o Parlamento de Paris condenou às chamas o recém-publicado *Emílio, ou da educação*, de Jean-Jacques Rousseau, decretando ao mesmo tempo a prisão de seu autor. Avisado com antecedência por seus protetores, Rousseau fugiu na madrugada anterior de sua casa em Montmorency, nos arredores de Paris, cruzando, na estrada para La Barre, com os oficiais de justiça enviados para aprisioná-lo, que, diplomaticamente, não o interceptaram.

O acordo tácito que provavelmente se estabeleceu exigia apenas que Rousseau abandonasse a França, mas a escolha de um refúgio seguro mostrou-se uma tarefa espinhosa. As autoridades de Genebra, sua cidade natal, haviam igualmente queimado cerimonialmente não apenas o *Emílio* mas também o *Contrato social*, e decidido secretamente aprisionar o autor caso tivesse a temeridade de aparecer por lá. Sua estadia em Yverdon, em casa de amigos, foi rapidamente interrompida por uma decisão do senado de Berna expulsando-o de seus territórios. Foi no vizinho principado de Neuchâtel, então sob domínio de Frederico II da Prússia, que Rousseau encontrou, por fim, um asilo precário pelos próximos três anos.

Como a autoridade secular havia sido célere na condenação ao *Emílio* por motivos religiosos, a própria autoridade eclesiástica não poderia deixar por menos, e foi assim que, em agosto de 1762, Sua Graça Christophe de

Beaumont, Arcebispo de Paris, deu a público seu *Mandement*[1] pelo qual se condenava e proibia a leitura e a posse

> de um livro que tem como título: *Emílio, ou da educação* [...] como contendo uma doutrina abominável, própria a derrubar a lei natural e a destruir os fundamentos da religião cristã; estabelecendo máximas contrárias à moral evangélica; tendendo a perturbar a paz dos Estados, a revoltar os súditos contra a autoridade de seu soberano; contendo um grande número de proposições respectivamente falsas, escandalosas, plenas de ódio contra a Igreja e seus ministros, transgressoras do respeito devido à santa Escritura e à tradição da Igreja, errôneas, ímpias, blasfematórias e heréticas.

Assim, instalado em uma casa rústica, cedida por amigos, na aldeia de Môtiers, e finalmente reunido a sua companheira Thérèse Levasseur, Rousseau foi forçado a retomar a pena, produzindo febrilmente, no curto espaço de dois meses, sua resposta a Beaumont. Como no caso de outras famosas cartas de sua lavra, a exemplo da *Carta a Voltaire* e das *Cartas morais*[2], Rousseau trabalhou tendo em vista uma publicação, e seu objetivo não foi justificar-se privadamente perante a autoridade do Arcebispo ou fazê-lo mudar de opinião, mas apresentar uma defesa pública e desmoralizar, por meio de uma escrita penetrante e ferina, a retórica de seus perseguidores.

As circunstâncias em que se encontrava, proscrito e perseguido em três Estados e forçado a aceitar a benemerência de Frederico II, por quem não tinha simpatia, são sem dúvida a fonte da amargura com que Rousseau contempla e descreve, na *Carta* suas vicissitudes dos últimos meses. De autor famoso e requisitado, que pretendia encerrar sua carreira literária e viver, de forma modesta mas confortável, dos rendimentos de seus livros, Rousseau viu-se transformado em pária social e perseguido político apenas em função

[1] O texto integral do *Mandement*, ou Carta Pastoral, de Christophe de Beaumont está reproduzido ao final deste volume, em tradução de Ana Luiza Camarani.
[2] A *Carta a Voltaire* sobre a Providência e as *Cartas morais*, escritas (mas nunca enviadas) a Sophie d'Houdetot, acham-se traduzidas e publicadas em *Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução* nº 2 (IFCH/UNICAMP - Agosto de 2002).

de suas idéias. Ou – como ele reflete – dado que essas suas idéias já eram conhecidas desde a publicação da *Nova Heloísa* e haviam sido expressas por tantos outros autores sem despertar tamanha hostilidade, ele se põe igualmente a suspeitar de uma conspiração jansenista, que descreverá mais detalhadamente nas *Confissões.*

Obviamente a *Carta a Beaumont* – enquanto texto de ocasião e com objetivo nitidamente polêmico – não trata as questões religiosas com a profundidade e o detalhe que caracterizam o texto muito mais sistemático e refletido da *Profissão de fé do Vigário da Sabóia*, incluído no Livro IV do *Emílio.* Além disso, não é seu objetivo justificar ou defender suas idéias (ele não poderia fazê-lo de forma mais convincente que o Vigário...). Não há propriamente debate filosófico com Beaumont, por quem Rousseau demonstra pouco respeito intelectual e cujos ensaios de interpretação do *Emílio* são tratados como algaravia de colegial relapso. O que o interessa é defender e redimir sua própria pessoa, seu caráter e sua sinceridade religiosa, que haviam sido, em sua opinião, atacadas por Beaumont de forma ainda mais perversa que suas teorias. É principalmente a dimensão *ad hominem* do ataque de Beaumont que ele se sente compelido a rebater.

Para isso, entretanto, ele deve mobilizar suas obras – como iria fazer posteriormente em sua defesa de Jean Jacques nos *Diálogos.* O autor de livros tão edificantes não poderia ser, ele mesmo, uma má pessoa. E aqui reside o grande mérito do presente texto: ele é o primeiro dos muitos olhares retrospectivos que Rousseau lançaria sobre sua produção literária passada, o precursor dos grandes comentários filosóficos/autobiográficos característicos de sua fase tardia. O episódio de sua fuga noturna de Montmorency, deixando para trás um mundo que lhe transmitia uma relativa segurança e no qual podia ter um certo controle sobre seus planos, constitui efetivamente uma cisão brutal entre duas fases de sua vida: cessam a partir daí as expectativas e só há lugar para a apologética, o depoimento, e a *recherche du temps perdu.*

A leitura da *Carta a Beaumont* é, assim, preciosa por nos informar sobre a atitude de Rousseau em relação a seu próprio trabalho teórico, parti-

cularmente quanto a suas reflexões sobre a religião. Premido pelas novas circunstâncias a avaliar criticamente sua produção, a identificar o que nela haveria de importante e permanente, Rousseau faz, em várias passagens, uma exposição das linhas gerais e dos objetivos de seu projeto intelectual e moral que é de grande utilidade, se não mesmo indispensável, para o estudioso de seu pensamento. É, porém, a reflexão pessoal sobre sua própria religiosidade, posta em dúvida por Beaumont, que o leva a expressar-se em termos mais explícitos e ousados que em qualquer outra parte sobre candentes questões da doutrina cristã, como a criação, a revelação, os milagres e o pecado original, e a procurar uma conciliação entre sua fé religiosa e suas concepções mais mundanas sobre o papel da razão e dos sentimentos naturais na condução da vida individual e no projeto de recomposição de uma sociabilidade humana voltada para os valores públicos mais fundamentais.

*

A presente tradução foi feita a partir do texto estabelecido por Henri Gouhier e publicados no volume IV das *Oeuvres complètes de Jean-Jacques Rousseau*, Bibliothèque de la Pléiade, 1969 (p. 925-1007). Com exceção de alguns excertos traduzidos por Luiz Roberto Salinas Fortes[3], a *Carta a Beaumont* é inédita em língua portuguesa.

[3] SALINAS FORTES, L. R. *Rousseau. O bom selvagem* (ed. Milton Meira Nascimento). FTD, 1997.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

CARTA A CHRISTOPHE DE BEAUMONT

Tradução de
José Oscar de Almeida Marques

Carta a Christophe de Beaumont
(1762)

Jean-Jacques ROUSSEAU
CIDADÃO DE GENEBRA

A Christophe de BEAUMONT
ARCEBISPO DE PARIS, DUQUE DE ST. CLOUD, PAR DA FRANÇA, COMENDADOR DA ORDEM DO ESPÍRITO SANTO, PROVEDOR DA SORBONNE, ETC.

Da veniam si quid liberius dixi, non ad contumeliam tuam, sed ad defensionem meam. Præsumpsi enim de gravitate et prudentia tua, quia potes considerare quantam mihi respondendi necessitatem imposueris.
Aug., *Epis.* 238 *ad Pascent.*[1]

Por que, Senhor Arcebispo, devo ter algo a dizer-lher? Que língua comum podemos falar, como podemos nos entender, e que temos um com o outro?

[1] [*Perdoa-me se me expresso francamente, não para ofender-te, mas em minha defesa. Conto com tua seriedade e sabedoria, pois podes considerar a necessidade de responder-te que me impuseste.* Nesta tradução, as notas ou porções de notas entre colchetes são do tradutor, as demais são de Rousseau.]

Devo, no entanto, responder-lhe; é o senhor mesmo que me força a fazê-lo. Se tivesse atacado apenas meu livro, eu lhe deixaria a última palavra, mas o senhor ataca também minha pessoa; e quanto maior sua autoridade entre os homens, menos me é permitido calar quando o senhor quer desonrar-me.

Ao dar início a esta carta, não posso evitar refletir sobre as peculiaridades de meu destino, algumas das quais não estão presentes no de mais ninguém.

Nasci com algum talento; assim o público julgou. Não obstante, passei minha juventude em uma feliz obscuridade, da qual não procurei emergir. Se o tivesse tentado, seria já peculiar que não tenha tido sucesso enquanto ardia em mim a juventude, e que o tenha alcançado em demasia a seguir, quando esse ardor começava a extinguir-se. Aproximava-me dos quarenta anos e, em lugar de riquezas que sempre desprezei, e de um renome que me custou tão caro, tinha a tranqüilidade e os amigos, os dois únicos bens que meu coração desejava. Uma miserável questão de academia, agitando involuntariamente meu espírito, lançou-me em uma carreira para a qual eu não tinha sido feito; um sucesso inesperado mostrou-me ali atrativos que me seduziram. Multidões de adversários atacaram-me sem me entender, com uma estupidez que me irritou, e com um orgulho que talvez tenha inspirado algum em mim. Defendi-me, e, de disputa em disputa, vi-me envolvido na carreira quase sem ter consciência do que fazia. Descobri-me, por assim dizer, convertido em Autor à idade em que se deixa de sê-lo, e em homem de letras por meu próprio desdém por essa condição. Desde então gozo de algum renome público, mas a tranqüilidade e os amigos desapareceram. Que males não sofri antes de encontrar uma posição mais estável e ligações mais felizes. Tive de engolir meus sofrimentos; uma pequena reputação teve de tomar o lugar de todo o resto. Isso pode ser uma compensação para aqueles que estão sempre longe de si mesmos, mas jamais foi uma para mim.

Tivesse eu por um só momento confiado em um bem tão frívolo, quão prontamente não me teria desiludido! Que perpétua inconstância não en-

contrei nos julgamentos a meu respeito. Achava-me muito distante do público, e como este só me julgava segundo os caprichos e interesses dos que o conduziam, dificilmente viam-me com os mesmos olhos por dois dias seguidos. Eu era ora um salafrário, ora um anjo de luz. Em um mesmo ano vi-me elogiado, celebrado, requisitado até mesmo na Corte; a seguir, insultado, ameaçado, odiado, amaldiçoado. À noite aguardavam o momento de assassinar-me nas ruas, de manhã anunciavam-me uma ordem de prisão. O bem e o mal fluíam quase da mesma fonte; tudo provinha de futilidades.

Escrevi sobre diversos assuntos, mas sempre segundo os mesmos princípios: sempre a mesma moral, a mesma crença, as mesmas máximas, e, se se quiser, as mesmas opiniões. Juízos contraditórios, no entanto, foram feitos sobre meus livros, ou, antes, sobre o autor de meus livros, porque fui julgado pelos assuntos de que tratei muito mais do que por meus sentimentos. Após meu primeiro *Discurso*, eu fui um homem de paradoxos, que brincava de provar coisas em que não acreditava. Após minha *Carta sobre a música francesa*, fui o inimigo declarado da nação, pouco faltando para que me tratassem como subversivo – dir-se-ia que o destino da Monarquia estava ligado à glória da Ópera. Após meu *Discurso sobre a desigualdade*, fui ateu e misantropo; após a *Carta a d'Alembert*, fui o defensor da moral cristã; após a *Heloísa*, fui terno e meloso; hoje sou um ímpio; logo mais, quem sabe, serei um devoto.

Assim vai flutuando o tolo público a meu respeito, sabendo tão pouco por que agora me odeia quanto sabia por que me amava anteriormente. Quanto a mim, permaneci sempre o mesmo, mais ardente que esclarecido em minhas pesquisas, mas sincero em tudo, até contra mim mesmo; simples e bom, embora sensível e frágil, fazendo freqüentemente o mal e sempre amando o bem; ligado pela amizade, jamais pelas coisas, e apegando-me mais a meus sentimentos que a meus interesses; não exigindo nada dos homens e não querendo depender deles, cedendo tão pouco a seus preconceitos quanto a suas vontades e mantendo a minha tão livre quanto minha razão; temendo a Deus sem ter medo do Inferno, raciocinando sobre a reli-

gião sem irreverência, não amando nem a impiedade nem o fanatismo, mas odiando os intolerantes ainda mais que os livre-pensadores; não querendo ocultar a ninguém minha maneira de pensar, sem disfarce, sem artifício em coisa alguma, relatando minhas faltas a meus amigos e meus sentimentos a todo mundo, e ,ao público, as verdades a seu respeito, pouco me preocupando se o irritava ou agradava. Esses são meus crimes, e essas são minhas virtudes.

Fatigado, enfim, de um vapor inebriante que infla sem saciar, exasperado pela balbúrdia dos ociosos sobrecarregados de seu tempo e pródigos com o meu, suspirando por um repouso tão caro a meu coração quanto necessário para meus males, havia deposto a pluma com alegria. Contente por tê-la empunhado apenas em benefício de meus semelhantes, não lhes pedi como prêmio de minha dedicação senão que me deixassem morrer em paz em meu retiro, e que não me fizessem mal. Estava enganado: oficiais de justiça vieram informar-me disso, e foi na época em que eu esperava que cessariam as penas de minha vida que se iniciaram as minhas maiores infelicidades. Já há nisso tudo algumas peculiaridades, mas ainda é apenas o começo. Peço-lhe perdão, Senhor Arcebispo, por abusar de sua paciência, mas antes de iniciar as discussões que devo ter com Vossa Graça, é preciso falar de minha presente situação, e das causas que a ela me reduziram.

Um genebrino faz imprimir um livro na Holanda, e, por um decreto do Parlamento de Paris, esse livro é queimado sem respeito pelo soberano cuja autorização ele ostentava. Um protestante propõe, em um país protestante, objeções contra a Igreja Romana, e o Parlamento de Paris decreta sua prisão. Um republicano faz, em uma república, objeções contra o Estado monárquico, e o Parlamento de Paris decreta sua prisão. O Parlamento de Paris deve ter estranhas idéias sobre sua jurisdição, e se acreditar o legítimo juiz de todo gênero humano.

Esse mesmo Parlamento, sempre tão cuidadoso quanto à ordem de seus procedimentos ao lidar com um francês, negligencia todos eles tão logo se trate de um pobre estrangeiro. Sem saber se esse estrangeiro é realmente o

autor do livro que leva seu nome, se ele o reconhece como seu, se foi ele que mandou imprimi-lo; sem consideração por sua triste situação, sem piedade pelos males de que sofre, começam decretando sua prisão. Eles o teriam arrancado de seu leito para arrastá-lo às mesmas prisões onde apodrecem os celerados; teriam-no feito queimar, talvez mesmo sem uma audiência, pois quem pode afirmar que teriam seguido procedimentos mais regulares após um início tão violento, do qual dificilmente se encontraria outro exemplo, mesmo em países da Inquisição? Assim, é apenas no meu caso que um tribunal tão sábio esquece sua sabedoria; é apenas contra mim – que acreditava ser ali amado – que esse povo, que se jacta de sua brandura, reveste-se da mais estranha barbárie; é assim que retribui a preferência que lhes dei sobre tantos outros lugares em que poderia asilar-me ao mesmo custo! Não sei como isso se concilia com o direito internacional, mas sei muito bem que, com tais procedimentos, a liberdade de cada homem, e talvez sua vida, está à mercê do primeiro tipógrafo.

O cidadão de Genebra nada deve a magistrados injustos e incompetentes que, com base em um acusação caluniosa, não o intimam, mas decretam sua prisão. Se não foi intimado a comparecer, não está obrigado a fazê-lo. Contra ele emprega-se apenas a força, e ele se evade. Sacode a poeira de suas sandálias e abandona essa terra hospitaleira onde se apressa a oprimir o fraco e onde se põe a ferros o estrangeiro antes de ouvi-lo, antes de saber se o ato de que o acusam é punível, antes de saber se ele o cometeu.

Ele abandona, suspirando, sua amada solidão. Ele só tem um bem, mas muito precioso: os amigos; ele os abandona. Enfermo, suporta uma longa viagem; chega, e crê poder respirar em uma terra de liberdade. Aproxima-se de sua pátria, dessa pátria de que tanto se orgulhou, que tanto amou e honrou; a esperança de lá ser acolhido o consola de suas desgraças... Que posso dizer? Meu coração se confrange, minha mão treme, a pena tomba; é preciso calar-me e não imitar o crime de Cam.[2] Que me seja permitido engolir em silêncio a mais amarga de minhas dores!

[2] [Cam foi amaldiçoado por seu pai, Noé, por tê-lo visto embriagado e nu. *Gênese*, IX: 20-25.]

E por que tudo isso? Não pergunto por qual razão, mas sob qual pretexto? Ousam acusar-me de impiedade, sem considerar que o livro onde se busca encontrá-la está nas mãos de todo mundo! O que não dariam para poder suprimir esta prova documental e dizer que ela contém tudo o que alegam nela encontrar! Mas por mais que façam, esse livro permanecerá, e, ao procurar os crimes atribuídos ao autor, a posteridade não verá, mesmo em seus erros, mais que os enganos de um amigo da virtude.

Evitarei falar de meus contemporâneos; não quero prejudicar ninguém. Mas o ateu Espinosa ensinou pacificamente sua doutrina, não enfrentou obstáculos para publicar seus livros, e estes foram vendidos publicamente. Veio à França e foi bem recebido; todos os Estados lhe estavam abertos; por toda parte encontrou proteção ou, ao menos, segurança. Príncipes o honraram e ofereceram-lhe cátedras. Ele viveu e morreu tranqüilamente, e mesmo bem considerado. Hoje, no célebre século da filosofia, da razão, da humanidade, por haver proposto com circunspecção, e mesmo com respeito e por amor ao gênero humano, algumas dúvidas fundadas na própria glória do Ser supremo, o defensor da causa de Deus, difamado, proscrito, perseguido de Estado em Estado, de asilo em asilo, sem consideração por sua indigência, sem piedade por suas enfermidades, com uma obstinação jamais dirigida contra nenhum malfeitor, e que seria bárbara mesmo contra um homem de boa saúde, tem negados água e abrigo em quase toda a Europa; é caçado no interior dos bosques, e faz-se necessária toda a firmeza de um protetor ilustre, e toda a bondade de um Príncipe esclarecido para deixá-lo em paz no seio das montanhas. Ele teria passado o resto de sua desventurada vida a ferros, teria talvez perecido nos suplícios se, durante a primeira vertigem que acometesse os governos, viesse a encontrar-se à mercê dos que o perseguiam.

Tendo escapado dos carrascos, ele cai nas mãos dos padres, mas não é isso que considero espantoso, e sim que um homem virtuoso, de alma tão nobre quanto o nascimento, um ilustre Arcebispo, que deveria reprimir essa baixeza, em vez disso a autorize. Ele, que deveria compadecer-se dos opri-

midos, não se envergonha de oprimir um deles no auge de suas desgraças. Ele, um Prelado católico, lança uma Carta Pastoral contra um autor protestante e assoma a seu púlpito para examinar, como juiz, a particular doutrina de um herético. E embora condene indistintamente qualquer um que não seja de sua Igreja, sem permitir ao acusado errar à sua maneira, no caso deste homem prescreve-lhe, por assim dizer, o caminho pelo qual deve ir ao Inferno. De imediato, o resto de sua clerezia se empenha, se desvela, se obstina em torno de um inimigo que ela crê abatido. Pequenos e grandes, todos se juntam, e o mais tolo e pretensioso dá-se ares de competente; não há um único imbecil de colarinho, um único raquítico auxiliar de paróquia que, enfrentando prazerosamente aquele contra quem se juntaram seu Senado e seu Bispo, não aspire à glória de aplicar-lhe o derradeiro pontapé.

Tudo isso, Senhor Arcebispo, produz uma coincidência da qual sou o único exemplo, e isso não é tudo... Esta é, talvez, uma das situações mais difíceis de minha vida, uma daquelas em que a vingança e o amor-próprio são mais fáceis de satisfazer e menos permitem ao homem justo agir com moderação. Dez linhas me bastariam para cobrir meus perseguidores de um ridículo indelével. Ah, se o público soubesse duas anedotas sem que eu as contasse! Se conhecesse os que planejaram minha ruína, e o que fizeram para pôr o plano em prática! Por quais desprezíveis insetos e por quais meios tenebrosos veria as potências sendo mobilizadas! Que fermento veria agitar-se por essa podridão, fazendo o Parlamento borbulhar! Por que causa ridícula veria os Estados da Europa se aliarem contra o filho de um relojoeiro! Ah, como eu me regozijaria com sua surpresa, se pudesse evitar ser eu mesmo o instrumento dela!

Até aqui minha pena, audaciosa ao dizer a verdade, mas inocente de toda sátira, jamais comprometeu quem quer que seja, e sempre respeitou a honra dos outros, mesmo ao defender a minha própria. Poderia eu, ao depô-la, sujá-la com a maledicência e tingi-la com a baixeza de meus inimigos? Não! Deixemo-lhes a vantagem de desferir seus golpes nas trevas. De minha parte, desejo defender-me abertamente, e mesmo então, apenas me

defender. Para isso, basta aquilo que já é conhecido do público, ou que pode ser conhecido sem que ninguém seja prejudicado.

Uma coisa espantosa, dentre as que me permito relatar, é ver o intrépido Christophe de Beaumont, um homem incapaz de dobrar-se diante de qualquer poder e de condescender com os jansenistas, tornar-se inadvertidamente seu satélite e instrumento de sua hostilidade; ver seu mais inconciliável inimigo arruinar-me por ter me recusado a abraçar seu partido, por não ter querido empunhar a pluma contra os jesuítas, pelos quais não tenho afeto, mas de quem não tenho queixas, e vejo sendo perseguidos. Que o Senhor Arcebispo se digne a lançar os olhos sobre o sexto volume da primeira edição da *Nova Heloísa*, e encontrará, na nota da página 138[3], a verdadeira origem de todos os meus males. Eu havia predito nessa nota (pois eu também me ponho às vezes a predizer) que, assim que os jansenistas se tornassem os senhores, eles seriam mais intolerantes e mais duros que seus inimigos. Não sabia, na ocasião, que minha própria história confirmaria tão bem minha predição. O fio dessa trama não seria difícil de seguir para quem saiba como meu livro foi denunciado. Mais não posso falar, sob pena de falar em demasia, mas posso ao menos informá-lo por quais pessoas o senhor foi conduzido sem suspeitar.

Poderia alguém acreditar que, se meu livro não tivesse sido denunciado no Parlamento, ainda assim o Senhor Arcebispo o teria atacado? Outros poderão crer nisso ou dizê-lo, mas o senhor, cuja consciência é incapaz de tolerar uma mentira, o senhor não o diria. Meu *Discurso sobre a desigualdade* percorreu sua diocese, e o senhor não publicou uma Carta Pastoral; minha *Carta a d'Alembert* percorreu sua diocese e o senhor não publicou uma Carta Pastoral; a *Nova Heloísa* percorreu sua diocese, e o senhor não publicou uma Carta Pastoral. E, no entanto, todos estes livros, que o senhor certamente leu, dado que os julgou, estão imbuídos das mesmas máximas; as mesmas maneiras de pensar não estão neles mais disfarçadas; se o assun-

[3] [Parte VI, Carta VII, *OC* ii 685].

to não lhes permitiu alcançar o mesmo desenvolvimento, elas ganham em força o que perdem em extensão, e a profissão de fé do autor está expressa neles com menos reservas que a do Vigário Saboiano. Por que, então, o senhor nada disse na ocasião? Seu rebanho, Senhor Arcebispo, era-lhe menos caro? Liam-me menos? Apreciavam menos meus livros? Estavam menos expostos ao erro? Não, mas na época não havia jesuítas sendo proscritos, os traidores ainda não me haviam enredado em suas armadilhas, a nota fatal ainda não era conhecida, e, quando isso ocorreu, o público já havia dado sua aprovação ao livro, e era tarde para fazer um escândalo. Preferiu-se esperar, aguardar a ocasião propícia, vigiá-la, apoderar-se e tirar proveito dela com o furor próprio dos fanáticos. Falava-se apenas de cadeias e da fogueira; meu livro era o sinal de alarme da anarquia e a trombeta do ateísmo; o autor, um monstro que devia ser sufocado; causava espanto que se tivessem deixado viver por tanto tempo. Em meio a esse clamor universal, o senhor teve vergonha de permanecer em silêncio, e preferiu cometer um ato de crueldade a ser acusado de falta de zelo, e servir seus próprios inimigos a suportar suas censuras. Admita, Senhor Arcebispo, que é esse o verdadeiro motivo de sua Carta Pastoral; e tudo isso me parece um conjunto de circunstâncias suficientemente singular para que se classifique meu destino como bizarro.

Já há muito tempo que as conveniências de Estado substituíram a justiça. Sei que há circunstâncias lamentáveis que forçam um homem público a atacar a contragosto um bom cidadão. Aquele que, em meio aos furiosos, pretende ser moderado, expõe-se à fúria deles; e compreendo que em turbilhão semelhante a este de que sou vítima, seja preciso uivar com os lobos ou arriscar-se a ser devorado por eles. Não me queixo, portanto, de que o senhor tenha escrito uma Carta Pastoral contra meu livro, mas queixo-me de que a tenha escrito contra minha pessoa, de forma tão desonesta quanto falaciosa. Queixo-me de que, ao autorizar por suas próprias palavras aquilo que me repreende de ter posto na boca do inspirado[4], o senhor me cobre de

[4] [Cf. à frente, p. XXX.]

injúrias que, sem prejudicar minha causa, atacam minha honra ou, antes, a sua. Queixo-me de que, despreocupadamente, sem razão, sem necessidade, sem respeito nem ao menos por meus infortúnios, o senhor me tenha insultado com um tom tão pouco digno de seu caráter. Que ato, com efeito, cometi contra o senhor, de quem sempre falei com tanta estima; cuja inquebrantável firmeza tantas vezes admirei (embora deplorando, é verdade, o uso que seus preconceitos faziam dela); cuja conduta e virtude sempre respeitei e ainda respeito hoje, embora o senhor me tenha difamado?

É assim que se sai de dificuldades quando se quer disputar e não se tem razão. Incapaz de responder a minhas objeções, o senhor as tratou como crimes; maltratando-me, o senhor acreditou aviltar-me, e nisso se enganou: sem debilitar minhas razões, o senhor levou corações generosos a se interessarem pelas minhas desgraças, e fez as pessoas sensatas acreditarem que não se pode ter julgado bem um livro quando se julgou tão mal seu autor.

Senhor Arcebispo, o senhor não foi nem humano nem generoso para comigo; e não apenas poderia ter sido sem poupar-me nenhuma das coisas que disse contra minha obra, mas elas se tornariam com isso ainda mais efetivas. Admito também que não tinha o direito de exigir-lhe essas virtudes, nem razões para esperá-las de um homem da Igreja. Vejamos se o senhor foi ao menos eqüitativo e justo, pois esse é um dever estrito imposto a todos os homens, e os próprios santos não estão dispensados dele.

O senhor tem dois objetivos em vossa Carta Pastoral: o de censurar meu livro e o de desacreditar minha pessoa. Acreditarei ter dado uma boa resposta se puder provar que o senhor raciocinou mal em todas as passagens que pretendiam refutar-me, e que me caluniou em todas que pretendiam insultar-me. Mas quando se avança apenas tendo provas à mão, quando se é forçado pela importância do assunto e pela qualidade do adversário a caminhar lentamente e seguir passo a passo todas as censuras, páginas são necessárias para dar conta de cada palavra; e enquanto uma breve sátira diverte, uma longa defesa só pode entediar. No entanto, é preciso que eu me defenda ou que permaneça acusado por suas mais falsas imputações.

Vou defender-me, portanto, mas defenderei antes minha honra que meu livro. Não é a profissão de fé do Vigário Saboiano que estou examinando, mas a Carta Pastoral do Arcebispo de Paris, e é apenas o mal que ele imputa ao editor que me força a falar da obra. Dou a mim o que me é devido, porque o devo, mas sem ignorar que é muito triste a situação de termos de nos queixar de um homem mais poderoso que nós, e que a justificação de um inocente é sempre uma leitura muito enfadonha.

O princípio fundamental de toda a moral, sobre o qual refleti em todos meus escritos, e que desenvolvi neste último com toda clareza de que era capaz, é que o homem é um ser naturalmente bom, que ama a justiça e a ordem; que não há nenhuma perversidade originária no coração humano, e que os primeiros impulsos da natureza são sempre corretos. Mostrei que a única paixão que nasce com o homem, a saber, o amor de si, é uma paixão em si mesma indiferente quanto ao bem e ao mal; que ela só se torna boa ou má por acidente e segundo as circunstâncias em que se desenvolve. Mostrei que todos os vícios que se imputam ao coração humano não lhe são em absoluto naturais; fiz ver a maneira como nascem e, por assim dizer, segui sua genealogia, mostrando como, por uma contínua deterioração de sua bondade originária, os homens se tornam, enfim, o que são.

Expliquei ainda o que entendia por essa bondade originária, que não parece se deduzir da indiferença quanto ao bem e ao mal própria do amor de si. O homem não é um ser simples; ele se compõe de duas substâncias. Se nem todos concordam com isso, o senhor e eu concordamos, e eu procurei demonstrá-lo a outros. Uma vez isso provado, o amor de si não é mais uma paixão simples, mas tem dois princípios, a saber, o ser inteligente e o ser sensível, cujo bem-estar não é o mesmo. O apetite dos sentidos conduz ao bem-estar do corpo, e o amor pela ordem, ao da alma. Este último amor, uma vez desenvolvido e tornado ativo, toma o nome de consciência; mas a consciência só se desenvolve e age em conjunto com as luzes do homem. É só graças a essas luzes que ele atinge um conhecimento da ordem, e é só quando a conhece que sua consciência o leva a amá-la. A consciência, por-

tanto, não existe no homem que ainda nada comparou e que não percebe suas relações. Nesse estágio, o homem conhece apenas a si mesmo; não vê seu bem-estar como estando em oposição ou em conformidade ao de mais ninguém. Ele não odeia nem ama nada; limitado unicamente ao instinto físico, ele é nulo, é estúpido – foi isso o que mostrei em meu *Discurso sobre a desigualdade.*

Quando, por um desenvolvimento cujo progresso descrevi, os homens começam a lançar os olhos sobre seus semelhantes, começam também a perceber suas relações e as relações entre as coisas, a apreender as idéias de adequação, de justiça e de ordem. A beleza moral começa a tornar-se sensível para ele e a consciência age. Eles adquirem então virtudes, e se adquirem também vícios é porque seus interesses conflitam e sua ambição se desperta à medida que suas luzes se ampliam. Mas desde que haja menos oposição de interesses que convergência de luzes, os homens permanecem essencialmente bons. Esse é o segundo estágio.

Quando todos os agitados interesses particulares finalmente se chocam, quando o amor de si posto em fermentação se torna amor-próprio, quando a opinião, tornando o universo inteiro necessário para cada homem, torna-os todos inimigos natos uns dos outros e faz com que nenhum consiga encontrar seu bem a não ser no mal de outrem, então a consciência, mais débil que as paixões exaltadas, é sufocada por elas, e não persiste na boca dos homens exceto como uma palavra feita para se enganarem mutuamente. Cada qual finge então querer sacrificar seus interesses aos interesses do público, e estão todos mentindo. Ninguém deseja o bem público, a não ser quando este concorda com o seu, e assim esse acordo constitui o objetivo do genuíno político, que busca fazer os povos felizes e bons. Mas aqui começo a falar uma língua estrangeira, tão pouco conhecida dos leitores quanto do senhor mesmo.

Esse, Senhor Arcebispo, é o terceiro e último estágio, após o qual nada resta a fazer; e é assim que, mesmo sendo o homem bom, os homens acabaram por tornar-se maus. Meu livro está dedicado à busca de como se deve-

ria agir para impedi-los de terminar dessa forma. Não afirmei que na situação atual tal coisa fosse absolutamente possível; mas afirmei – e o afirmo ainda – que não há outros meios de ser bem-sucedido diferentes dos que eu propus.

Sobre isso o senhor diz que meu plano de educação[5], *longe de estar de acordo com o cristianismo, não é sequer apropriado para produzir cidadãos ou homens*; e vossa única prova é confrontar-me com o pecado original. Senhor Arcebispo, não há outro meio de se libertar do pecado original e de seus efeitos que o batismo. Do que decorreria, segundo o senhor, que somente os cristãos teriam sido cidadãos ou homens. Ou negue essa conseqüência, ou reconheça que o senhor foi muito longe em sua prova.

O Senhor Arcebispo recolhe de tão alto suas provas que me força também a ir longe em busca de minhas respostas. Para começar, essa doutrina do pecado original, sujeita a tão terríveis dificuldades, está longe, em minha opinião, de estar contida nas Escrituras de forma tão clara e tão rígida como o orador Agostinho e nossos teólogos pretenderam construí-la. E como conceber que Deus tenha criado tantas almas inocentes e puras expressamente para reuni-las a corpos culpados, para fazê-las contrair a corrupção moral, e para condená-las todas ao Inferno, sem outro crime que essa união que é sua própria obra? Não direi se esse seu sistema esclarece (como o senhor se gaba) o mistério do coração humano, mas vejo que ele obscurece muito a justiça e a bondade do Ser supremo. Se o senhor suprime uma objeção, é apenas para substituí-la por outras cem vezes mais fortes.

Mas, no fundo, em que essa doutrina afeta o autor do *Emílio*? Por mais que tenha acreditado que seu livro era útil ao gênero humano, é aos cristãos que ele o destinou, é a homens lavados do pecado original e de seus efeitos, pelo menos quanto à alma, pelo sacramento estabelecido para esse fim. De acordo com essa mesma doutrina, todos nós recuperamos a inocência primitiva em nossa infância; todos saímos da cerimônia do batismo de coração

[5] *Carta Pastoral*, §III [A *Carta Pastoral* de Christophe de Beaumont encontra-se reproduzida no final deste volume].

tão puro quanto Adão saiu das mãos de Deus. O senhor dirá que adquirimos novas máculas; mas, se começamos nos libertando delas, como foi possível contraí-las novamente? Não é porventura o sangue de Cristo suficientemente forte para apagar completamente a mancha, ou seria esta antes um efeito da corrupção natural de nossa carne, como se Deus – mesmo independentemente do pecado original – tivesse nos criado corrompidos, expressamente para ter o prazer de nos punir? O senhor atribui ao pecado original os vícios de pessoas que o senhor admite terem sido liberadas do pecado original; e a seguir me censura por ter dado uma outra origem a esses vícios. É justo transformar em crime o fato de não ter raciocinado tão mal quanto o senhor?

Poder-se-ia, é claro, responder-me que esses efeitos que atribuo ao batismo[6] não se manifestam por nenhum sinal exterior, e que não se observa que os cristãos estejam menos inclinados ao mal que os infiéis, ao passo que, segundo minha proposta, a malícia inata do pecado deveria se destacar nestes últimos por diferenças perceptíveis. Com o auxílio da moral evangélica, em adição ao batismo, todos os cristãos, prossegue a resposta, deveriam ser anjos, e os infiéis, além de sua corrupção original, entregando-se a seus cultos errôneos, deveriam ser demônios. Concebo que pode ser embaraçoso insistir nessa dificuldade, pois que resposta dar àqueles que me fizessem ver que, relativamente ao gênero humano, o efeito da redenção, obtida a tão alto custo, reduz-se a quase nada?

Mas, Senhor Arcebispo, além de não acreditar que a boa teologia esteja desprovida de expedientes para sair dessa dificuldade, mesmo que eu concordasse que o batismo não remedia a corrupção de nossa natureza, ainda

[6] Se se disser, com o Dr. Thomas Burnet, que a corrupção e a mortalidade da raça humana, em conseqüência do pecado de Adão, foram um efeito natural do fruto proibido; que esse alimento continha sucos venenosos que desarranjaram toda a economia animal, excitaram as paixões, debilitaram o entendimento, e espalharam por toda parte os princípios do vício e da morte seria preciso então convir que, como a natureza do remédio deve relacionar-se à do mal, o batismo deveria agir fisicamente sobre o corpo do homem, devolver-lhe a constituição que possuía no estado de inocência e, se não a imortalidade que dele dependia, pelo menos todos os efeitos morais da economia animal restabelecida.

assim seu raciocínio não se teria tornado mais sólido. O senhor diz que somos pecadores por causa do pecado de nosso primeiro pai, mas por que nosso primeiro pai, ele próprio, teria sido pecador? Por que a mesma razão pela qual o senhor explicaria seu pecado não se aplicaria igualmente a seus descendentes sem pecado original, e por que seria necessário imputar a Deus uma injustiça tornando-nos pecadores e passíveis de punição pelo vício de nosso nascimento, ao passo que nosso primeiro pai foi pecador e punido como nós mesmo sem esse vício? O pecado original explica tudo exceto seu próprio princípio, e é esse princípio que é preciso explicar.

O senhor propõe que, com meu princípio[7], *perde-se de vista aquele raio de luz que nos faz conhecer o mistério de nosso próprio coração*; e não vê que esse princípio, bem mais universal, esclarece até mesmo o erro do primeiro homem[8], que o seu deixa na obscuridade. O senhor consegue ver

---

[7] *Carta Pastoral*, §III.

[8] Resistir a uma proibição inútil e arbitrária é uma inclinação natural, mas que, longe de ser viciosa em si mesma, está de acordo com a ordem das coisas e a boa constituição do homem; dado que ele seria incapaz de se conservar se não tivesse um amor muito forte por si mesmo e pela preservação de todos seus direitos, tal como os recebeu da natureza. Alguém que pudesse fazer tudo só quereria o que lhe fosse útil, mas um ser fraco, cujo poder é adicionalmente restrito e limitado pela lei, perde uma parte de si mesmo e reclama em seu coração aquilo que lhe foi tomado. Acusá-lo de um crime por isso seria acusar de crime o fato de ele ser ele mesmo e não um outro, seria querer simultaneamente que ele fosse e não fosse. Assim, a ordem infringida por Adão parece-me menos uma verdadeira proibição que um conselho paternal; é uma advertência para se abster de um fruto pernicioso que produz a morte. Esta idéia seguramente é mais consistente com a idéia que se deve ter da bondade de Deus, e mesmo com o texto do Gênese, que aquela que os doutores se comprazem de nos prescrever; pois, quanto à ameaça da dupla morte, já se mostrou que essa expressão *morte morieris* [Gen., II, v. 17] não tem a ênfase que lhe atribuem, e não passa de um hebraísmo empregado em outras passagens em que essa ênfase não se aplica.

Há, além disso, um motivo tão natural de indulgência e de comiseração na astúcia do tentador e na sedução da mulher que, considerado em todas as suas circunstâncias, o pecado de Adão só pode ser considerado uma falta das mais leves. No entanto, segundo eles, que terrível punição. É mesmo impossível conceber uma mais terrível, pois qual castigo poderia suportar Adão pelos maiores crimes que o de ser condenado, ele e toda sua raça, à morte neste mundo e a passar a eternidade no outro devorado pelo fogo do Inferno? É esta a pena imposta pelo Deus de misericórdia a um pobre infeliz por se ter deixado enganar? Ah, como odeio essa desanimadora doutrina de nossos implacáveis

apenas o homem nas mãos do diabo, mas eu vejo como ele tombou entre elas. Para o senhor, a causa do mal é a natureza corrompida, mas essa própria corrupção é um mal cuja causa deve ser procurada. O homem foi criado bom; penso que quanto a isso ambos concordamos. Mas o senhor diz que ele é mau simplesmente porque foi anteriormente mau, enquanto eu mostro como ele ficou mau. Quem de nós, em sua opinião, remonta melhor ao princípio?

No entanto, o senhor continua a exultar à vontade, como se me tivesse abatido. Apresenta-me como uma insolúvel objeção [9] *esta impressionante mistura de grandeza e mesquinharia, de paixão pela verdade e gosto pelo erro, de inclinação para a virtude e tendência para o vício* que se encontra em nós. *Espantoso contraste*, o senhor acrescenta, *que desconcerta a filosofia pagã e a faz divagar em vãs especulações!*

Mas a teoria do homem não é uma vã especulação quando se funda na natureza, progride apoiada nos fatos por meio de deduções bem encadeadas, e, conduzindo-nos à fonte das paixões, ensina-nos a regular seu curso. Quando o senhor denomina "filosofia pagã" a profissão de fé do Vigário Saboiano, sou incapaz de responder a essa acusação, pois não consigo absolutamente compreendê-la[10], mas julgo divertido que o senhor utilize quase os mesmos termos do Vigário[11] para dizer que ele não explica aquilo que de fato explicou muito melhor.

Permita-me, Senhor Arcebispo, que coloque mais uma vez sob seus olhos a conclusão que o senhor retira de uma objeção tão bem discutida, e, em seguida, toda a tirada que a ela se refere.

---

teólogos! Se por um momento eu estivesse inclinado a admiti-la, é exatamente nesse momento que acreditaria estar blasfemando.

[9] *Carta Pastoral*, §III.

[10] A menos que se refira à acusação que o Sr. de Beaumont me dirige a seguir, de ter admitido vários deuses.

[11] *Emile* IV [*OC* iv 583].

O homem se sente arrastado por uma inclinação funesta, e como poderia resistir a ela se sua infância não estivesse dirigida por mestres plenos de virtude, de sabedoria, de vigilância, e se, durante todo o curso de sua vida, não fizesse ele próprio vigorosos e contínuos esforços, sob a proteção e com as graças de seu Deus?[12]

Vale dizer: *Vemos que os homens são maus, embora incessantemente tiranizados desde sua infância; portanto, se não fossem assim tiranizados desde essa época, como se conseguiria torná-los sábios, já que, mesmo tiranizando-os sem cessar, é impossível torná-los tais?*

Nossos raciocínios sobre a educação poderão tornar-se mais claros aplicando-os a um outro assunto. Suponhamos, Senhor Arcebispo, que alguém fizesse este discurso aos homens:

"Vós vos atormentais demasiadamente em busca de governos eqüitativos e da promulgação de boas leis. Vou primeiramente provar-vos que são seus próprios governos que produzem os males que pretendeis remediar por meio deles. Provarei, além disso, que não é possível que chegueis a ter nem boas leis, nem governos eqüitativos, e vou mostrar-vos a seguir os verdadeiros meios de evitar, sem governo e sem leis, todos esses males de que vos queixais."

Suponhamos que depois disso ele explicasse seu sistema e propusesse seus pretendidos meios. Não vou discutir se esse sistema seria sólido e se esses meios seriam praticáveis. Se não o fossem, provavelmente apenas se contentaria em aprisionar o autor junto com os loucos, e com isso fazer-lhe justiça. Mas se infelizmente o fossem, seria muito pior, e o Senhor Arcebispo perceberá, ou outros perceberão pelo senhor, que não haveria carrascos e instrumentos de tortura suficientes para punir o infortunado por ter tido razão. Mas não é disso que se trata aqui.

Qualquer que tenha sido a sorte desse homem, é certo que um dilúvio de escritos iria precipitar-se sobre o que ele escreveu. Não haveria um único

[12] *Carta Pastoral*, §III.

escrevinhador que, para cortejar os poderosos, e orgulhoso de ser publicado sob permissão real, não viesse lançar sobre ele sua brochura e suas injúrias, e jactar-se de haver reduzido ao silêncio alguém que não teria se dignado a responder ou que teria sido impedido de falar. Mas ainda não é disso que se trata.

Suponhamos, finalmente, que um homem grave, com interesse no assunto, acreditasse dever fazer também como os outros, e, em meio a muitas invectivas e insultos, resolvesse falar desta forma: *Que dizeis, infeliz! Quereis aniquilar os governos e as leis? Mesmo sendo os governos e as leis o único freio do vício, e contendo-o com grande dificuldade? Que sucederia, ó Deus, se não os tivéssemos mais? Vós nos retirais os cadafalsos e as rodas; pretendeis estabelecer a pilhagem pública. Sois um homem abominável.*

Se aquele pobre homem ousasse falar, diria sem dúvida:

"Excelentíssimo senhor, vossa excelência faz uma petição de princípio. Não digo que não é preciso reprimir o vício, mas que é preferível impedi-lo de nascer. Desejo suprir a insuficiência das leis, e o senhor me contesta com a insuficiência das leis. O senhor me acusa de estabelecer os abusos porque em lugar de remediá-los prefiro que sejam prevenidos. Quê? Se existisse um meio de viver sempre com saúde, seria preciso proibi-lo para que os médicos não se tornassem dispensáveis? Vossa Excelência quer ver cadafalsos e rodas para sempre, e eu desejaria não ver mais malfeitores. Com todo o respeito que lhe devo, não acredito que eu seja um homem abominável"

Ai, meus caríssimos irmãos, apesar dos princípios da educação mais sã e virtuosa, apesar das mais magníficas promessas da religião e das mais terríveis ameaças, os desatinos da juventude são ainda demasiado freqüentes, demasiado difundidos. Provei que essa educação, que vós chamais a mais sã, era de fato a mais insensata, que essa educação, que vós chamais a mais virtuosa, produzia nas crianças todos os seus vícios. Provei que toda a glória do Paraíso as tentava menos que um torrão de açúcar, e que elas temiam muito mais entediar-se nas missas vespertinas que arder no Inferno. Provei que os desatinos da juventude dos quais as pessoas se queixam que não pos-

sam ser reprimidos por esses meios eram, de fato, produto deles. *Em quais erros, em quais excessos não se precipitaria a juventude abandonada a si mesma?* A juventude jamais se extravia por conta própria; todos seus erros decorrem de ser mal conduzida. Os companheiros e as amantes concluem aquilo que os padres e preceptores haviam começado; eu o provei. *É uma torrente que transborda apesar dos poderosos diques que a ela se opõem. Que sucederia, então, se nenhum obstáculo detivesse seu fluxo e quebrasse sua força?* Eu poderia dizer: *é uma corrente que derruba seus diques impotentes e tudo destrói. Alargue seu leito e deixe-a correr livre de obstáculos; ela não mais fará nenhum mal.* Mas envergonha-me empregar em um assunto tão sério estas imagens escolares, que cada uma aplica a seu bel-prazer e que não provam nada nem em um sentido nem em outro.

Além disso, embora, como diz o senhor, os desatinos da juventude sejam ainda demasiado freqüentes, demasiado difundidos, por causa da inclinação do homem para o mal, parece, levando-se tudo em conta, que o senhor não está tão descontente com a juventude, que se compraz o bastante com a educação sã e virtuosa que lhe ministram atualmente vossos mestres cheios de virtudes, sabedoria e vigilância, de tal modo que, como diz, ela perderia muito se fosse educada de outra maneira; e que no fundo o senhor não pensa tão mal deste século – *a borra dos séculos* – como parece afirmar no início de vossa Carta Pastoral.

Admito que é supérfluo procurar novos planos de educação quando se está tão contente com o que existe, mas admita também, Senhor Arcebispo, que neste assunto o senhor não é muito exigente. Se tivesse sido igualmente flexível em matéria de doutrina, sua diocese não estaria agitada por tantas inquietações, o furacão que o senhor desencadeou não teria tombado sobre os jesuítas, e eu não teria sido esmagado por mera proximidade. O senhor teria permanecido mais tranqüilo, e eu também.

O senhor admite que, para reformar o mundo tanto quanto o permitem a fraqueza e, segundo o senhor, a corrupção de nossa natureza, bastaria observar, sob a direção e influência da graça, os primeiros lampejos de luz da

razão humana, tomá-los cuidadosamente e dirigi-los para o caminho que conduz à verdade[13]. *Com isso*, prossegue o senhor, *esses espíritos, ainda livres de preconceitos estariam sempre em guarda contra o erro, esses corações ainda livres das grandes paixões, absorveriam as impressões de todas as virtudes.* Estamos então de acordo sobre este ponto, pois eu nada disse de diferente. Não acrescentei, admito, que as crianças deveriam ser educadas pelos padres, nem mesmo pensei que isso fosse necessário para fazer delas cidadãos e homens, e esse erro, se for um erro, comum a tantos católicos, não é um crime tão grande no caso de um protestante. Não vou discutir se em seu país os próprios padres passam por tão bons cidadãos; mas como a educação da presente geração é obra deles, cabe ao senhor, de um lado, e a suas anteriores Cartas Pastorais, de outro, decidir se seu leite espiritual foi-lhes de bom proveito, se fez deles tão grandes santos, *verdadeiros adoradores de Deus*[14], e tão grandes homens, *dignos de serem o recurso e o ornamento da pátria.* Posso acrescentar uma observação que deve abalar todos os bons franceses e o senhor mesmo enquanto tal: dentre tantos reis que teve vossa nação, o melhor é o único que não foi educado pelos padres.

Mas de que importa isso, dado que eu não os excluí? Que eles eduquem a juventude se forem capazes; não me oponho a isso, e o que o senhor diz sobre isso[15] em nada se opõe a meu livro. Pretenderia o senhor que meu plano é mau só porque serve a outras pessoas além das da Igreja?

Se o homem é bom por sua natureza, como creio haver demonstrado, segue-se que ele assim permanece enquanto nada de estranho a ele o altere. E se os homens são maus, como se deram ao trabalho de me ensinar, segue-se que sua maldade chega-lhes de outro lugar; cerre-se, pois, a entrada ao vício e o coração humano será sempre bom. Com base nesse princípio, estabeleço a educação negativa como a melhor, ou antes, a única educação boa; faço ver como toda educação positiva, não importa como seja condu-

[13] *Carta Pastoral*, §II.
[14] *Carta Pastoral*, §II.
[15] *Carta Pastoral*, §II.

zida, segue um caminho oposto a seu objetivo, e mostro como se tende para o mesmo objetivo e como se chega a ele pelo caminho que tracei.

Denomino educação positiva aquela que pretende formar o espírito antes da idade, e dar à criança um conhecimento dos deveres do homem. Chamo educação negativa aquela que procura a aperfeiçoar os órgãos, instrumentos de nosso conhecimento, antes de nos dar esses próprios conhecimentos, e nos prepara para a razão pelo exercício dos sentidos. A educação negativa não é ociosa, muito ao contrário. Ela não produz virtudes, mas evita os vícios; ela não ensina a verdade, mas protege do erro. Ela prepara a criança para tudo o que pode conduzi-la à verdade, quando estiver em condições de entendê-la, e ao bem, quando estiver em condições de amá-lo.

Senhor Arcebispo, é fácil ver porque este percurso o desagrada e abala. O senhor principia caluniando as intenções daquele que o propõe. De acordo com o senhor, essa ociosidade da alma pareceu-me necessária para predispô-la aos erros que nela eu pretendia inculcar. Não é muito claro, porém, que erro alguém quereria comunicar a seu discípulo quando nada lhe ensina com mais cuidado do que perceber sua ignorância e saber que nada sabe. O senhor concorda que o juízo tem seus estágios e só se forma por graus. *Mas segue-se*[16], acrescenta o senhor, *que à idade de dez anos uma criança não conheça a diferença entre o bem e o mal, que confunda a sabedoria com a loucura, a bondade com a barbárie, a virtude com o vício?* Tudo isso se segue, com certeza, se nessa idade o juízo não estiver desenvolvido. *Quê!* prosseguiria o senhor, *ela não sentirá que obedecer a seu pai é um bem, que desobedecer-lhe é um mal?* Bem longe disso. Eu afirmo que ela sentirá, ao contrário, quando deixa os brinquedos para ir estudar sua lição, que obedecer a seu pai é um mal; e desobedecer-lhe, roubando algum fruto proibido, é um bem. Ela também sentirá, admito, que é um mal ser punida, e um bem ser recompensada; e é pelo balanço desses males e bens contraditórios que sua prudência infantil se regula Creio ter demonstrado isso mil vezes em

[16] *Carta Pastoral*, §VI.

meus dois primeiros volumes, sobretudo no diálogo entre o mestre e o discípulo acerca do que é proceder mal[17]. Mas bastam duas linhas para o senhor Arcebispo refutar meus dois volumes: *Pretender isso, caríssimos irmãos, é caluniar a natureza humana, atribuindo-lhe uma estupidez que ela não tem.* Não se poderia conceber uma refutação mais incisiva, nem formulada em menos palavras. Mas essa ignorância, que lhe agrada denominar estupidez, encontra-se regularmente em todo espírito constrangido por órgãos imperfeitos, ou que não foi cultivado; esta é uma observação fácil de realizar e perceptível por todo mundo. Atribuir essa ignorância à natureza humana não é, portanto, caluniá-la; e foi o senhor que a caluniou imputando-lhe uma malícia que ela não possui.

O senhor diz ainda[18]: *Não querer ensinar a sabedoria ao homem a não ser na época em que ele estará subjugado pelo ardor das paixões nascentes não equivale a ensiná-la com a intenção de que ele a rejeite?* Mais uma vez o senhor tem a bondade de emprestar-me uma intenção que seguramente ninguém mais encontrará em meu livro. Mostrei, primeiramente, que aquele que for educado como desejo não será dominado pelas paixões na época que o senhor menciona. Mostrei, além disso, como as lições da sabedoria podem retardar o desenvolvimento dessas mesmas paixões. São os maus efeitos de sua educação que o senhor imputa à minha, e apresenta-me a título de objeção os próprios defeitos que eu ensino a evitar. Até a adolescência, mantive afastado das paixões o coração de meu aluno; e quando elas estavam prestes a nascer atrasei-lhes ainda o progresso mediante cuidados apropriados para reprimi-las. Mais cedo, as lições de sabedoria não significam nada para a criança, que não está em condições de se interessar por elas e compreendê-las; mais tarde, elas não mais impressionam um coração já entregue às paixões. É apenas no momento que escolhi que elas lhe são úteis, seja para prepará-lo, seja para distraí-lo. Em qualquer dos casos, é igualmente importante que o jovem esteja ocupado com elas nessa época.

---

[17] *Emile* II [*OC* iv 317-18].
[18] *Carta Pastoral*, §VI

O senhor diz[19]: *Para encontrar os jovens mais dóceis em relação às lições que lhes prepara, este autor quer que eles estejam desprovidos de qualquer princípio de religião.* A razão para isso é simples: desejo que eles tenham uma religião, e não quero ensinar-lhe nada cuja verdade seu juízo não esteja em condições de perceber. Mas quanto a mim, Senhor Arcebispo, se eu dissesse: *Para encontrar os jovens mais dóceis em relação às lições que lhes são preparadas, toma-se grande cuidado em apoderar-se deles antes da idade da razão*, estaria eu raciocinando pior que o senhor, e seria esta uma opinião bem favorável ao que o senhor ensina às crianças? Em sua opinião, eu escolho a idade da razão para inculcar o erro, ao passo que o senhor se antecipa a ela para ensinar a verdade. O senhor se apressa a instruir a criança antes que ela possa discernir o verdadeiro do falso, e eu, para enganá-la, aguardo que esteja em condições de compreender essa diferença. Seria natural essa avaliação? Quem parece mais interessado em seduzir: aquele que se propõe falar apenas aos homens ou aquele que se dirige às crianças?

O senhor me censura por haver dito e mostrado que toda criança que acredita em Deus é um idólatra ou antropomorfista, e combate isso dizendo[20] que não se pode supor nenhuma dessas coisas de uma criança que tenha recebido uma educação cristã. Isto é o que está em questão, resta ver a prova. A minha é que a educação mais cristã não poderia dar à criança o entendimento que ela não tem, nem separar suas idéias das idéias materiais, acima das quais tantos homens não conseguem elevar as suas. Faço, além disso, apelo à experiência, e exorto cada leitor a consultar sua memória e a lembrar-se se, quando acreditava em Deus enquanto criança, não fazia sempre alguma imagem dele. Quando o senhor lhe diz que *a divindade não é algo que possa ser apreendido pelos sentidos*, ou seu espírito confuso nada compreende, ou entende que a divindade não é nada. Quando o senhor lhe fala de *uma inteligência infinita*, ela não sabe o que é *inteligência*, e muito menos o que é *infinita*. Mas o senhor fará que ela repita as palavras que

[19] *Carta Pastoral*, §IX
[20] *Carta Pastoral*, §VII.

quer que ela diga; o senhor a fará até mesmo acrescentar, se preciso, que as entende, pois isso não lhe custa nada, e ela preferirá dizer que as entende do que receber um ralho ou uma punição. Todos os povos antigos, sem excetuar os judeus, representaram Deus corporalmente, e quantos cristãos, sobretudo católicos, não fazem isso ainda hoje? Se suas crianças falam como homens é porque os homens são ainda crianças. É por isso que os mistérios empilhados não incomodam mais ninguém; seus termos são tão fáceis de pronunciar quanto outros. Uma das comodidades do cristianismo moderno é ter criado para si um certo jargão de palavras desprovidas de idéias, com as quais se satisfaz tudo menos a razão.

Ao examinar a inteligência que conduz ao conhecimento de Deus, descubro que não é razoável acreditar que esse conhecimento[21] seja *sempre necessário à salvação.* Cito como exemplo os insensatos, as crianças, e ponho na mesma classe os homens cujo espírito não adquiriu luzes suficientes para compreender a existência de Deus. Sobre isso o senhor diz[22]: *não nos surpreendamos que o autor de Emílio adie para um tempo tão distante o conhecimento da existência de Deus; ele não crê que esse conhecimento seja necessário à salvação.* Para tornar minha proposição mais ríspida, o senhor começa suprimindo caridosamente a palavra *sempre*, o que não somente a modifica mas lhe dá um outro sentido, pois, segundo minha frase, esse conhecimento é ordinariamente necessário à salvação, ao passo que não o seria nunca segundo a frase que o senhor me atribui. Após esta pequena falsificação, o senhor prossegue desta forma:

"É claro", *diz ele pela boca de um personagem quimérico*, "é claro que um homem que tenha chegado à velhice sem acreditar em Deus não será por essa razão privado de sua presença na outra" (o senhor omitiu a palavra *vida*) "se sua cegueira não tiver sido voluntária, e eu afirmo que ela nem sempre é voluntária."

---

[21] *Emile* IV [*OC* iv 555-56].
[22] *Carta Pastoral*, §XI.

Antes de transcrever aqui sua observação, permita-me que faça a minha. Esse alegado personagem quimérico sou eu mesmo, não o Vigário. Essa passagem, que o senhor acredita fazer parte da Profissão de Fé, não está nela, mas no próprio corpo do livro. Senhor Arcebispo, o senhor lê bem superficialmente e cita bem negligentemente os escritos que tão duramente estigmatiza; e penso que um homem em posição de censor deveria pôr um pouco mais de atenção em seus juízos. Retomo, então, vosso texto.

Observai, caríssimos irmãos, que não se trata aqui de um homem desprovido do uso de sua razão, mas apenas de alguém cuja razão não teria sido auxiliada pela instrução. Em seguida o senhor afirma[23] que *uma tal pretensão é sumamente absurda. São Paulo assegura que, entre os filósofos pagãos, muitos chegaram ao conhecimento do verdadeiro Deus somente com as forças da razão*; transcrevendo em seguida a passagem em questão.

Senhor Arcebispo, o mal é muitas vezes pequeno quando não se entende o autor que se lê, mas se torna grande ao refutá-lo, e muito grande ao difamá-lo. Ora, o senhor não entendeu a passagem de meu livro que está aqui atacando, assim como não entendeu muitas outras. O leitor julgará se a falta é minha ou do Senhor Arcebispo, assim que eu tiver posto a passagem inteira sob seus olhos.

"Nós" (os protestantes) "mantemos "que nenhuma criança que morra antes da idade da razão será privada da felicidade eterna. Os católicos crêem o mesmo de todas as crianças que tenham recebido o batismo, ainda que jamais tenham ouvido falar de Deus. Há casos, portanto, em que se pode ser salvo sem acreditar em Deus, e esses casos ocorrem sempre que o espírito humano é incapaz, como na infância ou na demência, das operações necessárias para reconhecer a Divindade. Toda a diferença que vejo aqui entre nós é que o vós pretendeis que as crianças têm essa capacidade aos sete anos, e eu não a atribuo a elas nem mesmo aos quinze. Que eu esteja certo ou errado não constitui aqui um artigo de fé, mas uma simples observação de história natural."

---

[23] *Carta Pastoral*, §XI.

"Pelo mesmo princípio, é claro que um homem que tenha chegado à velhice sem acreditar em Deus não será por isso privado de sua presença na outra vida, se sua cegueira não tiver sido voluntária, e eu afirmo que ela nem sempre é voluntária. Concordais com isso no caso dos insensatos privados por uma doença de suas faculdades mentais, mas não de sua qualidade de homens, nem, por conseguinte, do direito aos benefícios de seu criador. Por que, então, não admitir o mesmo para aqueles que, separados de toda a sociedade desde sua infância, tivessem levado uma vida absolutamente selvagem, privados das luzes que só se adquirem na convivência com os homens? Pois é demonstravelmente impossível que um tal selvagem pudesse jamais elevar suas reflexões até o conhecimento do verdadeiro Deus. A razão nos diz que um homem só pode ser punido pelas faltas decorrentes de sua vontade, e que uma ignorância intransponível não poderia lhe ser atribuída como crime. Do que segue que, diante da justiça eterna, todo homem teria acreditado caso tivesse tido as luzes necessárias, é considerado um crente, e que só os únicos incrédulos punidos serão aqueles cujo coração se fecha à verdade." *Emílio* [IV *OC* iv 555-56].

Eis aí toda a passagem, diante da qual seu erro salta à vista. Esse erro consiste em que o senhor entende, ou faz entender que, para mim, seria preciso ser instruído sobre a existência de Deus para nela acreditar. Mas o que penso é muito diferente. Digo que é preciso ter o entendimento desenvolvido e o espírito cultivado até certo ponto para estar em condições de compreender as provas da existência de Deus e, sobretudo, para encontrá-las por si mesmo sem jamais ter ouvido falar delas. Estou falando de homens bárbaros ou selvagens; o senhor me fala de filósofos. Digo que é preciso ter adquirido algum filosofia para alcançar a idéia do verdadeiro Deus; o senhor me indica São Paulo, que reconhece que alguns filósofos pagãos alcançaram a idéia do verdadeiro Deus. Digo que um homem grosseiro nem sempre está em condições de formar por si mesmo uma idéia correta da divindade; o senhor diz que os homens instruídos estão em condições de formar uma idéia correta da divindade, e com base nessa única prova, minha opinião lhe parece *sumamente absurda*. Mas como? Apenas porque um

doutor em direito deve saber as leis de seu país, seria absurdo supor que uma criança que não sabe ler possa ignorá-las?

Quando um autor não quer se repetir incessantemente, e já estabeleceu uma vez claramente sua opinião sobre um assunto, ele não está obrigado a oferecer sempre as mesmas provas ao raciocinar sobre a mesma opinião. Seus escritos se explicam, então, uns pelos outros, e os últimos, quando ele é metódico, sempre pressupõem os primeiros. Isso é o que sempre procurei fazer, e o que fiz, sobretudo nesta ocasião.

O senhor supõe, assim como os que tratam desses assuntos, que o homem traz consigo sua razão completamente formada, e que é apenas uma questão de pô-la em ação. Ora, isso não é verdadeiro, pois a razão é uma das aquisições do homem, e, de fato, uma das mais lentas. O homem aprende a ver com os olhos do espírito assim como com os olhos do corpo, mas o primeiro aprendizado é bem mais longo que o segundo, porque, como as relações entre os objetos intelectuais não são mensuráveis como a extensão, elas só se descobrem por estimativa, e nossas primeiras necessidades, nossas necessidades físicas, não tornam o exame desses objetos tão interessante para nós. Precisamos aprender a ver dois objetos ao mesmo tempo, precisamos aprender a compará-los, precisamos aprender a comparar grande número de objetos, remontar gradualmente a suas causas e segui-las em seus efeitos. Precisamos ter combinado uma infinidade de relações para adquirir as idéias de conformidade, proporção, harmonia e ordem. Um homem que, privado do auxílio de seus semelhantes e incessantemente ocupado em prover a suas necessidades, reduz-se em tudo ao simples percurso de suas próprias idéias, e faz um progresso bem lento nessa direção; ele envelhece e morre antes de ter saído da infância da razão. Pode o senhor honestamente acreditar que, dentre um milhão de homens criados dessa maneira, haja um único que chegue a pensar em Deus?

A ordem do universo, por admirável que seja, não impressiona igualmente todos os olhos. O povo dá-lhe pouca atenção, estando privado dos conhecimentos que tornam essa ordem perceptível, e não tendo aprendido a

refletir sobre aquilo que percebe. Isso não é embrutecimento nem má-vontade; é ignorância, entorpecimento do espírito. A menor meditação fatiga essas pessoas, assim como o menor trabalho braçal fatiga um estudioso. Eles ouviram falar das obras de Deus e das maravilhas da natureza, repetem as mesmas palavras sem ajuntar-lhes as mesmas idéias, e são pouco tocados por tudo que pode elevar o sábio a seu Criador. Ora, se entre nós o povo, mesmo tendo à mão tanta instrução, continua tão estúpido, como serão essas pobres pessoas abandonadas a si mesmas desde a infância e a quem jamais ninguém ensinou coisa alguma? Acreditais que um cafre ou um lapão filosofa muito sobre o funcionamento do mundo e a geração das coisas? E mesmo os cafres e lapões, vivendo em nações, possuem uma multidão de idéias recebidas e comunicadas, com ajuda das quais adquirem algumas noções grosseiras de uma divindade. Assim, eles possuem, de certo modo, um catecismo, mas o homem selvagem, errando solitário pelos bosques, não tem absolutamente nenhum. Esse homem não existe, dirá o senhor. Que seja. Mas ele pode existir como uma suposição. Existem certamente homens que jamais tiveram uma discussão filosófica em sua vida, e cujo tempo é gasto inteiramente em buscar seu alimento, devorá-lo, e dormir. Que faremos desses homens – dos esquimós, por exemplo? Faremos deles teólogos?

Minha opinião, portanto, é que o espírito do homem, sem progresso, sem instrução, sem cultura, e tal como sai das mãos da natureza, não está em condições de elevar-se por si mesmo às sublimes noções da divindade, mas que essas noções se apresentam a nós à medida que nosso espírito se cultiva; que aos olhos de todo homem que já pensou, que já refletiu, Deus se manifesta em suas obras; que ele se revela às pessoas esclarecidas no espetáculo da natureza; que quando nossos olhos se abrem, é preciso fechá-los para não vê-lo nelas; que todo filósofo ateu raciocina de má fé ou está cego por seu orgulho; mas também que um homem grosseiro e estúpido, embora simples e verdadeiro, um espírito sem erro e sem vício, pode, por uma ignorância involuntária, não ascender ao Autor de seu ser, e não conceber o que é Deus, sem que essa ignorância o torne punível por uma falta na qual seu

coração não consentiu. Este último não foi esclarecido, o primeiro recusa sê-lo; o que me parece muito diferente.

Se o senhor aplicar a essa opinião a passagem de São Paulo, verá que, em lugar de combatê-la, ela a favorece; verá que essa passagem recai apenas sobre aqueles pretensos sábios para quem *o que pode ser conhecido acerca de Deus está manifesto*, para quem *a consideração das coisas que foram feitas desde a criação do mundo tornou visível o que é invisível em Deus*, mas que, *não o tendo glorificado, não lhe tendo dado graças, perderam-se na vaidade de seu raciocínio*, e, permanecendo assim indesculpáveis, *ao se dizerem sábios, tornaram-se tolos*[24]. Como a razão pela qual o apóstolo censura os filósofos por não terem glorificado o verdadeiro Deus não se aplica à minha suposição, ela dá apoio a uma indução que está toda em meu favor; ela confirma o que eu mesmo disse, que todo[25] *filósofo que não crê está errado, porque usa mal a razão que cultivou e porque está em condição de entender as verdades que rejeita*; ela mostra, finalmente, por essa própria passagem, que o senhor não me entendeu, e que quando me acusa de ter dito o que eu não disse nem pensei, a saber, que as pessoas só crêem em Deus com base na autoridade de outros[26], o senhor está tão errado que, ao contrário, eu apenas distingui os casos em que podemos conhecer a Deus por nós mesmos e os caso em que isso só se consegue com o auxílio de outrem.

Além disso, ainda que o senhor tivesse razão nessa crítica, ainda que houvesse refutado solidamente minha opinião, isso não bastaria para concluir que ela fosse sumamente absurda, como o senhor pretendeu qualificá-la: pode-se estar errado sem cair na extravagância, e nem todo erro é um absurdo. Meu respeito pelo senhor torna-me menos pródigo de epítetos, e não será minha falta se o leitor escolher aplicá-los.

---

[24] [Romanos, I: 19-22.]

[25] *Emile* IV [*OC* iv 555].

[26] O Senhor de Beaumont não diz isso nesses próprios termos, mas esse é o único sentido razoável que se pode dar a seu texto, apoiado na passagem de São Paulo; e não posso responder senão ao que entendo. (Ver sua *Carta Pastoral*, §XI.)

Sempre com a disposição de censurar sem entender, o senhor passa de uma imputação grave e falsa a outra que o é ainda mais, e, após haver-me injustamente acusado de negar a evidência da divindade, acusa-me ainda mais injustamente de ter posto em dúvida sua unicidade. O senhor vai além: o senhor se dá o trabalho de discutir esse assunto, contrariamente ao seu procedimento habitual, e o único lugar de sua Carta Pastoral em que o senhor está correto é onde refuta uma extravagância que não afirmei.

Aqui está passagem que o senhor ataca, ou melhor, a passagem em que o senhor cita a minha, pois é preciso que o leitor me veja em vossas mãos:

"Sei"[27] *faz dizer o suposto personagem que lhe serve de porta-voz,* "sei que o mundo é governado por uma vontade poderosa e sábia; vejo-o, ou, antes, sinto-o; e é importante que o saiba; mas é este mundo eterno ou criado? Há um princípio único das coisas? Há dois ou mais, e qual é a sua natureza? Não sei nada sobre isso, e que me importa?...[28] Renuncio a questões ociosas que podem inquietar meu amor próprio, mas que são inúteis para minha conduta e superiores a minha razão."

Observo de passagem que esta é a segunda vez em que o senhor qualifica o padre saboiano de personagem quimérico ou suposto. Diga-me como sabe disso, eu lhe peço. Eu afirmei o que eu sabia, e o senhor nega o que não sabe; qual de nós dois é o temerário? Sabe-se, admito, que há poucos padres que acreditam em Deus, mas ainda não se provou que não haja nenhum. Retorno a seu texto.

Que pretende dizer, então, esse temerário autor[29]*?... A unidade de Deus lhe parece uma questão ociosa e superior a sua razão, como se a multiplicidade de Deuses não fosse o maior dos absurdos.* "A pluralidade de Deuses," *diz energicamente Tertuliano,* "é uma anulação de Deus". *Admitir um*

---

[27] *Carta Pastoral*, §XIII.

[28] Estas reticências indicam uma lacuna de três linhas que atenuam a passagem e que M. de Beaumont não quis transcrever. Ver *Emílio* [IV *OC* iv 580-81. Eis as linhas que faltam: "Que me importa? à medida que esses conhecimentos se tornarem necessários para mim, esforçar-me-ei para adquiri-los; até lá renuncio... etc.].

[29] *Carta Pastoral*, §XIII.

Deus é admitir um Ser supremo e independente, ao qual todos os outros seres são subordinados[30]. *Ele implica, portanto, que haveria vários Deuses.*

Mas quem está dizendo que há vários Deuses? Ah Senhor Arcebispo, bem que o senhor desejaria que eu tivesse dito semelhantes loucuras. O senhor certamente não teria tido o trabalho de redigir contra mim uma Carta Pastoral.

Não sei nem por que nem como existe aquilo que existe, e muitos outros que se vangloriam de dizer que sabem, não sabem mais que eu. Mas vejo que há apenas uma primeira causa motriz, porque tudo concorre perceptivelmente para os mesmos fins. Reconheço, portanto, uma vontade única e suprema que tudo dirige, e um poder único e supremo que tudo executa. Atribuo esse poder e essa vontade ao mesmo Ser, por causa de seu perfeito acordo, que se concebe melhor em um que em dois, e porque não se deve multiplicar os seres sem uma razão. Pois o próprio mal que vemos não é um mal absoluto, e, longe de combater diretamente o bem, atua em concordância com ele para a harmonia universal.

Mas aquilo em razão de que as coisas existem distingue-se muito nitidamente em duas idéias, a saber, a coisa que faz e a coisa que é feita; essas duas idéias não se reúnem no mesmo ser sem algum esforço do entendimento, e mal se pode conceber uma coisa que age sem supor uma outra sobre a qual ela age. Além disso, é certo que temos a idéia de duas substâncias distintas; a saber, o espírito e a matéria, aquilo que pensa e aquilo que possui extensão; e essas duas idéias se concebem muito bem uma sem a outra.

Há, portanto, duas maneiras de conceber a origem das coisas, a saber, ou a partir de duas diferentes causas, uma viva e outra morta, uma motriz e outra movida, uma ativa e a outra passiva, uma eficiente e a outra instrumental; ou a partir de uma causa única, que tira de si mesma tudo o que

[30] Tertuliano emprega aqui um sofisma muito familiar aos Padres da Igreja. Ele define a palavra *Deus* seguindo os cristãos e depois acusa os pagãos de contradição, porque, ao contrário de sua definição, eles admitem vários Deuses. Não vale a pena imputar-me um erro que não cometi apenas para citar, tão pouco a propósito, um sofisma de Tertuliano.

existe e tudo o que é feito. Nenhuma dessas duas opiniões, debatidas há tantos séculos pelos metafísicos, tornou-se com isso mais plausível à razão humana, e se a existência eterna e necessária da matéria apresenta dificuldades para nós, sua criação tem outras tantas, pois tantos homens e filósofos, que em todas as épocas meditaram sobre este assunto, rejeitaram todos unanimemente a possibilidade de criação, exceto talvez um número muito pequeno que parecem ter sinceramente submetido sua razão à autoridade; uma sinceridade que os motivos de seu interesse, segurança e tranqüilidade tornam altamente suspeita, e da qual será sempre impossível estar seguro, enquanto houver algum risco em dizer a verdade.

Supondo-se que haja um princípio eterno e único das coisas, esse princípio, sendo simples em sua essência, não estará composto de matéria e espírito, mas será somente matéria ou somente espírito. Pelas razões deduzidas pelo Vigário, não se poderia conceber que esse princípio fosse matéria; e, se for espírito, não se poderia conceber que a matéria tenha recebido dele seu ser; pois, para isso, seria preciso conceber a criação; ora, a idéia de criação, ou seja, a idéia pela qual se concebe que por um simples ato de vontade o nada se torna alguma coisa, é, de todas as idéias que não são claramente contraditórias, a menos compreensível à mente humana.

Constrangido dos dois lados por essas dificuldades, o bom padre permanece indeciso, não se deixando atormentar por uma dúvida puramente especulativa que em nada influi sobre seus deveres neste mundo; pois, afinal, que me importa explicar a origem dos seres, desde que eu saiba como eles subsistem, qual lugar devo ocupar entre eles, e em virtude de que essa obrigação me é imposta?

Mas supor dois princípios[31] das coisas – uma suposição, entretanto, que o Vigário não faz –, não significa por si só supor dois Deuses, a menos que,

[31] Aquele que só conhece duas substâncias tampouco pode imaginar mais que dois princípios, e o termo *ou mais* acrescentado na passagem citada funciona ali apenas como uma espécie de expletivo, servindo no máximo para fazer entender que importa tão pouco conhecer o número desses princípios quanto sua natureza.

como os maniqueus, suponha-se também que ambos esses princípios sejam ativos, doutrina absolutamente contrária à do Vigário, que, de forma muito precisa, admite apenas uma inteligência primeira, um único princípio ativo, e, por conseguinte, um só Deus.

Estou pronto a admitir que, como a criação do mundo está claramente enunciada em nossas traduções do Gênese, rejeitá-la taxativamente, seria, sob esse aspecto, rejeitar a autoridade, se não dos livros sagrados, ao menos das traduções que nos são oferecidas, e isso também mantém o Vigário em uma dúvida que ele não teria, talvez, sem essa autoridade. Pois, de resto, a coexistência de dois princípios[32] parece explicar melhor a constituição do universo e aplainar as dificuldades que, sem ela, são difíceis de resolver, como, entre outras, a da origem do mal. Além disso, seria preciso entender perfeitamente o hebraico, e, até mesmo, ter sido contemporâneo de Moisés, para saber com certeza qual sentido ele deu à palavra que é traduzida como *criou*. Esse termo é demasiado filosófico para ter tido em sua origem a acepção conhecida e popular que lhe damos hoje, sob a autoridade de nossos Doutores. Essa acepção pode ter se modificado e enganado até mesmo os Setenta, já imbuídos das questões da filosofia grega. Nada mais comum que palavras cujo sentido muda com o tempo, fazendo atribuir aos autores antigos que delas se serviram idéias que eles absolutamente não tiveram.[33] É muito duvidoso que a palavra grega tenha tido o sentido que pretendemos

[32] É bom observar que essa questão da eternidade da matéria, que inquieta fortemente nossos teólogos, inquietou muito pouco os Padres da Igreja, que estavam menos afastados das opiniões de Platão. Sem falar de Justino mártir, de Orígenes e de outros, Clemente de Alexandria toma tanto partido pela afirmativa em suas *Hipotiposes*, que Fócio pretende, por isso, que esse livro é uma falsificação. Mas a mesma opinião aparece ainda nos *Stromates*, em que Clemente relata a opinião de Heráclito sem desaprová-la. Esse Padre, no Livro V, esforça-se, é verdade, por estabelecer um único princípio, mas isso é porque ele recusa esse nome à matéria, mesmo admitindo sua eternidade.

[33] [Em uma edição publicada em 1782 na Inglaterra ocorre neste ponto a seguinte passagem: "A palavra hebraica que foi traduzida por *criar, fazer qualquer coisa a partir do nada*, significa *fazer, produzir alguma coisa com magnificência*. Rivet chega a pretender que nem essa palavra hebraica *bara*, nem a palavra grega que lhe corresponde, nem mesmo a palavra latina *creare* podem ser restritas à significação particular de *produzir alguma coisa a partir do nada*".]

lhe dar, e é bastante certo que a palavra latina não tem o mesmo sentido, dado que Lucrécio, que nega formalmente a possibilidade de qualquer criação, não deixa de empregar freqüentemente o mesmo termo para exprimir a formação do universo e de suas partes. Enfim, o Sr. de Beausobre provou[34] que a noção de criação não existe na antiga teologia judaica, e o senhor é bastante instruído, Senhor Arcebispo, para ignorar que muitos homens, cheios de profundo respeito por nossos livros sagrados, não reconheceram, entretanto, na narrativa de Moisés, a criação absoluta do universo. Assim, o Vigário – que não está forçado pelo despotismo dos teólogos – pode muito bem, sem deixar de ser ortodoxo, ter dúvidas sobre se há dois princípios eternos das coisas ou se há apenas um. Esse é um debate puramente gramatical ou filosófico, no qual a Revelação em nada participa.

Seja como for, não é isso que está em questão entre nós, e, sem sustentar as opiniões do Vigário, minha única tarefa aqui é mostrar os erros que o senhor cometeu.

Ora, o senhor erra ao afirmar que a unidade de Deus me parece uma questão ociosa e superior à razão, pois, no escrito que censurais, essa unidade é estabelecida e sustentada pelo raciocínio. E o senhor erra ao apoiar-se em um trecho de Tertuliano para concluir contra mim que ele implica que há muitos Deuses, pois, sem precisar de Tertuliano, eu também concluo, de minha parte, que ele implica que há muitos Deuses.

O senhor erra ao qualificar-me por isso de autor temerário, pois onde não há asserção não há temeridade. Não se pode conceber que um autor seja temerário simplesmente por ser menos ousado que o senhor.

Finalmente, o senhor erra ao pensar que justificou corretamente os dogmas particulares que atribuem a Deus paixões humanas – e que, longe de esclarecer as idéias sobre o grande Ser, as confundem e aviltam –, acusando-me falsamente de confundir e aviltar eu mesmo essas idéias, de atacar diretamente a essência divina, que absolutamente não ataquei, e de colocar em dúvida sua unidade, que absolutamente não coloquei em dúvida. Se o tives-

[34] *História do Maniqueísmo*. Liv. II.

se feito, qual seria a conseqüência? Acusar não é justificar-se. Mas alguém que, como única defesa, só consegue acusar falsamente, tem bem a aparência de ser o único culpado.

A contradição pela qual o senhor me reprova na mesma passagem está tão bem fundamentada quanto a acusação anterior. *Ele não sabe*, diz o senhor, *qual é a natureza de Deus, e logo a seguir reconhece que esse Ser supremo está dotado de inteligência, de poder, de vontade e de bondade. Não é isso já ter uma idéia da natureza divina?*

Eis, Senhor Arcebispo, o que tenho a lhe responder sobre este ponto:

"Deus é inteligente, mas de que maneira? O homem é inteligente quando raciocina, e a suprema inteligência não tem necessidade de raciocinar; para ela não há nem premissas nem conclusões, não há nem mesmo proposições; ela é completamente intuitiva, ela vê igualmente tudo o que existe e tudo o que pode existir; para ela, todas as verdades são uma única idéia, assim como todos os lugares são um único ponto e todos os tempos, um só momento. O poder humano age por meio de instrumentos, o poder divino age por si mesmo; Deus pode porque ele quer, sua vontade faz seu poder. Deus é bom, nada mais evidente; mas a bondade no homem é o amor por seus semelhantes, e a bondade de Deus é o amor pela ordem, pois é pela ordem que ele mantém o que existe e une cada parte com o todo. Deus é justo, disso estou convencido, é uma conseqüência de sua bondade; a injustiça dos homens é obra deles e não de Deus; a desordem moral, que depõe contra a providência aos olhos dos filósofos, não faz senão demonstrá-la aos meus. Mas a justiça do homem é dar a cada um o que lhe pertence, e a justiça de Deus é pedir contas a cada um daquilo que lhe deu."

"Se acabo de descobrir sucessivamente esses atributos, dos quais não tenho nenhuma idéia absoluta, fiz isso por meio de deduções inevitáveis, pelo bom uso de minha razão. Mas eu os afirmo sem os compreender, e, no fundo, isso é não afirmar nada. Por mais que diga a mim mesmo, 'Deus é assim, eu o sinto, eu o demonstro', nem por isso concebo melhor como Deus pode ser assim."

"Enfim, quanto mais me esforço para contemplar sua essência infinita, menos eu a concebo, mas ela existe, e isso me basta. Quanto menos a concebo, mais a adoro. Eu me humilho e lhe digo: Ser dos seres, eu existo porque existes, pensar em ti incessantemente é remontar à minha origem. O mais digno uso de minha razão é aniquilar-se diante de ti; sentir-me esmagado por ti é o arrebatamento de meu espírito, o encanto da minha fraqueza."

Essa é minha resposta, e eu a creio definitiva. Será preciso dizer-lhe agora de onde eu a extraí? Tirei-a palavra por palavra do próprio lugar em que o senhor me acusa de contradição[35]. O senhor a emprega, como todos os meus adversários que, para me refutar, limitam-se a transcrever as objeções que levantei e suprimir minhas soluções. A resposta já está pronta; é a obra que eles refutaram.

Estamos chegando, Senhor Arcebispo, às discussões mais importantes.

Após ter atacado meu sistema e meu livro, o senhor ataca igualmente minha religião, e como o Vigário católico faz objeções contra sua Igreja, o senhor tenta fazer-me passar por inimigo da minha; como se levantar dificuldades contra uma opinião fosse o mesmo que renunciar a ela; como se todo o conhecimento humano não tivesse suas dificuldades, como se a própria Geometria não enfrentasse nenhuma, ou como se os geômetras tivessem decidido calar-se sobre elas, para não prejudicar a certeza de sua arte.

A resposta que tenho a dar-lhe de antemão é declarar, com minha franqueza ordinária, minhas opiniões em matéria de religião, tal como as professei em todos meus escritos e tal como sempre estiveram em minha boca e em meu coração. Direi, além disso, por que publiquei a profissão de fé do Vigário, e por que, apesar de tantos clamores, sempre a considerarei como o escrito melhor e mais útil no século em que o publiquei. Nem as fogueiras nem as ordens de prisão farão mudar minha linguagem; os teólogos ordenando-me a ser humilde não me farão ser falso, e os filósofos me taxando de hipocrisia não me farão professar a incredulidade. Proclamarei minha

[35] *Emile* IV [*OC* iv 593-94].

religião, porque tenho uma, e a proclamarei abertamente, porque tenho a coragem de fazê-lo e porque seria desejável, para o bem dos homens, que essa fosse a religião do gênero humano.

Sou cristão, Senhor Arcebispo, e sinceramente cristão, segundo a doutrina do Evangelho. Sou cristão não como um discípulo dos padres, mas como um discípulo de Jesus Cristo. Meu Mestre pouco discorreu sobre as sutilezas dos dogmas, e insistiu muito sobre os deveres; prescreveu menos artigos de fé que boas obras; só ordenou acreditar no que era necessário para ser bom. Quando ele resumiu a lei e os profetas, foi muito mais em atos de virtude que em fórmulas de crença[36], e ele me disse, ele próprio e por meio dos apóstolos, que aquele que ama seu irmão cumpriu a Lei[37].

De minha parte, suficientemente convencido das verdades fundamentais do cristianismo que servem de fundamento a toda boa moral; buscando, além disso, nutrir meu coração com o espírito de Evangelho sem atormentar minha razão com o que nele me parecia obscuro; persuadido, enfim, de que quem quer que ame a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo é um verdadeiro cristão, esforço-me para sê-lo, deixando de lado todas as sutilezas de doutrina, todas essas pomposas algaravias com as quais os fariseus confundem nossos deveres e ofuscam nossa fé; e, com São Paulo, pondo a própria fé abaixo da caridade[38].

Feliz por ter nascido na religião mais razoável e mais santa que há sob a Terra, permaneço indissoluvelmente ligado a esse culto de meus pais; como eles, tomo a Escritura e a razão como as únicas regras de minha crença; como eles, desafio a autoridade dos homens, e concordo em submeter-me a suas fórmulas apenas quando percebo a verdade delas; como eles, junto-me em meu coração aos verdadeiros servidores de Jesus Cristo e aos verdadeiros adoradores de Deus, para oferecer-lhe na comunhão dos fiéis as homenagens de sua Igreja. É doce e reconfortante contar-me entre seus membros,

---

[36] Mateus VII, 12.
[37] Gálatas, V. 14.
[38] I Coríntios, XIII. 2. 13.

participar do culto público que oferecem à divindade, e dizer para mim mesmo em meio a eles: estou com meus irmãos.

Pleno de reconhecimento pelo digno Pastor que, resistindo à torrente do exemplo e julgando em nome da verdade, não excluiu da Igreja um defensor da causa de Deus, conservarei por toda a minha vida uma terna lembrança de sua caridade verdadeiramente cristã. Sempre considerarei uma glória contar-me entre os de seu rebanho, e espero nunca escandalizar seus membros por minhas opiniões ou por minha conduta. Mas quando padres injustos, arrogando-se direitos que não têm, quiserem se fazer árbitros de minha crença, e vierem me dizer arrogantemente: desdizei-vos, disfarçai-vos, explicai isto, desautorizai aquilo, sua altivez não me impressionará; não me farão mentir para ser ortodoxo, nem dizer o que não penso para agradá-los. Se minha veracidade os ofende, e se quiserem excluir-me da Igreja, temerei pouco essa ameaça, cuja execução não está em seu poder. Não me impedirão de estar unido em meu coração com os fiéis, não me excluirão do rol dos eleitos se nele eu estiver inscrito. Podem privar-me das consolações desta vida, mas não da esperança na vida que deve vir em seguida, e é lá que meu desejo mais ardente e mais sincero é de ter o próprio Jesus Cristo como árbitro entre eles e mim.

Estas são, Senhor Arcebispo, minhas verdadeiras opiniões, que não prescrevo como regra a ninguém, mas declaro serem as minhas, e que permanecerão assim enquanto aprouver não aos homens, mas a Deus, o único capaz de mudar meu coração e minha razão. Pois durante todo o tempo em que eu for o que sou e pensar como penso, eu falarei como falo. Uma situação muito diferente, eu admito, de vossos cristãos em efígie, sempre prontos a acreditar no que se deve acreditar e a dizer o que se deve dizer para seu interesse ou sua tranqüilidade, e sempre seguros de serem suficientemente bons cristãos, contanto que não lhes queimem os livros e não haja ordens de prisão contra eles. Vivem como pessoas persuadidas não apenas de que se deve professar tal e tal artigo de fé, mas que basta isso para ir ao Paraíso; ao passo que eu penso que o essencial da religião está na prática, que não ape-

nas é preciso ser homem de bem, compassivo, humano, caridoso, mas que qualquer um que for verdadeiramente assim já crê o suficiente para se salvar. Confesso, de resto, que sua doutrina é mais cômoda que a minha, e custa muito menos incluir-se entre os fiéis pelas opiniões que pelas virtudes.

Se eu deveria guardar essas idéias para mim mesmo, como não cessam de me dizer, se quando ousei publicá-las e identificar-me eu teria atacado as leis e perturbado a ordem pública, é o que examinarei logo mais. Mas que me seja permitido, antes, suplicar-lhe, Senhor Arcebispo, ao senhor e a todos os que lerem este escrito, que dêem alguma fé às declarações de um amigo da verdade, e não imitem os que, sem provas, sem plausibilidade, e com o único testemunho de seu próprio coração, acusam-me de ateísmo e de irreligiosidade, contrariamente a expressões tão resolutas que nada de minha parte jamais desmentiu. Creio que não tenho muito o ar de alguém que se disfarça, e não é fácil ver que interesse eu teria em disfarçar-me dessa maneira. Seria de presumir que quem se expressa tão livremente sobre o que não crê, é sincero quanto ao que diz crer; e quando seu discurso, sua conduta e seus escritos estão sempre de acordo sobre esse ponto, quem ousar afirmar que ele mente e não for um Deus, mente fatalmente ele próprio.

Nem sempre tive a felicidade de viver só. Conheci homens de todas as espécies; vi pessoas de todas as facções, crentes de todas as seitas, livrepensadores de todos os sistemas. Vi os grandes, os pequenos, os libertinos, os filósofos. Tive amigos confiáveis, outros não tanto. Estive cercado de espiões, de homens malévolos, e o mundo está cheio de pessoas que me odeiam por causa do mal que me fizeram. Eu os conclamo todos, sejam quem forem, a declarar ao público o que sabem de minha crença em matéria de religião; se na convivência mais constante, na familiaridade mais estreita, na alegria dos repastos, nas confidências privadas, alguma vez me encontraram diferente de mim mesmo; se quando quiseram discutir ou gracejar, seus argumentos ou gracejos abalaram-me por um só momento; se me surpreenderam hesitando em minhas opiniões, se penetraram em algo do íntimo de meu coração que eu tenha escondido ao público; se em qualquer

momento que seja discerniram em mim uma sombra de falsidade ou de hipocrisia, que o digam, que revelem tudo, que me exponham. Dou meu consentimento, imploro-lhes, dispenso-os do segredo da amizade. Que digam em voz alta, não o que queriam que eu fosse, mas o que sabem que eu sou, que me julguem segundo sua consciência; confio-lhes sem temor minha honra e prometo não contestá-los.

Que aqueles que me acusam de não ter religião, pois não concebem que se possa ter uma, pelo menos ponham-se de acordo entre si, se forem capazes. Alguns encontram em meus livros apenas um sistema de ateísmo, outros dizem que dou glórias a Deus em meus livros sem acreditar nele no fundo de meu coração. Acusam meus escritos de impiedade, e minhas opiniões de hipocrisia. Mas, se eu prego em público o ateísmo, então não sou um hipócrita, e se simulo uma fé que não tenho, então não ensino a impiedade. Ao empilhar imputações contraditórias, a calúnia se revela a si própria; mas a malícia é cega, e a paixão não raciocina.

Não tenho, é verdade, essa fé da qual escuto gabarem-se tantas pessoas de integridade duvidosa; essa fé robusta que jamais duvida de nada, que crê sem embaraço em tudo o que lhe é apresentado para que creia, e que põe de lado ou dissimula as objeções que não sabe resolver. Não tenho a felicidade de enxergar na Revelação a evidência que outros nela encontram, e se decido a favor ela é porque meu coração a isso me conduz, porque tudo nela me consola, e porque rejeitá-la só traz maiores dificuldades. Mas não é porque eu a considere demonstrada, pois certamente ela não está demonstrada a meus olhos. Não sou nem mesmo instruído o suficiente para compreender uma demonstração que exige um saber tão profundo. Não é curioso que eu, que proponho abertamente minhas objeções e minhas dúvidas, seja o hipócrita, e que todas essas pessoas tão decididas, que dizem incessantemente crer nisto e naquilo, essas pessoas tão seguras de tudo, e que não dispõem, no entanto, de provas melhores que as minhas, essas pessoas, enfim, que na maior parte não são mais sábias que eu e que, sem resolver minhas dificuldades, censuram-me por tê-las proposto, sejam, elas, as pessoas de boa fé?

Por que seria eu um hipócrita, e que ganharia em sê-lo? Ataquei todos os interesses particulares, suscitei contra mim todas as facções, sustentei apenas a causa de Deus e da humanidade, e quem se preocupa com isso? O que eu disse sobre ela não teve a menor repercussão nem produziu o reconhecimento de ninguém. Se eu houvesse me declarado abertamente em favor do ateísmo, os devotos não me teriam tratado pior, e outros inimigos não menos perigosos não me estariam me desferindo seus golpes em segredo. Se eu houvesse me declarado abertamente em favor do ateísmo, os primeiros me teriam atacado com mais reserva ao me ver defendido pelos outros e pessoalmente disposto à vingança. Mas de um homem que teme a Deus não há muito que recear. Seu partido não inspira temor, ele está só ou quase só, e pode-se, com segurança, fazer-lhe muito mal antes que ele pense em revidar. Se eu houvesse me declarado abertamente em favor do ateísmo, separando-me assim da Igreja, teria privado imediatamente seus ministros dos meios de me importunar incessantemente, e de fazer-me suportar todas as suas mesquinhas tiranias. Eu não teria tolerado tantas censuras ineptas e, em lugar de me culpar tão acidamente por ter escrito, teria sido preciso refutar-me, o que não é tão fácil. Enfim, se eu houvesse me declarado abertamente em favor do ateísmo, haveria inicialmente algum clamor, mas logo deixar-me-iam em paz como a todos os outros; o povo do Senhor não teria assumido a tarefa de inspecionar-me, não se acreditaria estar me fazendo algum favor ao não tratar-me como excomungado, e eu estaria quite com todo mundo. Os santos de Israel não me teriam escrito cartas anônimas, e sua caridade não teria desabafado em zelosos insultos; não se teriam dado o trabalho de me assegurar humildemente que eu era um celerado, um monstro execrável, e que o mundo teria sido muito feliz se alguma boa alma tivesse tomado o cuidado de me sufocar quando eu estava no berço. Pessoas honestas, de sua parte, ao olhar-me como a um condenado, não atormentariam a si mesmas e a mim para reconduzir-me ao bom caminho; não me puxariam de um lado e de outro, não me sufocariam sob o peso de seus sermões, não me forçariam a abençoar seu zelo enquanto amaldiçoava sua impertinência, e de sentir-me reconhecido por serem convocadas para matar-me de tédio.

Se sou um hipócrita, Senhor Arcebispo, sou um tolo, pois, dado o que exijo dos homens, é uma grande loucura expor-me aos riscos de ser falso; se sou um hipócrita, sou um tolo, pois alguém deve ser um grande tolo para não perceber que o caminho que escolhi leva a grandes infelicidades nesta vida, e que, ainda que pudesse encontrar nele alguma vantagem, não poderia tirar proveito dela sem me desmentir. É verdade que ainda há tempo; bastar-me-ia por um momento querer enganar os homens e poria a meus pés todos meus inimigos. Ainda não atingi a velhice; posso ter muito tempo para suportar; posso ver o público mudar mais uma vez de opinião a meu respeito – mas se alguma vez alcançar as honras e a fortuna, por qualquer caminho que seja, então serei um hipócrita; isso é certo.

A glória do amigo da verdade não está ligada a uma opinião mais do que a alguma outra; tudo que ele diz, desde que ele o pense, dirige-se a seu objetivo. Aquele cujo único interesse é ser verdadeiro não está tentado a mentir, e não há nenhum homem sensato que não prefira o meio mais simples, quando ele é também o mais seguro. Por mais que meus inimigos me lancem insultos, não me privarão da honra de ser um homem verídico em todas as coisas, de ser o único autor de meu século e de muitos outros que escreveu de boa fé e que só disse aquilo em que acreditava. Eles poderão por um momento manchar minha reputação à força de rumores e de calúnias, mas ela triunfará cedo ou tarde, pois enquanto eles variam suas acusações ridículas, eu permaneço sempre o mesmo; e sem outra arte além de minha franqueza, sempre terei com que afligi-los.

"Mas essa franqueza não apropriada para o público!" "Mas nem toda verdade deve ser dita!" "Mas embora todas as pessoas sensatas pensem como vós, não é bom que o vulgo pense assim!" É isso que me exclamam de todas as partes; é isso, talvez, que o senhor mesmo me diria, em uma conversa privada em vosso gabinete. Assim são os homens. Mudam de linguagem como de vestimenta; só dizem a verdade em *robe de chambre*; em trajes formais só sabem mentir; e não apenas são impostores e trapaceiros em face do gênero humano, mas não têm vergonha de punir, contra sua

consciência, quem quer que ouse não ser trapaceiro e impostor público como eles. Mas será mesmo verdadeiro esse princípio de que nem toda verdade deve ser dita? E se o fosse, seguir-se-ia que nenhum erro deve ser destruído, e todas as loucuras dos homens são tão santas que não há nenhuma que não se deva respeitar? É isso que seria conveniente examinar antes de me apresentar como lei uma máxima suspeita e vaga que, ainda que fosse verdadeira em si mesma, pode pecar por sua aplicação.

Tenho muito desejo, Senhor Arcebispo, de seguir aqui meu método habitual e apresentar a história de minhas idéias como única resposta a meus acusadores. Creio não poder justificar melhor tudo que ousei dizer do que dizendo mais uma vez tudo o que pensei

Tão logo fui capaz de observar os homens, eu os observava agindo e os ouvia falar; depois, vendo que suas ações não se assemelhavam a seus discursos, procurei a razão dessa diferença e descobri que, como *ser* e *parecer* eram para eles duas coisas tão diferentes quanto agir e falar, esta segunda diferença era a causa da primeira, e tinha ela mesma uma causa que me restava investigar.

Encontrei-a em nossa ordem social, que, sendo em todos os aspectos contrária à natureza, mas não podendo destruí-la, tiraniza-a incessantemente e a faz incessantemente reclamar seus direitos. Examinei as conseqüências dessa contradição e vi que ela, sozinha, bastava para explicar todos os vícios do homem e todos os males da sociedade. Do que concluí que não era necessário supor o homem mau por sua natureza, quando se podia assinalar a origem e o progresso de sua maldade. Essas reflexões me conduziram a novas investigações sobre o espírito humano considerado no estado social, e descobri, então, que o desenvolvimento das luzes e dos vícios se fazia sempre na mesma proporção, não em indivíduos, mas em povos; uma distinção que sempre fiz cuidadosamente e que nenhum daqueles que me atacaram jamais foi capaz de conceber.

Procurei a verdade nos livros, e neles só encontrei mentira e erro. Consultei os autores, e só encontrei charlatães que se divertem em enganar os

homens, sem outra lei que seu interesse, sem outro Deus que sua reputação; prontos a menosprezar chefes que não os tratam como lhes agrada, e ainda mais prontos a louvar a iniqüidade que os paga. Ao ouvir as pessoas a quem se permite falar em público, compreendi que não ousam ou não querem dizer nada que não convenha aos que comandam; e que, pagos pelo forte para pregar ao fraco, só sabem falar a este último de seus deveres e ao primeiro de seus direitos. Toda instrução pública tenderá sempre à mentira enquanto os que a dirigem tiverem interesse em mentir, e é apenas para eles que não é bom dizer a verdade. Mas por que eu deveria ser cúmplice dessas pessoas?

Há preconceitos que é preciso respeitar? Pode ser, mas apenas quando todo o resto está em ordem e não se possa eliminá-los sem eliminar também aquilo que os redime; deixa-se então permanecer o mal por amor ao bem. Mas quando as coisas estão de um jeito tal que qualquer mudança só pode ser para melhor, continuarão sendo os preconceitos tão respeitáveis a ponto de ser preciso sacrificar a eles razão, virtude, justiça, e todo bem que a verdade poderia fazer aos homens? Quanto a mim, prometi dizê-la em relação a tudo que é útil, desde que ela esteja em meu poder; esse é um compromisso que devo cumprir de acordo com meu talento, e que certamente um outro não cumpriria em meu lugar; pois como cada qual deve a todos, nenhum pode pagar por um outro. *A verdade divina*, diz Agostinho, *não pertence a mim, nem a vós, nem a ele, mas a todos nós, que ela conclama com força a divulgá-la de comum acordo, sob pena de ser inútil para nós mesmos se não a comunicarmos aos outros; pois qualquer um que se aproprie para si só de um bem que Deus quer que seja usufruído por todos, perde, por essa usurpação, aquilo que ele subtrai ao público, e só encontra erro em si mesmo, por haver traído a verdade*[39].

Os homens não devem ser instruídos pela metade. Se devem permanecer no erro, por que não deixá-los na ignorância? Para que servem tantas escolas e universidades se não lhes ensinam nada do que lhes importa saber?

[39] Agostinho, *Confissões*, XII, cap. 25.

Qual seria, então, o objetivo de vossos colégios, de vossas academias, de tantas fundações eruditas? É dar-lhes gato por lebre, perverter antecipadamente sua razão e impedi-la de chegar à verdade? Professores de mentiras, é para enganá-los que fingis instruí-los, e, como os salteadores que põem o facho sobre os escolhos, vós os iluminais para perdê-los.

Eis o que eu pensava ao tomar a pena; e ao depô-la não posso mudar de opinião. Sempre me pareceu que a instrução pública tinha dois defeitos essenciais impossíveis de eliminar. Um é a má fé dos que a ministram; outro, a cegueira dos que a recebem. Se homens sem paixões instruíssem homens sem preconceitos, nossos conhecimentos ficariam mais limitados, mas, em compensação, mais seguros, e a razão reinaria sempre. Ora, o que quer que se faça, o interesse dos homens públicos será sempre o mesmo, mas os preconceitos do povo, não tendo nenhuma base estável, são mais variáveis; eles podem ser alterados, mudados, aumentados ou diminuídos. É apenas por esse lado, portanto, que a instrução pode ter alguma eficácia, e é para aí que deve voltar os olhos o amigo da verdade. Ele pode esperar tornar o povo mais razoável, mas não os que o dirigem mais honestos.

Observei na religião a mesma falsidade que na política, e ela me causou muito mais indignação; pois o vício do governo pode fazer os súditos infelizes apenas na Terra, mas quem sabe até que ponto os erros de consciência podem prejudicar os infortunados mortais? Observei que havia profissões de fé, doutrinas, cultos, que eram seguidos sem que se cresse neles, e que como nada disso penetrava nem no coração nem na razão, sua influência na conduta era muito pequena. O verdadeiro crente não pode adaptar-se a todo esse fingimento; ele sente que o homem é um ser inteligente para o qual é preciso um culto razoável, e um ser social, para o qual é preciso uma moral feita para a humanidade. Encontremos primeiramente esse culto e essa moral, que dirão respeito a todos os homens; depois, quando for preciso fórmulas nacionais, examinaremos seus fundamentos, suas relações, suas adequações, e, após ter dito o que concerne ao homem, diremos em seguida o que concerne ao cidadão. É preciso, sobretudo, não proceder como o Sr.

Joli de Fleuri[40], que, para estabelecer seu jansenismo, quer extirpar toda lei natural e toda obrigação que liga os seres humanos uns aos outros, de modo que, para ele, o cristão e o infiel que contratam entre si não têm nenhuma obrigação recíproca, dado que não há lei comum a ambos.

Vejo, então, duas maneiras de examinar e comparar as diversas religiões. A primeira, considerando o que há nelas de verdadeiro e de falso, seja quanto aos fatos naturais ou sobrenaturais sobre os quais elas estão estabelecidas, seja quanto às idéias que a razão nos dá sobre o Ser Supremo e o culto que ele deseja de nós. A segunda, considerando seus efeitos temporais e morais sobre a vida terrena, de acordo com o bem e o mal que elas podem fazer à sociedade e ao gênero humano. Não se deve, para impedir esse duplo exame, começar decidindo que essas duas coisas vão sempre juntas, e que a religião mais verdadeira é também a mais social, pois é precisamente isso que está em questão. E não se deve, de início, clamar que quem investiga essa questão é um ímpio, um ateu; pois uma coisa é acreditar, outra coisa é examinar o efeito daquilo em que se acredita.

Admito, porém, que parece claro que, se o homem está feito para a sociedade, a religião mais verdadeira também será a mais social e a mais humana, pois Deus quer que sejamos como ele nos fez, e se fosse verdade que ele nos fez maus, querer ser outra coisa seria desobedecê-lo. Além disso, a religião, considerada como uma relação entre Deus e o homem, só pode contribuir para a glória de Deus por meio do bem-estar do homem, pois o outro termo da relação, que é Deus, está, por sua natureza, acima de tudo que o homem pode fazer a favor ou contra ele.

Mas esta opinião, por provável que seja, está sujeita a grandes dificuldades, pelo relato histórico e os fatos que a contrariam. Os judeus eram inimigos natos de todos os outros povos, e principiaram seu estabelecimento destruindo sete nações, segundo a ordem expressa que haviam recebido. Todos os cristãos promoveram guerras religiosas, e a guerra é nociva aos homens.

[40] [Joly de Fleury, Advogado Geral, foi o responsável pelo pedido de ordem de prisão contra Rousseau ao Parlamento de Paris]

Todas as facções foram perseguidoras e perseguidas, e a perseguição é nociva ao homem. Muitas seitas glorificam o celibato, e o celibato é tão nocivo[41] à espécie humana que, se fosse seguido por todos, a espécie pereceria. Se isso não é uma prova para decidir, é uma razão para examinar, e eu não pedia nada mais que a permissão para realizar esse exame.

Não digo nem penso que nenhuma religião sobre a Terra seja boa, mas digo, o que é muito verdadeiro, que não há nenhuma, entre as que são ou foram dominantes, que não tenha trazido cruéis flagelos à humanidade. Todos os grupos atormentaram seus irmãos, todos ofereceram a Deus sacrifícios de sangue humano. Qualquer que seja a origem dessas contradições, elas existem; seria um crime querer eliminá-las?

A caridade não é assassina. O amor pelo próximo não leva a massacrá-lo. Assim, o zelo pela salvação dos homens não é a causa das perseguições; são o amor próprio e o orgulho que as produzem. Quanto menos razoável é um culto, mais ele busca se estabelecer pela força. Aqueles que professam uma doutrina insensata não podem tolerar que se ouse vê-la tal qual é; a razão se torna, então, o maior dos crimes; é preciso a qualquer custo extirpá-la dos outros porque se tem vergonha de aparecer sem ela a seus olhos. Assim, a intolerância e a inconseqüência têm a mesma origem. É necessário

[41] A continência e a pureza têm sua utilidade, mesmo para a população; é sempre belo ter o controle sobre si mesmo, e o estado de virgindade é, por essa razão, muito digno de estima. Mas não se segue que seja belo, nem bom nem louvável manter-se a vida toda nesse estado, ofendendo a natureza e burlando sua destinação. Tem-se mais respeito por uma jovem virgem núbil do que por uma jovem esposa, mas uma mãe de família é ainda mais respeitada que uma velha donzela, e isso me parece muito sensato. Como as pessoas não se casam ao nascer, e como não é nem mesmo apropriado casar-se muito jovem, a virgindade – que todos devem portar e honrar – tem sua necessidade, sua utilidade, seu valor e sua glória, mas é para que se vá, no momento apropriado, depositar toda sua pureza no casamento. Quê! dizem eles, com um ar estupidamente triunfante, celibatários pregando o laço conjugal! Por que não se casam? Ah! Por quê? Porque um estado tão santo e tão doce em si mesmo tornou-se, por vossas tolas instituições, um estado infeliz e ridículo, no qual desde então é impossível viver sem ser um patife ou um toleirão. Cetros de ferro, leis insensatas! É a vós que reprovamos não termos cumprido nosso dever sobre a terra, e é por nós que o grito da natureza se eleva contra vossa barbárie. Como ousais levá-la ao ponto de censurar a miséria à qual nos reduzistes?

intimidar, aterrorizar incessantemente os homens. Se os deixam um só momento com sua razão, estão perdidos.

Basta isso para se concluir que é um grande bem, para homens mergulhados nesse delírio, que sejam ensinados a raciocinar sobre religião, pois isso é aproximá-los dos deveres do homem, é privar a intolerância de seu punhal, é devolver à humanidade todos os seus direitos. Mas é preciso remontar a princípios gerais e comuns a todos os homens; pois se, ao pretender raciocinar, qualquer apoio for deixado à autoridade dos padres, entrega-se ao fanatismo sua arma, fornecendo-lhe meios de ser ainda mais cruel.

Quem ama a paz não deve recorrer aos livros; é a forma de nunca concluir nada. Os livros são fontes de disputas inesgotáveis; percorra-se a história dos povos: os que não possuem livros nunca disputam. Quer-se submeter os homens a autoridades humanas? Um estará mais perto, outro mais distante da prova, e serão diversamente afetados por ela. Mesmo com a mais íntegra boa fé, com o melhor julgamento do mundo, é impossível que se ponham jamais de acordo. Não se deve argumentar sobre argumentos, nem confiar em discursos. A linguagem humana não é suficientemente clara. O próprio Deus, se se dignasse a nos falar em nossas línguas, não nos diria nada que não pudesse se converter em objeto de disputa.

Nossas línguas são obra dos homens, e os homens são limitados. Nossas línguas são obra dos homens, e os homens são mentirosos. Como não há nenhuma verdade tão claramente enunciada que fosse imune a qualquer objeção capciosa, também não há mentira tão grosseira que não possa ser apoiada por alguma falsa razão.

Suponhamos que um particular venha à meia-noite proclamar-nos que é dia; ele será ridicularizado, mas dêem-lhe o tempo e os meios de fundar uma seita, e cedo ou tarde seus partidários acabarão por provar que ele dizia a verdade. Pois afinal, dirão, quando ele afirmou que era dia, era de fato dia em algum lugar da Terra; nada mais certo. Outros, tendo estabelecido que sempre há no ar algumas partículas de luz, sustentarão que, em ainda outro sentido, é muito verdadeiro que é dia à noite. Basta que pessoas habilidosas

se intrometam e logo farão ver o Sol em plena meia-noite. Nem todos aceitarão essa evidência: haverá debates que degenerarão, como de costume, em guerras e crueldades. Uns quererão explicações, outros não as quererão em absoluto; um proporá interpretar a proposição em sentido figurado, outro, no sentido literal. Um dirá: ele disse à meia-noite que era dia, e era noite; outro dirá: ele disse à meia-noite que era dia, e era dia. Cada qual acusará de má fé o partido contrário e só enxergará obstinados nele. Acabarão por lutar, por massacrar-se; rios de sangue correrão de todas as partes, e se a nova seita for enfim vitoriosa, ficará demonstrado que é dia à noite. Esta é aproximadamente a história de todas as querelas religiosas.

A maior parte dos novos cultos se estabelecem pelo fanatismo e se mantêm pela hipocrisia; daí segue que ofendam a razão e não conduzam à virtude. O entusiasmo e o delírio não raciocinam; enquanto duram, tudo se aceita e pouco se pechincha sobre os dogmas. E, além disso, é tão cômodo! Custa tão pouco seguir uma doutrina, e custa tanto praticar a moral, que, aderindo ao lado mais fácil, as boas obras são resgatadas pelo mérito de uma grande fé. Mas o que quer que se faça, o fanatismo é um estado de crise que não pode durar para sempre. Ele tem seus acessos mais ou menos longos, mais ou menos freqüentes, e também seus momentos de relaxamento, durante os quais as pessoas estão mais calmas. É então, que, voltando-se para si mesmas, ficam surpreendidas ao se verem acorrentadas a tantos absurdos. Mas nesse meio tempo o culto já se organizou, as formalidades estão prescritas, as leis estão estabelecidas e os transgressores são punidos. Irá alguém protestar sozinho contra tudo isso, recusar as leis de seu país, e negar a religião de seu pai? Quem ousaria fazê-lo? As pessoas submetem-se em silêncio, o interesse aconselha que se siga a opinião daqueles de quem se herda. Faz-se então como os outros, exceto rir-se confortavelmente em particular daquilo que se finge respeitar em público. É assim, Senhor Arcebispo, que pensa a maioria dos homens na maioria das religiões, e principalmente na que o senhor professa, e essa é a explicação das inconsistências que se observam entre sua moral e suas ações. Sua crença é apenas aparência, e seus costumes são como sua fé.

Por que um homem tem o direito de inspecionar a crença de um outro, e o Estado o de inspecionar a crença dos cidadãos? É porque se assume que a crença dos homens determina sua moral, e que das idéias que eles têm sobre a vida futura depende sua conduta nesta. Se não fosse assim, que diferença faria que cressem ou apenas fingissem crer? A aparência da religião serve apenas para dispensá-los de terem uma.

Na sociedade, cada qual tem o direito de se informar se um outro se crê obrigado a ser justo, e o Soberano tem o direito de examinar as razões sobre as quais cada um funda essa obrigação. Além disso, as formas nacionais devem ser observadas; é algo sobre o que muito insisti. Mas quanto às opiniões que não têm a ver com a moral, que não influem de nenhuma maneira sobre as ações e que não tendem a transgredir as leis, cada qual tem sobre elas apenas seu julgamento por guia, e ninguém tem nem direito nem interesse de prescrever a outros seu modo de pensar. Se, por exemplo, alguém, mesmo com autoridade constituída, viesse pedir minha opinião sobre a famosa questão da hipóstase[42], sobre a qual a Bíblia não diz uma única palavra, mas sobre a qual tantas crianças crescidas realizaram concílios e tantos homens foram torturados, após lhe dizer que eu não a entendo nem me preocupo em entendê-la, eu lhe pediria o mais honestamente que pudesse que cuidasse de seus próprios assuntos, e, se ele insistisse, deixá-lo-ia falando sozinho.

Esse é o único princípio sobre o qual se poderia estabelecer alguma coisa estável e justa sobre as disputas de religião. Sem ele, como cada um estabelece de sua parte o que está em questão, jamais haverá acordo sobre nada, nem entendimento sobre a vida, e a religião, que deveria fazer os homens felizes, trar-lhes-á sempre os maiores males.

Mas quanto mais as religiões envelhecem, mais perdem de vista seu objetivo. As sutilezas se multiplicam, quer-se tudo explicar, tudo decidir, tudo entender; a doutrina se refina incessantemente e a moral se debilita cada vez mais. Vai seguramente uma grande distância do espírito do Deuteronômio

[42] [Referência às questão de se as três Pessoas da Trindade podiam ser consideradas hipóstases (substâncias) distintas.]

ao do Talmude e da Mixná, e do espírito do Evangelho às querelas sobre a Bula *Unigenitus*! São Tomás pergunta[43] se, com a passagem do tempo, os artigos de fé foram se multiplicando, e responde afirmativamente. O que significa que os Doutores, indo cada qual mais longe que os outros, sabem sobre eles mais do que disseram os apóstolos e Jesus Cristo. São Paulo confessa ver apenas obscuramente, e conhecer apenas em parte[44]. Efetivamente nossos teólogos estão muito mais avançados: eles vêem tudo, sabem tudo; eles nos tornam claro o que é obscuro na Escritura; eles decidem sobre o que estava indeciso; fazem-nos sentir, com sua usual modéstia, que os autores sacros tinham grande necessidade de seu auxílio para se fazerem entender, e que o próprio Espírito Santo não conseguiria se explicar claramente sem eles.

Quando se perde de vista os deveres dos homens para se ocupar apenas com as opiniões dos Padres e suas frívolas disputas, não se pergunta mais a um cristão se ele teme a Deus, mas sim se ele é ortodoxo; faz-se que ele subscreva formulários sobre as questões mais inúteis e freqüentemente as menos inteligíveis, e assim que o fizer, tudo está bem, e não se pede informações sobre o restante. Contanto que não se meta em trapalhadas, pode viver, de resto, como lhe aprouver; seus atos não têm importância, a doutrina está segura. Quando a religião chega a esse ponto, que bem faz à sociedade, que proveito traz para os homens? Serve apenas para excitar entre eles a discórdia, a confusão, as guerras de toda espécie, para fazê-los se degolar uns aos outros por enigmas; seria melhor não ter nenhuma religião que ter uma assim tão mal compreendida. Vamos impedi-la, se possível, de degenerar a esse ponto, e estar seguros, apesar das fogueiras e dos grilhões, de ter merecido o respeito do gênero humano.

Suponhamos que, fatigados das querelas que os dilaceram, os homens se reúnam para acabar com elas e chegar a um acordo sobre uma religião comum a todos os povos. Cada um começará, é certo, propondo a sua própria como a única verdadeira, a única razoável e demonstrada, a única agradá-

[43] [*Suma Teológica*] *Secunda secundae. Quaest.* I. Art. VII.
[44] I Coríntios XIII. 9. 12.

vel a Deus e útil aos homens. Mas como suas provas não alcançam o grau de sua convicção, pelo menos na opinião das outras seitas, cada partido só contará com seu próprio voto, e todos os outros se reunirão contra ele; isto é não menos certo. A deliberação percorrerá o círculo dessa maneira: um só propondo e todos os demais rejeitando; e essa não é a forma de alcançar um acordo. É plausível que, depois de muito tempo perdido nessas altercações pueris, os homens sensatos busquem formas de conciliação. Proporão, para isso, começar expulsando da assembléia todos os teólogos, e não lhes será difícil mostrar quão indispensável é essa medida preliminar. Concluída essa boa ação, dirão às pessoas: "Enquanto não vos puserdes de acordo sobre algum princípio, não será possível nem mesmo vos entenderdes uns aos outros, e, se há um argumento que nunca convenceu ninguém, é dizer: estais errado porque eu estou certo."

"Falais do que é agradável a Deus, mas é isso precisamente que está em questão. Se soubéssemos qual culto lhe é mais agradável, não haveria mais disputa entre nós. Falais também do que é útil aos homens, e isto já é uma coisa diferente, que os homens podem julgar. Tomemos então essa utilidade como regra, e a seguir estabeleçamos a doutrina que mais se aproxima dela. Desse modo podemos esperar aproximar-nos da verdade tanto quanto é humanamente possível, pois pode-se supor que o que é mais útil às criaturas é o mais agradável ao criador."

"Procuremos inicialmente se há alguma afinidade natural entre nós, se somos alguma coisa uns para os outros. Vós, judeus, que pensais sobre a origem do gênero humano? Pensamos que provém de um mesmo pai. E vós, cristãos? Pensamos, quanto a isso, como os judeus. E vós, turcos? Pensamos como os judeus e os cristãos. Isto já é bom: já que os homens são todos irmãos, devem se amar como tais."

"Dizei-nos agora de quem esse pai comum recebeu sua existência, pois ele não se fez por si mesmo. Do Criador do Céu e da Terra; judeus, cristãos e turcos também estão de acordo quanto a isso; é mais um ponto muito importante."

"E esse homem, obra do Criador, é ele um ser misto ou simples? É formado de uma única substância, ou de várias? Respondei, cristãos. Ele é composto de duas substâncias, das quais uma é mortal e outra não pode morrer. E vós, turcos? Pensamos da mesma forma. E vós, judeus? Outrora nossas idéias sobre isso eram muito confusas, como as expressões de nossos livros sagrados, mas os essênios nos esclareceram, e pensamos sobre isso como os cristãos."

Procedendo dessa forma de questão em questão sobre a providência divina, sobre a economia da vida futura e sobre todas as questões essenciais à boa ordem do gênero humano, esses mesmos homens, tendo obtido de todos respostas quase uniformes, lhes diriam (lembremo-nos de que os teólogos não estão mais presentes):

"Meus amigos, com o que vos afligis? Estais todos de acordo sobre o que importa; se vossas opiniões diferem no restante, não há nisso grande inconveniência. Fazei deste pequeno número de artigos de fé uma religião universal, que seja, por assim dizer, a religião humana e social que todo homem que viva em sociedade seja obrigado a admitir. Se alguém dogmatiza contra ela, que seja banido da sociedade como inimigo de suas leis fundamentais. Quanto ao resto, sobre o que não estais de acordo, formai de vossas crenças particulares outras tantas religiões nacionais, e segui-as de coração sincero; mas não vos atormenteis para fazer com que outros povos as aceitem; e estai seguros de que Deus não exige isso; pois é tão injusto querer submetê-los a vossas opiniões quanto a vossas leis, e os missionários não me parecem mais sábios que os conquistadores."

"Ao seguir vossas diversas doutrinas, cessai de imaginá-las tão bem demonstradas que qualquer um que não as veja como tais seja culpado a vossos olhos de má fé. Não acrediteis que todos os que ponderam vossas provas e as rejeitam sejam por isso obstinados, cuja incredulidade os torna merecedores de punição. Não acrediteis que a razão, o amor à verdade, a sinceridade, pertençam apenas a vós. O que quer que se faça, as pessoas sempre serão levadas a tratar como inimigos aqueles a quem se acusa de fechar

os olhos à evidência. Queixam-se do erro, mas odeiam a obstinação. Dai preferência a vossas razões, isto está bem, mas sabei que os que não as aceitam têm as suas.

Honrai em geral todos os fundadores de vossos respectivos cultos. Que cada um dê ao seu o que crê lhe dever, mas que não despreze o de outros. Eles tiveram grandes dons e grandes virtudes, e isso é sempre digno de estima. Eles se disseram enviados de Deus; isto pode ser ou não ser verdade, é algo que a pluralidade não poderia julgar de maneira uniforme, já que as provas não estão igualmente ao alcance de todos. Mas ainda que não seja verdade, não se deve tratá-los levianamente de impostores. Quem sabe até onde as contínuas meditações sobre a divindade e o entusiasmo pela virtude puderam perturbar, em suas sublimes almas, a didática e medíocre ordem das idéias vulgares? À grande altura a cabeça gira e não mais se vê as coisas como elas são. Sócrates acreditava ter um espírito familiar, e ninguém ousou acusá-lo por isso de ser um trapaceiro. Trataremos os fundadores dos povos, os benfeitores das nações, com menos consideração que um particular?

"Por fim, nada mais de disputas entre vós sobre a preferência devida a vossos cultos. Eles são todos bons quando prescritos pelas leis, e quando a religião essencial neles se encontra; e são maus quando ela está ausente. A maneira do culto pertence às formalidades da religião, não à sua essência, e é ao soberano que compete regulamentar a religião em seu país."

Pensei, Senhor Arcebispo, que quem assim raciocinasse não seria de modo algum um blasfemo, um ímpio; que estaria propondo um meio para obter uma paz justa, razoável e útil para os homens, e que isso não o impediria de ter sua religião particular como os outros, e de ser também sinceramente ligado a ela. O verdadeiro crente, sabendo que o infiel é também um homem, e talvez um homem honesto, pode interessar-se pela sua sorte sem com isso cometer um crime. Que ele impeça um culto estrangeiro de introduzir-se em seu país, isso é justo; mas que não condene por isso às penas eternas os que não pensam como ele; pois quem quer que pronuncie um

juízo tão temerário se torna inimigo do resto do gênero humano. Ouço dizer incessantemente que é preciso admitir a tolerância civil, não a teológica; mas meu pensamento é exatamente o oposto. Creio que um homem de bem, qualquer que seja a religião em que viva de boa fé, pode salvar-se. Mas não creio por isso que se possa legitimamente introduzir em um país religiões estrangeiras sem a permissão do soberano, pois se isso não é desobedecer diretamente a Deus, é desobedecer às leis, e quem desobedece às leis desobedece a Deus.

Quanto às religiões, uma vez estabelecidas ou toleradas em um país, creio que seria injusto e bárbaro destruí-las pela violência, e que o soberano causa um mal a si mesmo ao maltratar seus seguidores. Abraçar uma nova religião é muito diferente de viver naquela em que se nasceu, e só o primeiro caso merece punição. Não se deve nem deixar estabelecer uma diversidade de cultos, nem proscrever aqueles que já se acham estabelecidos, pois um filho jamais erra ao seguir a religião de seu pai. O argumento da tranqüilidade pública está em total oposição aos perseguidores. A religião só cria problemas em um Estado quando o partido dominante pretende atormentar o partido mais fraco, ou quando o partido fraco, intolerante por princípio, não consegue viver em paz com ninguém. Mas todo culto legítimo, isto é, todo culto em que se encontra a religião essencial, e, conseqüentemente, cujos seguidores não pedem senão que sejam tolerados e possam viver em paz, jamais causou nem revoltas nem guerras civis, a não ser quando foi preciso se defender e repelir os perseguidores. Os protestantes jamais pegaram em armas na França, a não ser quando foram perseguidos. Se se tivesse decidido deixá-los em paz, eles teriam permanecido lá. Admito sem rodeios que, em seu nascimento a religião reformada não tinha o direito de se estabelecer na França, em oposição às leis. Mas uma vez transmitida dos pais para os filhos, essa religião tornou-se a religião de uma parte da nação francesa; e quando o príncipe firmou solenemente um tratado com essa parte por meio de Édito de Nantes, esse Édito se tornou um contrato inviolável, que não poderia ser anulado senão com o comum acordo das

duas partes; e, desde essa época, a prática da religião protestante é, em minha opinião, legítima na França.

Ainda que não fosse, restaria sempre aos súditos a alternativa de abandonar com seus bens o reino, ou de lá permanecer submetidos à religião dominante. Mas forçá-los a permanecer sem querer tolerá-los, querer ao mesmo tempo que estejam e não estejam, privá-los até mesmo do direito de natureza, anular seus casamentos[45], declarar seus filhos bastardos..., meramente dizer o que é isso será dizer muito; é preciso que eu me cale.

Aqui está, pelo menos, o que posso dizer. Considerando-se simplesmente as razões de Estado, talvez se tenha feito bem em retirar aos protestantes franceses todos seus chefes, mas seria preciso parar por aí. As máximas políticas têm suas aplicações e suas distinções. Para impedir dissensões que não há mais razões para temer, privam-se de recursos dos quais se teria grande necessidade. Em um reino como a França, que mal pode fazer um partido que não tem mais nem grandes nem nobres à sua frente? Que se examine todas as guerras precedentes, as chamadas guerras de religião, e se descobrirá que não houve uma única que não tivesse sua causa na corte e nos interesses dos grandes. As intrigas de gabinete semeiam a desordem nos negócios, e, a seguir, os chefes sublevam o povo em nome de Deus. Mas quais

---

[45] Em uma sentença do Parlamento de Toulouse concernente ao caso do infortunado Calas, os protestantes foram censurados por celebrar entre si casamentos *que, segundo os protestantes, são apenas atos civis e, por conseguinte, submetidos inteiramente pela forma e os efeitos à vontade do Rei.*

Assim, do fato de que o casamento, segundo os protestantes, é um ato civil, segue-se que são obrigados a se submeter à vontade do Rei, que faz dele um ato da religião católica. Os protestantes, para se casar, são legitimamente obrigados a se tornarem católicos, visto que, segundo eles, o casamento é um ato civil. Essa é a maneira de raciocinar dos senhores do Parlamento de Toulouse.

A França é um reino tão vasto que os franceses puseram na cabeça que o gênero humano não deveria ter outras leis que não as deles. Seus parlamentos e seus tribunais parecem não ter nenhuma idéia do direito natural nem do direito das gentes, e é notável que, nesse país, onde há tantas universidades, tantos colégios, tantas academias, e onde se ensina tão pretensiosamente tantas inutilidades, não haja uma única cátedra de direito natural. É o único povo da Europa que considerou esse estudo como não valendo para nada.

intrigas, quais cabalas, podem armar os comerciantes e camponeses? Como farão para levantar um partido em um país onde só se deseja criados e senhores, e onde a igualdade é desconhecida ou vista com horror? Um comerciante propondo levantar tropas pode ser ouvido na Inglaterra, mas só fará rir aos franceses[46].

Se eu fosse Rei? Não. Ministro? Ainda menos; mas um homem poderoso na França eu diria: Entre nós tudo tende para os empregos, as despesas; todos querem adquirir o direito de fazer mal. Paris e a Corte engolfam tudo. Deixemos essas pobres pessoas preencherem o vazio das províncias. Que sejam comerciantes e para sempre comerciantes, agricultores e para sempre agricultores. Não podendo mudar seu estado, extrairão dele o máximo que puderem. Substituirão os nossos nas condições privadas de que todos procuramos sair. Tirarão o máximo proveito do comércio e da agricultura, que tudo nos faz abandonar; proverão nosso luxo; trabalharão, e nós gozaremos.

Se esse projeto não fosse mais eqüitativo que os que estão sendo seguidos, seria pelo menos mais humano, e certamente seria mais útil. É menos a tirania e a ambição dos chefes que seus preconceitos e sua vista curta que fazem a infelicidade das nações.

Concluo transcrevendo uma espécie de discurso que tem alguma relação com meu assunto e que não me desviará dele por muito tempo.

Um parse de Suratte, tendo esposado em segredo uma muçulmana, foi descoberto, preso, e, tendo se recusado abraçar o maometismo, condenado à morte. Antes de ser conduzido ao suplício, falou assim a seus juízes:

"Quê! Vós quereis tirar-me a vida! Mas por que me punis? Transgredi minha lei mais que a vossa; minha lei fala ao coração e não é cruel; meu

[46] A única circunstância que força um povo assim desprovido de chefes a pegar em armas é quando, reduzido ao desespero por seus perseguidores, vê que não lhe resta outra escolha senão o modo de morrer. Assim foi, no começo deste século, a guerra dos Camisards. E então as pessoas se espantam com a força que um partido desprezado extrai de seu desespero; algo que os perseguidores jamais souberam calcular de antemão. E, no entanto, essas guerras custam tanto sangue que se deveria pensar bem sobre o assunto, antes de torná-las inevitáveis.

crime foi punido pela censura de meus irmãos. Mas que fiz a vós para merecer a morte? Tratei-vos como minha família, e escolhi uma irmã dentre vós. Eu a deixei livre em sua crença, e ela respeitou a minha por seu próprio interesse. Restrito sem remorso só a ela, honrei-a como instrumento do culto exigido pelo Autor de minha existência; por meio dela paguei o tributo que todo homem deve ao gênero humano; o amor deu-a para mim, e a virtude tornou-a cara; ela não viveu na servidão, ela possuiu sem partilha o coração de seu esposo; minha falta não fez menos sua felicidade que a minha."

"Para expiar uma falta tão perdoável, quisestes tornar-me impostor e mentiroso, quisestes forçar-me a professar vossas opiniões sem as amar e sem crer nelas, como se o trânsfuga de nossas leis tivesse merecido ser acolhido sob as vossas. Fizestes-me optar entre o perjúrio e a morte, e fiz a escolha, pois não quero vos enganar. Morro, então, já que é preciso, mas morro digno de reviver e de animar um outro homem justo. Morro mártir de minha religião, sem medo de ingressar na vossa após minha morte. Possa eu renascer entre os muçulmanos para ensiná-los a tornarem-se humanos, clementes, eqüitativos. Pois servindo ao mesmo Deus que nós servimos (já que só há um), vós vos cegais com vosso zelo atormentando seus servidores; e sois cruéis e sanguinários apenas porque sois inconseqüentes."

"Sois crianças que, em vossos folguedos, só sabeis fazer mal aos homens. Vós vos julgais sábios, e nada sabeis acerca do que é Deus. São vossos dogmas recentes adequados àquele que existe e quer ser adorado por todo o tempo? Povos novos, como ousam falar-nos de religião? Nossos ritos são tão velhos quanto os astros; os primeiros raios de sol iluminaram e receberam as homenagens de nossos pais. O grande Zoroastro viu a infância do mundo; ele predisse e descreveu a ordem do universo; e vós, homens nascidos ontem, quereis ser nossos profetas! Vinte séculos antes de Maomé, antes do nascimento de Ismael e de seu pai, os Magos já eram antigos. Nossos livros sagrados eram já a lei da Ásia e do mundo, e três grandes impérios haviam já sucessivamente percorrido seu longo curso sob nossos ancestrais, antes que os vossos saíssem do nada."

"Vede, homens preconceituosos, a diferença que há entre nós. Dizeis-vos crentes e viveis como bárbaros. Vossas instituições, vossas leis, vossos cultos, vossas próprias virtudes atormentam o homem e o degradam. Não tendes senão tristes deveres a lhe prescrever. Jejuns, privações, combates, mutilações, claustros; só sabeis dar-lhe como deveres aquilo que pode afligi-lo e constrangê-lo. Fazeis que ele odeie a vida e os meios de conservá-la; vossas mulheres são sem homens, vossas terras são sem cultivo, comeis os animais e massacrais os humanos; amais o sangue, os morticínios. Todos os vossos estabelecimentos ofendem a natureza, aviltam a espécie humana; e, sob o duplo jugo do despotismo e do fanatismo, vós a esmagais com seus reis e seus deuses."

"Quanto a nós, somos homens pacíficos, não fazemos nem desejamos nenhum mal a nada que respire, nem mesmo a nossos tiranos; cedemos-lhes sem queixas o fruto de nosso labor, contentes de lhes ser úteis e de cumprir nosso dever. Nossos numerosos rebanhos cobrem vossas pastagens, as árvores plantadas por nossas mãos dão-vos seus frutos e sua sombra; vossas terras, que nós cultivamos, nutrem-vos por nossos cuidados; um povo simples e doce multiplica-se sob vossos ultrajes, e extrai para vós a vida e a abundância do seio da mãe comum em que vós nada sabeis encontrar. O Sol que tomamos como testemunha de nossas obras ilumina nossa paciência e vossas injustiças; ele não se levanta sem nos encontrar ocupados em boas obras, e, ao se pôr, ele nos conduz ao seio de nossas famílias, para preparar-nos para novos trabalhos."

"Apenas Deus conhece a verdade. Se, apesar de tudo isso, estivermos enganados em nosso culto, é difícil acreditar que nós, que só fazemos o bem sobre a Terra, estejamos condenados ao Inferno, e que vós, que não fazeis senão o mal, sejais os eleitos de Deus. Ainda que estivéssemos errados, deveríeis respeitar nossa posição, para vossa própria vantagem. Nossa religiosidade vos engorda, e a vossa vos consome; nós reparamos o mal que vos faz uma religião destrutiva. Crede em mim: deixai-nos um culto que vos é útil, temei que um dia adotemos o vosso; é o maior mal que poderia atingir-vos."

Esforcei-me, Senhor Arcebispo, para fazê-lo entender em que espírito foi escrita a profissão de fé do Vigário saboiano, e as considerações que me levaram a publicá-la. Pergunto-lhe agora sob que aspecto o senhor pode qualificar sua doutrina de blasfema, ímpia, abominável, e o que o senhor nela encontra de escandaloso e pernicioso ao gênero humano. Pergunto o mesmo aos que me acusam de haver dito o que se deveria calar, e de ter pretendido perturbar a ordem pública – uma acusação vaga e temerária, com a qual aqueles que menos refletiram sobre o que é útil ou nocivo indispõem com uma única palavra o público crédulo contra uma autor bem intencionado. Chamar o público de volta à verdadeira fé que ele olvida é o mesmo que ensiná-lo a não crer em nada? Referir cada um às leis de seu país é o mesmo que perturbar a ordem? Limitar cada povo ao seu culto é o mesmo que aniquilar todos os demais? Não querer que alguém mude de culto é o mesmo que privá-lo de um? Respeitar todas as religiões é o mesmo que fazer pouco de todas elas? Por fim, é tão essencial para cada religião odiar as outras que, se esse ódio for suprimido, tudo é suprimido?

É disso, porém, que se persuade o público quando se quer fazê-lo odiar seu defensor, e quando se tem o poder nas mãos. Agora, homens cruéis, vossos decretos, vossas fogueiras, vossas Carta Pastorais, vossos jornais perturbam e desinformam o público a meu respeito. Acreditam que sou um monstro com base em vossos clamores, mas esses clamores por fim cessarão, e meus escritos permanecerão apesar de vós, para vossa vergonha. Os cristãos, então menos preconceituosos, neles procurarão com surpresa os horrores que se pretende ter neles encontrado, e não verão, com a moral de seu divino mestre, senão lições de paz, de concórdia e de caridade. Possam eles lá aprender a ser mais justos que seus pais! Possam as virtudes que de lá absorverem vingar-me um dia de vossas maldições.

Com relação às objeções sobre as seitas particulares nas quais o universo está dividido, que eu possa lhes dar suficiente força para tornar cada um menos obstinado na sua e menos inimigo das outras; para conduzir cada homem à indulgência, à doçura, por meio da consideração tão admirável e

tão natural que, se tivesse nascido em outro país, em uma outra seita, tomaria inevitavelmente como erro o que toma hoje por verdade; e por verdade o que toma hoje por erro! É tão importante para aos homens ater-se menos às opiniões que os dividem que às que os unem; mas, ao contrário, negligenciando o que têm em comum, aferram-se às opiniões particulares com uma espécie de furor, e apegam-se tanto mais a elas opiniões quanto menos razoáveis elas parecem, e cada qual quer suprir, à força de confiança, a autoridade que a razão recusa a seu partido. Assim, basicamente de acordo sobre tudo que é importante para nós, e que não levam minimamente em conta, passam a vida a disputar, a chicanear, a atormentar, a perseguir, a bater-se pelas coisas que menos compreendem, e que são as que menos se necessita compreender. Decisões amontoam-se sobre decisões, em vão se remendam suas contradições com um jargão ininteligível. A cada dia deparam-se com novas questões que pedem uma solução; a cada dia surgem novos assuntos de querelas, porque cada doutrina tem infinitas ramificações e porque cada um, obstinado em sua ideiazinha, acredita ser essencial aquilo que está longe de sê-lo, e negligencia o que verdadeiramente o é. E quando lhes propomos objeções que não podem resolver – o que, em vista da precária estrutura de suas teorias, torna-se cada dia mais fácil – eles se irritam como crianças; e como são mais apegados a seu partido que à verdade, e têm mais orgulho que boa fé, é quanto ao que menos podem provar que menos toleram qualquer tipo de dúvida.

Minha própria história caracteriza melhor que qualquer outra o juízo que se deve fazer dos cristãos de hoje, mas como ela fala demasiado deles para ser acreditada, pode ser que um dia ela leve a um juízo totalmente oposto. Um dia, talvez, o que faz hoje o opróbrio de meus contemporâneos fará sua glória, e os simplórios que lerem meu livro dirão com admiração: Que tempos angélicos deviam ser aqueles, nos quais um livro como este foi queimado como ímpio e seu autor perseguido como um malfeitor! Sem dúvida nessa época todos os escritos respiravam a mais sublime devoção, e a Terra estava coberta de santos!

Mas outros livros permanecerão. Saber-se-á, por exemplo, que esse mesmo século produziu um panegirista da noite de São Bartolomeu, francês, e como se pode crer, homem da Igreja, sem que nem Parlamento nem prelados tenham cogitado de fazer-lhe objeções. Assim, comparando a moral dos dois livros e o erro dos dois autores, as pessoas podem mudar sua linguagem e chegar-se a uma outra conclusão.

As doutrina abomináveis são as que levam ao crime, ao assassinato, e que produzem fanáticos. E o que haveria no mundo de mais abominável que tornar a injustiça e a violência em um sistema, e fazê-las decorrer da clemência de Deus? Abstenho-me, Senhor Arcebispo, de traçar aqui um paralelo que poderá desagradá-lo. Peço-lhe apenas que concorde que se a França tivesse professado a religião do padre saboiano – essa religião tão simples e tão pura, que faz temer a Deus e amar os homens – os rios de sangue não teriam inundado tão freqüentemente os campos franceses; este povo tão brando e tão alegre não teria espantado os outros com suas crueldades em tantas perseguições e massacres, desde a Inquisição de Toulouse[47] até a véspera de São Bartolomeu, desde as guerras dos albigenses até as Dragonadas. O conselheiro Anne du Bourg não teria sido enforcado por ter se inclinado à brandura para com os reformados; os habitantes de Merindol e de Cabrières não teriam sido executados por uma sentença do Parlamento de Aix, e o inocente Calas, torturado pelos carrascos, não teria morrido na roda sob nossos olhos. Retornemos agora, Senhor Arcebispo, a suas censuras e às razões em que as baseia.

São sempre os homens, diz o Vigário, que nos atestam a palavra de Deus, e atestam-na em línguas que nos são desconhecidas; embora freqüen-

[47] É verdade que Domingos, santo espanhol, teve nela um grande papel. O santo, segundo um escrivão de sua ordem, teve a caridade, pregando contra os albigenses, de se associar a pessoas devotas, zelosas pela fé, as quais cuidaram de extirpar corporalmente e pelo gládio material os heréticos que não tinha podido vencer pelo gládio da palavra de Deus: *Ob caritatem, praedicans contra Albienses, in adjutorium sumsit quasdam devotas personas, zelantes pro fide, quae corporaliter illos Haereticos gladio materiali expugnarent, quos ipse gladio verbi Dei amputare non posset.* (Antonio de Siena, *Chronicon* III, 23, 14 §2). Essa caridade não se parece em nada com a do Vigário, e recebe também um prêmio muito diferente: a primeira faz canonizar, a segunda condenar os que a professam.

temente tenhamos, ao contrário, muita necessidade de que Deus nos atestasse a palavra dos homens. É bastante certo, pelo menos, que ele poderia nos ter comunicado sua palavra sem servir-se de porta-vozes tão suspeitos. O Vigário se queixa de que tantas testemunhas humanas sejam necessárias para certificar a palavra divina: *quantos homens*, diz ele, *entre Deus e mim*[48]*!*

A isso, o senhor responde: *Para que essa queixa fosse razoável, caríssimos irmãos, seria preciso poder concluir que a Revelação é falsa simplesmente porque não foi feita a cada homem individualmente; seria preciso poder dizer: Deus não pode exigir de mim que eu creia no que me asseguram que ele disse, porque ele não dirigiu a palavra diretamente a mim*[49].

Mas, bem ao contrário, essa queixa só é razoável quando se admite a verdade da Revelação. Pois, se se supõe que ela é falsa, que queixa haveria a fazer quanto ao meio empregado por Deus, já que ele não terá empregado nenhum? É ele responsável pelos logros de um impostor? Se nos deixamos enganar, é nossa falta, não dele. Mas quando Deus, livre para escolher seus meios, preferiu um que exige de nossa paste tanta sabedoria e tão profundas discussões, está errado o Vigário quando diz: "Vejamos, entretanto, examinemos, comparemos, verifiquemos. Oh, se Deus tivesse se dignado a dispensar-me de todo esse trabalho, teria eu o servido com menos agrado?[50]"

Senhor Arcebispo, sua premissa menor é admirável. É preciso transcrevê-la aqui integralmente; agrada-me citar suas próprias palavras; é minha maior descortesia:

Mas não há então uma infinidade de fatos, mesmo anteriores aos da Revelação cristã, dos quais seria absurdo duvidar? Por que outra via que não a do testemunho humano o próprio autor conheceu essa Esparta, essa Atenas, essa Roma, cujas leis, costumes e heróis ele tantas vezes e com tanta segurança? Quantos homens entre ele e os historiadores que preservaram a memória desses acontecimentos!

---

[48] *Emile* IV [*OC* iv 610].
[49] *Carta Pastoral*, §15.
[50] *Emile* IV [*OC* iv 610].

Se o assunto fosse menos grave, e se eu tivesse menos respeito pelo senhor, essa maneira de raciocinar fornecer-me-ia talvez a oportunidade para divertir um pouco meus leitores; mas não permita Deus que eu abandone o tom que convém ao assunto de que estou tratando e ao homem a quem me dirijo. Com o risco de ser insípido em minha resposta, contento-me em mostrar que o senhor está enganado.

Peço, então, que o senhor considere que é perfeitamente normal que fatos humanos sejam atestados pelos testemunhos humanos. Não há outra forma de fazê-lo; não posso saber que Esparta e Atenas existiram a não ser porque isso me é dito por autores contemporâneos, e entre mim e um outro homem que viveu longe de mim, deve haver necessariamente intermediários. Mas por que deveria havê-los entre Deus e mim, e por que deveriam ser tão remotos, exigindo por isso tantos outros? É simples, é natural que Deus tenha ido procurar Moisés para falar a Jean-Jacques Rousseau?

Além disso, ninguém é obrigado sob pena de danação a acreditar que Esparta tenha existido; ninguém será devorado pelas chamas eternas por duvidar disso. Todo fato que não testemunhamos só se estabelecido para nós com base em provas morais[51], e toda prova moral é suscetível de nuanças. Devo crer que a justiça divina me precipitará para sempre no Inferno apenas por não ter sabido determinar com exatidão o ponto em que uma tal prova se torna inquestionável?

Se há no mundo uma história atestada, é a dos vampiros. Nada lhe falta: atas, depoimentos de notáveis, de cirurgiões, de párocos, de magistrados. A prova jurídica é das mais completas. Com tudo isso, quem é que crê em vampiros? Seremos todos condenados por não termos acreditado neles?

Ainda que muitos dos prodígios relatados por Tito Lívio estejam tão bem atestados, a ponto de satisfazer o incrédulo Cícero, não os considero como mais que meras fábulas, e não sou certamente o único. Minha expe-

[51] [Provas morais aqui significa provas empíricas, experimentais; em oposição às provas demonstrativas da geometria e da aritmética.]

riência constante, e a de todos os homens, é mais forte, em relação a isso, que o testemunho de uns poucos. Se as próprias Esparta e Atenas tiverem sido prodígios, foram prodígios do tipo moral. E assim como seria um erro, na Lapônia, fixar a estatura natural do homem em 4 pés de altura, não seria menor o erro de fixar a medida das almas humanas pelas pessoas que vemos a nosso redor.

Peço que o senhor se recorde que continuo aqui a examinar seus raciocínios neles mesmos, sem defender aqueles que o senhor ataca. Depois dessa necessária recordação, permito-me mais uma suposição sobre a maneira pela qual o senhor raciocina.

Um morador da rua S. Jacques vem dirigir este discurso a Sua Graça o Arcebispo de Paris: "Senhor Arcebispo, sei que o senhor não acredita nem na beatitude de S. Jean de Paris, nem nos milagres que aprouve a Deus operar publicamente sobre seu túmulo, à vista da cidade mais esclarecida e populosa do mundo. Mas creio dever atestar que acabo de ver ressuscitar o santo em pessoa, no local em que seus ossos foram depositados."

A isto o homem da rua S. Jacques acrescenta os detalhes de todas as circunstâncias que podem impressionar o espectador de um tal fato. Estou persuadido de que, ao ouvir essa notícia, antes de explicar se lhe dá algum crédito, o senhor começará por interrogar a pessoa que a está atestando sobre sua posição, suas opiniões, seu confessor, sobre outros dados similares; e quando, por suas maneiras e por seu discurso, o senhor tiver compreendido que se trata de um pobre operário, que, não tendo um bilhete de confissão para vos mostrar, confirmará vossa opinião de que é um jansenista, "Ah!" o senhor lhe dirá com ar reprovador, "sois convulsionário e vistes ressuscitar S. Paris? Não é de espantar, deveis ter visto muitas outras maravilhas!"

Prosseguindo nesta suposição, ele insistirá, sem dúvida; ele vos dirá que não foi o único a ver o milagre, que havia com ele duas ou três pessoas que viram a mesma coisa, e que outros a quem quis relatar o fato dizem também tê-lo presenciado. Ao ouvir isso, o senhor lhe perguntará se todos essas testemunhas eram jansenistas. "Sim, Senhor Arcebispo", ele dirá, "mas não

importa, eles são em número suficiente, pessoas de bons hábitos, de bom senso e a quem nada desabona; a prova é completa e nada falta a nossa declaração para estabelecer a verdade do fato."

Outros bispos menos caridosos mandarão buscar um comissário e lhe entregarão o bom homem honrado pela visão gloriosa, para ir dar graças a Deus atrás das grades. Quanto ao Senhor Arcebispo, mais humano, mas não mais crédulo, após uma grave reprimenda, contentar-se-á em dizer-lhe: "Sei que duas ou três testemunhas, honestas e de bom senso, podem atestar a vida ou a morte de um homem; mas não sei ainda quantas são necessárias para certificar a ressurreição de um jansenista. Enquanto descubro isso, ide, meu filho, e cuidai de fortificar vossa cabeça oca. Dispenso-vos do jejum, e aqui está algo para vos preparar um bom caldo."

É isto, aproximadamente, o que diria o Senhor Arcebispo, e o que diria qualquer outro homem sábio em seu lugar. Do que concluo que, mesmo segundo o senhor, e segundo qualquer outro homem sábio, as provas morais suficientes para confirmar os fatos que estão na ordem das possibilidades morais não bastam para confirmar fatos de outra ordem, puramente sobrenaturais. Com isso, deixo que o senhor mesmo julgue sobre a justeza de sua comparação.

Eis, porém, a triunfante conclusão que o senhor tira daí contra mim: *Seu ceticismo, portanto, está fundado aqui apenas no interesse de sua incredulidade*[52]. Senhor Arcebispo, se algum dia ela me proporcionar um bispado de cem mil libras de renda, então o senhor poderá falar do interesse de minha incredulidade.

Continuemos agora a transcrever suas palavras, tomando apenas a liberdade de restituir, quando necessário, as passagens de meu livro que o senhor truncou.

"Que um homem", *acrescenta ele mais adiante*, "venha nos dizer estas palavras: 'Mortais, eu vos anuncio as vontades do Altíssimo; reconhecei em

[52] *Carta Pastoral*, §15.

minha voz aquele que me envia. Eu ordeno ao Sol que mude seu curso, às estrelas que se arranjem de outra forma, às montanhas que se aplainem, às águas que se elevem, à Terra que tome outro aspecto.' Diante dessas maravilhas quem não reconhecerá imediatamente o senhor da natureza?" *Quem não concordará, meus caríssimos irmãos, que quem assim se exprime está apenas à espera de ver milagres para ser cristão?*

Muito mais que isso, Senhor Arcebispo, pois nem mesmo tenho necessidade de milagres para ser cristão.

Escutai, entretanto, o que ele acrescenta: "Resta, enfim", *diz ele*, "o exame mais importante na doutrina anunciada; pois, dado que aqueles que dizem que Deus faz milagres aqui na Terra pretendem que o diabo os imita de vez em quando, mesmo com os prodígios mais bem constatados não estaremos em melhor posição que antes. E, dado que os mágicos do Faraó ousaram, na própria presença de Moisés, operar os mesmos sinais que ele operou por ordem expressa de Deus, por que não teriam, em sua ausência, da mesma maneira, pretendido a mesma autoridade? Assim, após ter provado a doutrina pelo milagre, será preciso provar o milagre pela doutrina, para evitar tomar a obra do demônio pela obra de Deus[53]. Que fazer em semelhante caso para evitar o círculo? Uma única coisa: retornar ao raciocínio e deixar de lado os milagres, aos quais teria sido melhor não recorrer."

Vale dizer: mostrem-me milagres, e acreditarei. Sim, Senhor Arcebispo, vale dizer: mostrem-me milagres e acreditarei em milagres. *Vale dizer: mostrem-me milagres e ainda assim recusar-me-ei a crer.* Sim, Senhor Arcebispo, vale dizer, segundo o próprio preceito de Moisés[54]: mostrem-me milagres e recusar-me-ei a crer em uma doutrina absurda e despropositada que se pretendesse estabelecer com base neles. Creria antes na magia, de preferência a reconhecer a voz de Deus em lições contrárias à razão.

---

[53] Sou forçado a misturar aqui a nota e o texto, a exemplo de M. de Beaumont. O leitor poderá consultá-los no próprio livro. [*Emile* IV *OC* iv 612-13].
[54] Deuteronômio, XIII.

Eu disse que se tratava aí do mais simples bom senso, que só poderia ser obscurecido por distinções no mínimo muito sutis; é mais uma de minhas predições, e eis aqui seu cumprimento.

Quando uma doutrina é reconhecida como verdadeira, divina, fundada sobre uma segura Revelação, servimo-nos dela para julgar os milagres, isto é, para rejeitar os pretensos prodígios que impostores desejariam opor a essa doutrina. Quando se trata de uma doutrina nova, que se anuncia como emanada do seio de Deus, os milagres são produzidos como provas; isto é, aquele que assume a qualidade de enviado do Altíssimo confirma sua missão e sua prédica por milagres, que são o próprio testemunho da divindade. Assim, a doutrina e os milagres são usados respectivamente segundo os diversos pontos de vista assumidos no estudo e no ensino da religião. Nisto não há nem mau uso do raciocínio, nem sofisma risível, nem círculo vicioso[55].

O leitor julgará por si mesmo; não acrescentarei nenhuma palavra. Já dei algumas respostas em minhas passagens acima, mas é com a própria resposta do senhor que quero responder-lhe aqui.

Onde está, então, meus caríssimos irmãos, a boa fé filosófica da qual se gaba esse escritor?

Senhor Arcebispo, jamais me vangloriei de uma boa fé filosófica, pois não conheço tal coisa. Nem mesmo ouso falar muito de boa fé cristã, depois que tantos supostos cristãos dos dias de hoje consideram tão ruim que não se suprimam as objeções que os embaraçam. Mas quanto à boa fé pura e simples, pergunto qual das duas, a minha ou a do senhor, é mais fácil de ser encontrada aqui.

Quanto mais avanço, mais os pontos a tratar se tornam interessantes. É preciso, portanto, Senhor Arcebispo, continuar a transcrever suas palavras, nenhuma das quais eu gostaria de ver omitida numa discussão desta importância.

---

[55] *Carta Pastoral*, §17.

Acreditar-se-ia que após os maiores esforços para desacreditar os testemunhos humanos que atestam a Revelação cristã, o mesmo autor cede a isso, entretanto, da maneira mais positiva e mais solene.

E com razão, sem dúvida, pois tenho como revelada toda doutrina em que reconheço o espírito de Deus. É preciso apenas remover a ambigüidade de sua frase, pois se o verbo relativo *cede a isso* [*y défère*] se refere à Revelação cristã, então o senhor tem razão, mas se se refere aos testemunhos humanos, então o senhor se engana. Seja como for, registro seu testemunho contra os que ousam dizer que rejeito toda revelação; como se fosse rejeitar uma doutrina o fato de considerá-la sujeita a dificuldades insolúveis para o espírito humano; como se fosse rejeitá-la não admiti-la com base no testemunho dos homens, quando há outras provas equivalentes ou superiores que o dispensam. É verdade que dizeis condicionalmente, *acreditar-se-ia*; mas *acreditar-se-ia* significa *acredita-se* quando a razão de exceção para não se acreditar reduz-se a nada, como se verá a seguir com a sua. Comecemos pela prova afirmativa.

É preciso, para convencer-vos disso, meus caríssimos irmãos, e ao mesmo tempo para edificar-vos, colocar sob vossos olhos este trecho de sua obra. "Confesso que a majestade das Escrituras me assombra, a santidade do Evangelho[56] fala a meu coração. Vede os livros dos filósofos, com toda sua pompa, como são pequenos ao lado deste. Será possível que um livro ao mesmo tempo tão sublime e tão simples seja obra de homens? Será possível que aquele cuja história ele conta seja ele próprio apenas um homem? Há nele o tom de um fanático, de um sectário ambicioso? Que doçura, que pureza em seus modos! Que graça tocante em suas lições, que elevação em suas máximas, que sabedoria profunda em seus discursos, que presença de espírito, que delicadeza e precisão em suas respostas, que domínio sobre suas paixões! Onde está o homem, onde está o sábio que sabe agir, sofrer e

[56] A negligência com a qual M. de Beaumont transcreve minhas palavras fê-lo introduzir aqui duas mudanças em uma linha. Ele colocou *a majestade da Escritura* em vez de *a majestade das Escrituras*, e *a santidade da Escritura* em vez de *a santidade do Evangelho*. É verdade que isso não é fazer-me dizer heresias, mas é fazer-me falar bem tolamente.

morrer sem fraqueza e sem ostentação[57]? Quando Platão pinta seu imaginário homem justo, coberto de todo opróbrio do crime e digno de todos os prêmios da virtude, ele pinta traço por traço Jesus Cristo; a semelhança é tão chocante que todos os Pais da Igreja a sentiram: não é possível enganar-se quanto a ela. Quantos preconceitos, quanta cegueira não são necessários para ousar compara o filho de Sofrônisco com o filho de Maria? Que distância de um a outro! Sócrates morrendo sem dor, sem ignomínia, mantém facilmente até o final seu personagem, e se essa morte fácil não tivesse honrado sua vida, duvidar-se-ia se Sócrates, com todo seu espírito, teria sido algo mais que um sofista. Ele inventou, diz-se, a moral. Outros antes dele a haviam posto em prática, ele não fez mais que dizer o que eles haviam feito, não fez mais que extrair as lições de seus exemplos. Aristides foi justo antes de Sócrates dizer o que era a justiça; Leônidas morreu por seu país antes que Sócrates tivesse feito do amor à pátria um dever; Esparta foi sóbria antes de Sócrates ter louvado a sobriedade. Antes de ele ter definido a virtude, Esparta abundava em homens virtuosos, mas onde Jesus teria encontrado entre os seus contemporâneos essa moral elevada e pura da qual só ele deu as lições e o exemplo? Do seio do mais furioso fanatismo fez-se ouvir a mais alta sabedoria, e a simplicidade das virtudes mais heróicas honrou o mais vil de todos os povos. A morte de Sócrates filosofando tranqüilamente com seus amigos é a mais doce que se poderia desejar; a de Jesus, expirando em tormentos, insultado, escarnecido, amaldiçoado por todo um povo, é a mais horrível que se poderia temer. Sócrates, tomando a taça envenenada, bendiz aquele que, chorando, a oferece. Jesus, em meio a uma tortura apavorante, reza por seus carrascos enfurecidos. Sim, se a vida e a morte de Sócrates são as de um sábio, a vida e a morte de Jesus são as de um Deus. Diremos que a história do Evangelho foi arbitrariamente inventada? Não, não é assim que

[57] Preencho, como de costume, as lacunas deixadas por M. de Beaumont, não que as que ele deixa aqui sejam absolutamente insidiosas como em outros lugares, mas porque a falta de continuidade e de ligação enfraquecem a passagem quando ela é truncada; e também porque, como meus perseguidores suprimem cuidadosamente tudo o que eu disse de coração em favor da religião, é sempre bom restabelecer essas coisas quando a oportunidade se apresenta.

se inventa, e os fatos acerca de Sócrates, dos quais ninguém duvida, são menos bem atestados que os acerca de Jesus Cristo. No fundo, isso é postergar a dificuldade sem resolvê-la. Seria mais inconcebível pensar que vários homens se pusessem de acordo para forjar esse livro do que pensar que um único homem tenha lhe fornecido o assunto. Jamais autores judeus teriam encontrado nem esse tom nem essa moral, e o Evangelho tem marcas de verdade tão grandes, tão impressionantes, tão perfeitamente inimitáveis que seu inventor seria mais espantoso que seu herói[58]."

Seria difícil, meus caríssimos irmãos, prestar uma mais bela homenagem à autenticidade do Evangelho[59]. Sou-lhe reconhecido, Senhor Arcebispo, por essa admissão; o senhor faz uma injustiça a menos que os outros. Passemos agora à prova negativa, que faz o senhor dizer *acreditar-se-ia* em vez de *acredita-se*.

No entanto o autor não crê nessa autenticidade senão em conseqüência de testemunhos humanos. O senhor se engana, Senhor Arcebispo, eu a reconheço em conseqüência do Evangelho e da sublimidade que nele encontro, sem que ela me seja atestada por ninguém. Não tenho necessidade que me afirmem que existe um Evangelho quando o tenho comigo. *São sempre homens que lhe reportam o que outros homens reportaram.* Absolutamente: ninguém me reporta que o Evangelho existe, vejo-o com meus próprios olhos, e ainda que todo o universo me asseverasse que ele não existe, eu saberia muito bem que todo o universo estaria mentindo ou enganado. *Quantos homens entre Deus e ele?* Nem um único. O Evangelho é a prova decisiva, e essa prova está em minhas mãos. Como quer que tenha aí chegado, e seja quem for que o escreveu, reconheço nele o espírito divino: ele é tão imediato quanto possível; não há homens entre essa prova e mim. E, no sentido em que os haveria, o histórico desse livro, de seus autores, da época em que foi composto, etc. remete a discussões críticas em que a prova moral é admissível. Essa é a resposta do Vigário saboiano.

---

[58] *Emile* IV [*OC* iv 625-27].
[59] *Carta Pastoral*, §17.

Ei-lo, portanto, em evidente contradição consigo mesmo; ei-lo confundido por suas própria admissões. Deixo-o saborear toda minha confusão. *Que estranha cegueira, então, levou-o acrescentar:* "Com tudo isso, esse mesmo Evangelho está cheio de coisas inacreditáveis, de coisas que repugnam à razão e que é impossível a qualquer homem sensato conceber ou aceitar. Que fazer em meio a todas essas contradições? Ser sempre modesto e circunspecto, respeitar em silêncio[60] o que não se poderia rejeitar nem compreender, e prostrar-se diante do grande Ser que, só ele, sabe a verdade. Eis o ceticismo involuntário em que permaneci." *Mas, meus caríssimos irmãos, pode o ceticismo ser involuntário quando recusa submeter-se à doutrina de um livro que não poderia ter sido inventado pelos homens? Quando esse livro traz marcas de verdade tão grandes, tão impressionantes, tão perfeitamente inimitáveis que o inventor delas seria mais espantoso que seu herói? Com certeza aqui se pode dizer que a iniqüidade põe a nu sua mentira*[61].

Senhor Arcebispo, o senhor me acusa de iniqüidade sem motivo, imputa-me muitas vezes mentiras e não exibe nenhuma delas. De minha parte, adoto com relação ao senhor uma máxima contrária, e tenho às vezes oportunidade de usá-la.

O ceticismo do Vigário é involuntário pela própria razão que faz o senhor negar que ele o seja. Com base nas débeis autoridades que se quer dar ao Evangelho, ele o rejeitaria pelas razões listadas anteriormente, se o espí-

---

[60] Para que os homens se imponham esse respeito e esse silêncio, é preciso que alguém lhes diga uma primeira vez as razões para assim proceder. Aquele que conhece essas razões pode enunciá-las, mas os que censuram e não as dizem poderiam se calar. Falar ao público com franqueza, com firmeza, é um direito comum a todos os homens, e mesmo um dever em relação a toda coisa útil. Mas não é de modo algum permitido a um particular censurar publicamente um outro por isso; isso é atribuir-se uma excessiva superioridade de virtudes, de talentos, de luzes. É por isso que jamais me pus a criticar ou a repreender ninguém. Disse a meu século duras verdades, mas não as disse a nenhum particular; e se ocorreu que eu nomeasse e atacasse alguns livros, jamais falei de autores vivos senão com decência e consideração. Vê-se agora como me retribuem. Parece-me que todos esses senhores que se põem tão orgulhosamente a ensinar-me a humildade, acham a lição mais fácil de ensinar que de seguir.

[61] *Carta Pastoral*, §17.

rito divino que brilha na moral e na doutrina desse livro não lhe desse toda a força que falta no testemunho dos homens sobre esse ponto. Ele aceita, portanto, esse livro sagrado com todas as coisas admiráveis que ele contém e que o espírito humano pode compreender. Mas, quanto às coisas inacreditáveis que nele encontra, *as quais repugnam à razão e que é impossível a qualquer homem sensato conceber ou aceitar,* ele as *respeita em silêncio sem as compreender nem as rejeitar, e se prostra diante do grande Ser que, só ele, sabe a verdade.* É esse seu ceticismo, e é um ceticismo de fato involuntário, pois está fundado em provas inquestionáveis de um lado e de outro, que forçam a razão a permanecer em suspenso. Esse é o ceticismo de todo cristão razoável e de boa fé, que, das coisas do Céu, só deseja saber as que pode compreender, as que têm relevância para sua conduta; e que rejeita, com o apóstolo, *as questões pouco sensatas, que não proporcionam instrução e engendram apenas combates*[62].

O senhor começa fazendo-me rejeitar a Revelação para restringir-me à religião natural, mas, em primeiro lugar, eu não rejeitei a Revelação. Em seguida o senhor me acusa *de não admitir nem mesmo a religião natural, ou, pelo menos, de não reconhecer sua necessidade*, e sua única prova está na passagem que cita a seguir: "Se me engano, é de boa fé. Isso basta[63] para que meu erro não me seja imputado como um crime, e se vos enganásseis do mesmo modo haveria pouco mal nisso." *O que significa*, prossegue o senhor, *que, segundo ele, basta persuadir-se de que se está de posse da verdade; que essa persuasão, ainda que acompanhada dos erros mais monstruosos, não possa ser objeto de censura; que se deve sempre considerar como um homem sábio e religioso aquele que, adotando os próprios erros do ateísmo, disser que o faz de boa fé. Ora, não é isso abrir a porta a todas as superstições, a todos os sistemas fanáticos, a todos os delírios do espírito humano*[64]*?*

---

[62] Timóteo, II, 23.
[63] Emile IV [*OC* iv 566]. O Sr. Arcebispo pôs: *isso me basta.*
[64] *Carta Pastoral*, §18.

De sua parte, Senhor Arcebispo, o senhor não poderá dizer aqui como o Vigário: *se me engano, é de boa fé.* Pois é evidentemente de propósito que o senhor se deixa enganar levando consigo seus leitores. Isso é o que me proponho a provar irrefutavelmente, e já o aviso agora desse propósito, para que o senhor o acompanhe com atenção.

A Profissão do Vigário Saboiano compõe-se de duas partes. A primeira, que é a mais extensa, a mais importante, a mais cheia de verdades novas e marcantes, visa combater o moderno materialismo, estabelecer a existência de Deus e da religião natural com toda a força de que o autor é capaz. Dessa parte, nem o senhor nem os padres falam em absoluto; porque ela lhes é totalmente indiferente e porque, no fundo, a causa de Deus pouco lhes importa, desde que a causa do clero esteja garantida.

A segunda parte, bem mais curta, menos regular, menos aprofundada, levanta dúvidas e dificuldades sobre as revelações em geral, embora atribuindo à nossa sua verdadeira certeza na pureza e santidade de sua doutrina, e na sublimidade inteiramente divina daquele que foi seu Autor. O objetivo dessa segunda parte é tornar cada um mais reservado, em sua religião, quanto a taxar os outros de má fé na deles, e a mostrar que as provas de todas as religiões não são tão conclusivas aos olhos de todos para que se deva inculpar os que não vêem nelas a mesma clareza que nós. Essa segunda parte, escrita com toda modéstia, com todo o respeito que convém, é a única que atraiu a atenção do senhor e dos magistrados. O senhor só teve fogueiras e insultos como meios de refutar meus raciocínios. O senhor viu o mal em duvidar do que é duvidoso; não viu o bem na prova do que é verdadeiro.

De fato, essa primeira parte, que contém o que é realmente essencial à religião, é decisiva e dogmática. O autor não hesita, não titubeia. Sua consciência e sua razão o determinam de uma maneira invencível. Ele crê, ele afirma, ele está fortemente persuadido.

Ele começa a outra parte, ao contrário, declarando que *o exame que lhe resta a fazer é muito diferente, que só vê nele embaraço, mistério, obscuri-*

dade; que não traz ao assunto senão incerteza e desconfiança, que somente a autoridade da razão deve ser atribuída a seu discurso; que ele próprio ignora se está errado, e que todas as suas asserções aqui são apenas de razões para duvidar[65]. Assim ele propõe suas objeções, suas dificuldades, suas dúvidas. Propõe também suas grandes e poderosas razões para crer; e, de toda essa discussão, resulta a certeza dos dogmas essenciais e um respeitoso ceticismo sobre os outros. Ao final dessa segunda parte, ele insiste novamente sobre a circunspecção necessária ao escutá-lo: *Se eu estivesse mais seguro de mim mesmo, eu teria*, diz ele, *assumido um tom dogmático e decisivo; mas sou homem, ignorante, sujeito ao erro: que podia fazer? Abri-vos meu coração sem reservas; o que tenho como certo dei-vos como tal; e dei-vos minhas dúvidas como dúvidas, minhas opiniões como opiniões; disse-vos minhas razões para duvidar e para crer. Agora é a vós que cabe julgar*[66].

Assim, quando no mesmo escrito o autor diz: *Se me engano, é de boa fé; isso basta para que meu erro não me seja imputado como crime*, pergunto a todo leitor sensato e sincero é sobre a primeira ou sobre a segunda parte que pode recair essa suspeita de estar errado; se sobre aquela em que o autor afirma ou aquela em que ele titubeia? Se essa suspeita marca o temor de crer indevidamente em Deus ou o de ter erroneamente dúvidas sobre a Revelação? O senhor assumiu a primeira opção contra toda a evidência, e com o único desejo de tornar-me criminoso; eu o desafio a apresentar qualquer outro motivo. Senhor Arcebispo, onde estão, não digo nem a eqüidade e a caridade cristãs, mas o bom senso e a humanidade?

Ainda que o senhor tivesse podido se enganar quanto ao objeto do temor do Vigário, o simples texto ao qual se referiu já teria bastado para corrigi-lo. Pois quando o autor diz: *isso basta para que meu erro não me seja imputado como crime*, ele está reconhecendo que um erro como esse poderia constituir um crime, e que esse crime poderia lhe ser imputado, se ele não procedesse de boa fé. Mas ainda que Deus não existisse, seria porventura um

---

[65] Emile IV [*OC* iv 607].
[66] Emile IV [*OC* iv 630].

crime acreditar que houvesse um? E ainda que fosse um crime, quem poderia imputá-lo? O temor de estar errado não pode aqui, portanto, recair sobre a religião natural, e o discurso do Vigário seria uma verdadeira algaravia se tivesse o sentido que o senhor lhe empresta. É, portanto, impossível deduzir, da passagem que o senhor reporta, que *eu não admito a religião natural* ou que *não reconheço a necessidade dela*; é igualmente impossível deduzir *que se deve sempre* – são seus termos – *considerar como um homem sábio e religioso alguém que, adotando os erros do ateísmo, disser que o faz de boa fé.* E é até mesmo impossível que o senhor tenha acreditado que essa dedução seria legítima. Se isto não está demonstrado, então nada poderá jamais estar, ou então devo ser um insensato.

Para mostrar que não se pode basear a autoridade em uma missão divina para difundir absurdos, o Vigário põe em confronto um homem inspirado e um raciocinador (que o senhor decidiu denominar respectivamente um cristão e um incrédulo), e os faz disputar cada qual em sua própria linguagem, que ele desaprova e que certamente não é nem a dele nem a minha. Com base nisso, o senhor me acusa de *uma insigne má fé*[67], cuja prova está dada pela inépcia dos discursos do primeiro. Mas se esses discursos são ineptos, como então o senhor o reconhece como um cristão? E se o raciocinador só refuta inépcias, com que direito o acusa de incredulidade? Segue-se das inépcias que despeja um inspirado que ele seja um católico, e das que refuta um raciocinador que ele seja um descrente? O Senhor Arcebispo bem poderia prescindir de reconhecer-se em uma linguagem tão cheia de cólera e contra-sensos, já que ainda não havia divulgado sua Carta pastoral.

Se a razão e a revelação fossem opostas uma à outra, é certo, diz o senhor, *que Deus estaria em contradição consigo mesmo*[68]. É uma importante admissão, essa que o senhor faz aí, pois seguramente Deus não se contradiz. *Dizeis, ó ímpios, que os dogmas que consideramos como revelados opõem-se às verdades eternas; mas não basta dizê-lo.* Concordo; cuidemos de fazer mais.

---

[67] *Carta Pastoral*, §19.
[68] *Carta Pastoral*, §20.

Estou seguro de que o senhor pressente de antemão para onde me dirijo. Vê-se que o senhor passa pelo artigo sobre os mistérios como por sobre brasas ardentes: mal ousando pousar os pés. O senhor me força, entretanto, a fazê-lo deter-se um momento nessa dolorosa situação. Terei a discrição de tornar esse momento o mais curto possível.

O senhor certamente concordará, eu penso, que uma das verdades eternas que servem de elementos à razão é que a parte é menor que o todo, e é por ter afirmado o contrário que o Inspirado parece ao senhor sustentar um discurso cheio de disparates. Ora, segundo sua doutrina da transubstanciação, quando Jesus ceou pela última vez com seus discípulos e, partindo o pão, deu seu corpo a cada um deles, é claro que ele teve seu corpo inteiro entre suas mãos; e se ele próprio comeu do pão consagrado, como poderia ter feito, então ele pôs sua cabeça em sua boca.

Aqui está, de forma bem clara e precisa, o caso de uma parte maior que o todo, e um continente menor que o conteúdo. Que diz o senhor disto? De minha parte, parece-me que apenas o Chevalier de Causans[69] poderia tirar-vos desta dificuldade.

Bem sei que o senhor dispõe ainda do recurso de Santo Agostinho, o qual, entretanto, não constitui uma solução. Após haver amontoado uma quantidade de discursos ininteligíveis sobre a Trindade, que admite não terem nenhum sentido, diz candidamente esse Padre da Igreja: *exprimimo-nos assim não para dizer alguma coisa, mas para não permanecermos mudos*[70].

Tudo bem considerado, senhor Arcebispo, creio que o caminho mais seguro que o senhor pode tomar quanto este artigo, e sobre muitos outros, é o que já tomou com relação a M. de Montazet[71], e pela mesma razão.

---

[69] [De Mauléon de Causans, cavaleiro de Malta, havia, à época, proposto uma solução para o problema da quadratura do círculo.]

[70] *Dictum est tamem tres personae, non ut aliquid diceretur, sed ne taceretur.* Agostinho. *de Trinitate* livro 5, cap. 9.

[71] [Malvin de Montazet, Arcebispo de Lyon, havia escrito a Beaumont, por ocasião de uma disputa hierárquica, uma carta à qual este jamais respondeu.]

A má fé do autor de Emílio não é menos revoltante na linguagem que ele atribui a um suposto católico[72]. "Nossos católicos", ele o faz dizer, "fazem grande alarido sobre a autoridade da Igreja, mas que ganham eles com isso se é preciso um aparato tão grande de provas para estabelecer essa autoridade quanto outras seitas necessitam para estabelecer diretamente sua doutrina? A Igreja decide que a Igreja tem direito de decidir; não é essa uma autoridade bem fundada?" *Quem não acreditaria, meus caríssimos irmãos, ao ouvir esse impostor, que a autoridade da Igreja é provada apenas por suas próprias decisões, e que seu procedimento consiste em dizer: eu decido que sou infalível, portanto o sou? Que caluniosa imputação, caríssimos irmãos.* Eis o que o senhor Arcebispo assegura, mas resta ver suas provas. Enquanto isso, ousaria o senhor afirmar que os teólogos católicos jamais estabeleceram a autoridade da Igreja *ut in se virtualiter reflexam?* Se o fizeram, eu não os acusarei de uma imputação caluniosa.

A constituição do cristianismo, o espírito do Evangelho, os próprios erros e a fraqueza do espírito humano tendem a demonstrar que a Igreja estabelecida por Jesus Cristo é uma Igreja infalível [73]. Senhor Arcebispo, o senhor começa por dirigir-nos palavras que não nos enganam: discursos vagos jamais constituem provas, e todas as coisas desse tipo que pretendem demonstrar não demonstram nada. Vamos, portanto, de uma vez ao cerne da demonstração. Ei-lo:

Asseguramos que, como esse divino legislador sempre ensinou a verdade, sua Igreja também a ensina sempre [74].

Mas quem é o senhor, que nos oferece isso como única prova, se não a Igreja, ou seus chefes. Pela maneira de argumentar, o senhor parece contar muito com a assistência do Espírito Santo. Que diz o senhor, então, e que disse o Impostor? Por favor, veja por si mesmo, pois não tenho a coragem de ir até o fundo.

---

[72] *Carta Pastoral*, §21.
[73] *Carta Pastoral*, §21.
[74] *Carta Pastoral*, §21; esta passagem merece ser lida na própria *Carta pastoral*.

Devo, entretanto, notar que toda a força da objeção que o senhor tão bem ataca consiste nesta frase, que o senhor teve o cuidado de suprimir no final da passagem em questão: *Abandonai essa posição e retornareis a todas nossas discussões*[75].

Qual é aqui, de fato, o raciocínio do Vigário? Para escolher entre as diferentes religiões é preciso, diz ele, fazer uma de duas coisas: ou ouvir as provas de cada seita e compará-las, ou confiar na autoridade dos que nos instruem. Ora, o primeiro método pressupõe conhecimentos que poucos homens estão em condição de adquirir, e o segundo justifica a crença de cada um na religião – qualquer que seja – em que tenha nascido. Ele cita como exemplo a religião católica, na qual se oferece como lei a autoridade da Igreja, e com base nisso estabelece seu segundo dilema. Ou é a Igreja que atribui a si mesma essa autoridade e que diz: *eu decido que sou infalível, portanto o sou*; e com isso cai no sofisma chamado círculo vicioso; ou ela prova que recebeu essa autoridade de Deus, e, nesse caso, necessita de um aparato tão grande de provas para mostrar que de fato recebeu essa autoridade quanto as outras seitas para estabelecer diretamente sua doutrina. Não há, portanto, nada a ganhar quanto à facilidade de instrução, e o povo não está mais em estado de examinar as provas da autoridade da Igreja entre os católicos que a verdade da doutrina entre os protestantes. Como então isso se decidirá de forma razoável a não ser por autoridade dos que o instruem? Mas, então, o turco se decidirá do mesmo modo. Em que o turco é mais culpado que nós? Eis, Senhor Arcebispo, o raciocínio ao qual o senhor não respondeu e ao qual duvido que se possa responder[76]. Sua imunidade episcopal o livra do apuro truncando de má fé a passagem do autor.

---

[75] *Emile* IV [*OC* iv 620].

[76] Eis aqui uma dessas objeções terríveis nas quais os que me atacam evitam cuidadosamente tocar. Nada é tão cômodo quanto responder com insultos e santas declamações; evita-se facilmente tudo que traz embaraços. Também é preciso admitir que, disputando entre si, os teólogos dispõem de muitos recursos que lhes faltam frente aos ignorantes, e aos quais é preciso suprir como podem. Eles se pagam reciprocamente mil suposições gratuitas que não se ousa recusar quando não se tem nada melhor a oferecer por si mesmo. Esta é a invenção de não sei qual fé infusa que eles obrigam Deus, para tirá-los do apu-

Graças aos Céus terminei esta tediosa tarefa. Segui ponto a ponto suas razões, citações e censuras, Senhor Arcebispo, e mostrei que em todas as vezes em que o senhor atacou meu livro o senhor esteve errado. Resta o último artigo, sobre o governo, que estou disposto a relevar, sentindo-me muito seguro de que, quando aquele que lamenta as misérias do povo, e as experimenta, é acusado pelo senhor de envenenar as fontes da felicidade pública, não há leitor que não perceba o que vale um tal discurso. Se o tratado do *Contrato Social* não existisse e fosse necessário provar de novo as grandes verdades que lá desenvolvo, os cumprimentos que o senhor faz aos poderosos às minhas custas seriam um dos fatos que eu citaria como prova, e a sorte do autor seria um outro, ainda mais chocante. Nada mais me resta a dizer quanto a isso; meu simples exemplo já disse tudo, e a paixão do interesse privado não deve manchar as verdades úteis. É o decreto de minha prisão, é meu livro queimado pelo carrasco que transmito à posteridade como provas justificativas. Minhas opiniões não são tão bem estabelecidas por meus escritos quanto por meus infortúnios.

Senhor Arcebispo, acabo de discutir tudo que o senhor alega contra meu livro. Nenhuma de suas proposições foi deixada sem exame; mostrei que o senhor não tinha razão em nenhum ponto, e não temo que minhas provas sejam refutadas; elas estão acima de qualquer réplica que obedeça ao senso comum.

Mas ainda que eu tenha errado em alguns pontos, ainda que tenha errado em todos, que indulgência não mereceria um livro em que se sente por toda parte, mesmo nos erros, mesmo no mal que nele pode haver, o amor sincero do bem e a devoção à verdade? Um livro em que o autor, tão pouco assertivo, tão pouco decisivo, adverte tantas vezes seus leitores para desconfiarem de suas idéias, ponderarem suas provas, e não lhe darem senão a autoridade da razão? Um livro que só respira paz, doçura, paciência, amor pela ordem, obediência às leis em todas as coisas e mesmo em matéria de religião? Um livro, enfim, em que a causa da divindade está tão bem defendida, a utilidade da

---

ro, a transmitir do pai à criança, mas eles reservam esse jargão para disputar com os Doutores; se se servissem dele contra nós, profanos, teriam medo de serem ridicularizados.

religião tão bem estabelecida, em que os costumes são tão respeitados, a arma do ridículo tão bem subtraída ao vício, em que a maldade é pintada como tão pouco sensata e a virtude tão amável. Ah, mesmo que não houvesse uma única palavra verdadeira nessa obra, seus sonhos deveriam ser honrados e amados como as mais doces fantasias que podem confortar e nutrir o coração de um homem de bem. Sim, não temo dizer que, se existisse na Europa um único governo verdadeiramente esclarecido, um governo cujas perspectivas fossem verdadeiramente úteis e saudáveis, ele teria prestado honras públicas ao autor do *Emílio*, e ter-lhe-ia erguido estátuas. Eu conhecia muito bem os homens para esperar deles esse reconhecimento, mas não os conhecia o bastante, confesso, para esperar que fizessem o que fizeram.

Após ter provado que o senhor raciocinou mal em suas censuras, resta-me provar que me caluniou com seus insultos. Mas como a senhor só me insultou em razão dos erros de que me acusou em meu livro, mostrar que meus alegados erros são na verdade erros seus já não diz suficientemente que os insultos que seguem não devem ser dirigidos a mim? O senhor ataca minha obra com os mais odiosos epítetos, e chama-me um homem abominável, um temerário, um ímpio, um impostor. Caridade cristã, que estranha linguagem assumis na boca dos Ministros de Jesus Cristo!

Mas o senhor, que ousa reprovar-me por blasfêmias, que faz o senhor quando toma os apóstolos por cúmplices das propostas ofensivas que lhe agradou fazer sobre mim? Ao ouvi-lo, acreditar-se-ia que São Paulo fez-me a honra de sonhar comigo e predizer minha vinda, como a do Anticristo. E como ele a predisse? Aqui está, é o início de sua Carta Pastoral:

São Paulo predisse, meus caríssimos irmãos, que dias perigosos viriam em que haveria homens amantes de si mesmos, orgulhosos, soberbos, blasfemadores, ímpios, caluniadores, inflados de orgulho, amantes das volúpias mais do que de Deus; homens de espírito corrompido e pervertidos no que concerne à fé[77].

[77] *Carta Pastoral*, §1.

Não contesto, certamente, que essa predição de São Paulo se tenha cumprido muito bem. Mas se ele tivesse predito, ao contrário, que viria um tempo em que não mais se veria esse tipo de gente, confesso que teria ficado muito mais impressionado pela predição e, sobretudo, pelo seu cumprimento.

Em seguida a essa profecia tão bem aplicada, o senhor tem a bondade de fazer-me um retrato no qual sua gravidade episcopal se diverte com as antíteses, e onde me vejo um personagem bastante atraente. Essa parte, Senhor Arcebispo, pareceu-me o trecho mais gracioso de sua Carta Pastoral. Ninguém poderia escrever uma sátira mais agradável, nem difamar um homem com mais espírito.

Do seio do erro (é verdade que passei minha juventude em sua Igreja) *elevou-se* (não muito alto) *um homem cheio da linguagem da filosofia* (como eu adotaria uma linguagem que absolutamente não compreendo?) *sem ser verdadeiramente filósofo* (Oh, estou de acordo! Jamais aspirei a esse título, ao qual reconheço não ter nenhum direito, e certamente não é a modéstia que me faz renunciar a ele); *uma mente dotada de uma multidão de conhecimentos* (aprendi a ignorar multidões de coisas que acreditava saber) *que não o esclareceram* (ensinaram-me a não me considerar esclarecido) *e que espalharam as trevas em outras mentes* (as trevas da ignorância valem mais que a falsa luz do erro); *caráter dedicado aos paradoxos de opiniões e de conduta* (há algo a perder por não agir e pensar como todo mundo?), *aliando a simplicidade dos hábitos à ostentação dos pensamentos* (a simplicidade dos hábitos eleva a alma; quanto à ostentação de meus pensamentos, não sei o que é isso); *o zelo pelas máximas antigas ao furor de estabelecer novidades* (nada de mais novo para nós que as máximas antigas; não há nenhuma liga nisso e não coloquei aí nenhum furor); *a obscuridade do retiro ao desejo de ser conhecido por todo mundo* (O senhor parece-se aqui com os fazedores de romances que adivinham tudo que seu herói disse e pensou em seu quarto. Se esse é o desejo que pôs a pena em minha mão, explique-me como ele me veio tão tarde ou por que demorei tanto para satisfazê-lo). *Vimo-lo invectivar contra as ciências que cultivava* (o que prova

que não imito os homens de letras e que, em meus escritos, o interesse da verdade caminha à frente do meu); *preconizar a excelência do Evangelho* (sempre, e com o mais autêntico zelo) *cujos dogmas destruía* (não, mas preguei sua caridade, tão destruída pelos Padres); *pintar a bondade das virtudes que extinguia no coração de seus leitores* (almas honestas, é verdade que extingo em vós o amor da virtude?).

Ele se fez o preceptor do gênero humano para enganá-lo, o monitor público para desencaminhar todo mundo, o oráculo do século para completar sua perdição (acabei de examinar como o senhor provou todas essas alegações). *Em uma obra sobre a desigualdade das condições* (por que das condições? Esse não é nem meu assunto nem meu título), *ele rebaixou o homem ao nível das bestas* (qual de nós o rebaixa ou eleva, se a alternativa for ser uma besta ou ser maléfico?); *em um outro trabalho mais recente ele havia insinuado o veneno da voluptuosidade* (Ah, pudesse eu substituir os horrores da devassidão pelo encanto da voluptuosidade! Mas posso tranqüilizá-lo: seus padres são imunes à *Heloisa*; eles tem *Aloísia*[78] como profilático). *E neste último livro ele se apodera dos primeiros momentos do homem a fim de estabelecer o império da irreligião* (esta acusação já foi examinada).

Eis, Senhor Arcebispo, como o senhor me trata, e muito mais cruelmente ainda; a mim, que o senhor não conhece e que só julga por ouvir dizer. É essa então a moral do Evangelho, de que o senhor se põe como defensor? Admitamos que o senhor queira preservar seu rebanho do veneno de meu livro; por que desferir ataques pessoais ao autor? Ignoro qual efeito o senhor espera de uma conduta tão pouco cristã, mas sei que defender sua religião com tais armas é torná-la muito suspeita aos olhos das pessoas de bem.

É a mim, entretanto, que o senhor denomina temerário. Mas como eu mereceria esse nome se apenas levantei dúvidas, e mesmo assim com tanta reserva; apenas propus razões, e mesmo assim com tanto respeito; se não ataquei ninguém, não nomeei ninguém? E o senhor, Senhor Arcebispo,

[78] Referência a um livro obsceno de Nicholas Chorier (1612-1692).]

como ousa tratar assim aquele de quem fala com tão pouca justiça e decência, com tão pouca consideração, com tanta leviandade?

O senhor me trata de ímpio, mas de qual impiedade pode me acusar, a mim, que jamais falei do Ser supremo senão para dar-lhe a glória que lhe é devida, nem do próximo senão para levar todos a amá-lo? Ímpios são aqueles que profanam indignadamente a causa de Deus fazendo-a servir às paixões dos homens. Ímpios são os que, ousando se tomar por intérpretes da divindade, por árbitros entre ela e os homens, exigem para si próprios as honras que a ela são devidas. Ímpios são aqueles que se arrogam o direito de exercer o poder de Deus sobre a Terra, e querem abrir e fechar o Céu à seu bel-prazer. Ímpios são aqueles que fazem ler libelos nas igrejas... Diante dessa horrível idéia, todo meu sangue se inflama, e lágrimas de indignação correm de meus olhos. Sacerdotes do Deus de paz, sem dúvida vós lhe prestareis contas um dia do uso que ousastes fazer de sua casa.

O senhor me trata de impostor! Mas por quê? Segundo sua maneira de pensar, eu erro; mas onde está minha impostura? Raciocinar e enganar-se, seria isso agir como impostor? Mesmo um sofista que engana sem enganar-se ainda não é um impostor, enquanto se limita à autoridade da razão, ainda que dela abuse. Um impostor quer receber crédito com base em sua palavra; quer ele próprio estabelecer a autoridade. Um impostor é um trapaceiro que quer impressionar os outros para seu próprio proveito; mas onde está, eu lhe pergunto, meu proveito em todo este assunto? Os impostores são, segundo Ulpiano[79], os que realizam truques mágicos, imprecações, exorcismos; ora, seguramente jamais fiz nada disso.

O senhor e outros homens de dignidade constituída, como discorrem confortavelmente! Não reconhecendo outros direitos além dos seus, nem leis além das que impõem, longe de assumir o dever de ser justos, não se crêem obrigados sequer a ser humanos. Oprimem orgulhosamente o fraco sem dar contas a ninguém de suas iniqüidades. Os ultrajes não lhes custam

[79] [Domício Ulpiano (~170 - 224) Jurisconsulto romano nascido em Tiro].

mais que a violência; à menor conveniência de interesse ou de Estado, varrem-nos de sua frente como poeira. Uns aprisionam e queimam, outros difamam e desonram sem direito, sem razão, sem desprezo, até mesmo sem cólera, unicamente porque isso lhes convém, e o infortunado jaz em seu caminho. Quando nos insultam impunemente, nem mesmo é permitido que nos queixemos, e se mostramos nossa inocência e seus erros, acusam-nos ainda de faltar-lhes com o respeito.

Senhor Arcebispo, o senhor insultou-me publicamente, e acabo de provar que me caluniou. Se o senhor fosse um particular como eu, que eu pudesse citar diante de um tribunal eqüitativo, diante do qual compareceríamos, eu com meu livro e o senhor com sua Carta Pastoral, o senhor seria certamente declarado culpado e condenado a fazer-me uma reparação tão pública quanto foi a ofensa. Mas o senhor ocupa uma posição que o dispensa de ser justo, e eu não sou nada. Entretanto, o senhor que professa o Evangelho, o senhor, prelado feito para ensinar aos outros seu dever, o senhor sabe qual é o seu neste caso. Quanto a mim, cumpri o meu; não tenho nada mais a dizer-lhe, e me calo.

Digne-se, Senhor Arcebispo, a aceitar meu profundo respeito.

J.-J. ROUSSEAU.

Motiers, 18 de novembro de 1762

Apêndice

Carta Pastoral

DE SUA GRAÇA O ARCEBISPO DE PARIS

Tradução de
Ana Luiza Silva Camarani
Dep. de Letras Modernas – FCL - UNESP-Araraquara

Carta Pastoral

DE SUA GRAÇA O ARCEBISPO DE PARIS
CONTENDO A CONDENAÇÃO
de um livro que tem como título: *EMÍLIO, ou DA EDUCAÇÃO,*
de J.-J. ROUSSEAU, cidadão de Genebra.

CHRISTOPHE DE BEAUMONT, pela misericórdia divina e pela graça da Santa Sé apostólica, arcebispo de Paris, duque de Saint-Cloud, par da França, comendador da ordem do Espírito Santo, provedor da Sorbonne, etc.; a todos os fiéis de nossa diocese, saudações e bençãos.

I. São Paulo predisse, meus caríssimos irmãos, que dias perigosos viriam em que haveria homens amantes de si mesmos, orgulhosos, soberbos, blasfemadores, ímpios, caluniadores, inflados de orgulho, amantes das volúpias mais do que de Deus; homens de espírito corrompido, e pervertidos no que concerne à fé[1]. E em que tempos infelizes essa predição cumpriu-se mais literalmente que nos nossos? A incredulidade, incentivada por todas as paixões, apresenta-se sob todas as formas, de modo a adaptar-se de algum modo a todas as idades, todos os caracteres, todos os estados. Às vezes, para insinuar-se nas mentes que encontra já enfeitiçadas pela futilidade[2], ela se reveste de um estilo leve, agradável, frívolo: daí tantos romances, igual-

[1] II Tim. cap. III, v. 1, 4, 8.
[2] Sabedoria., cap. IV, v. 12

mente obscenos e ímpios, cuja finalidade é distrair a imaginação para seduzir o espírito e corromper o coração. Às vezes, afetando um ar de profundidade e de sublimidade em seu olhar, finge remontar aos primeiros princípios de nossos conhecimentos, e pretende derivar deles a autoridade para sacudir um jugo que, segundo ela, desonra a humanidade e a própria Divindade. Às vezes, ela declama furiosamente contra o zelo e a religião e prega com arrebatamento a tolerância universal. Às vezes, por fim reunindo todas essas linguagens diversas, ela mistura o sério ao divertido, máximas puras a obscenidades, grandes verdades a grandes erros, a fé à blasfêmia; em uma palavra, tenta conciliar as luzes e as trevas, Jesus Cristo e Belial. E tal é especialmente, meus caros irmãos, o objetivo que parece estar proposto em uma obra recente, intitulada *Emílio, ou Da Educação*. Do seio do erro elevou-se um homem cheio da linguagem da filosofia sem ser verdadeiramente filósofo; mente dotada de uma abundância de conhecimentos que não o esclareceram e que espalharam as trevas por outras mentes; caráter dedicado aos paradoxos de opiniões e de conduta aliando a simplicidade dos costumes ao fausto dos pensamentos, o zelo pelas máximas antigas ao furor em estabelecer novidades, a obscuridade do retiro ao desejo de ser conhecido por todo o mundo. Vimo-lo invectivar contra as ciências que cultivava, preconizar a excelência do evangelho cujos dogmas destruía, pintar a beleza das virtudes que extinguia na alma de seus leitores. Fez-se o preceptor do gênero humano para enganá-lo, o monitor público para desencaminhar todo mundo, o oráculo do século para acabar de perdê-lo. Em uma obra sobre a desigualdade das condições, rebaixou o homem ao nível dos animais; em uma outra produção mais recente, insinuou o veneno da volúpia quando parecia proscrevê-lo. E nesta obra, apodera-se dos primeiros momentos do homem, a fim de estabelecer o império da irreligião.

II. Que empreitada, meus caríssimos irmãos! A educação da juventude é um dos objetos mais importantes da solicitude e do zelo dos pastores. Sabemos que, para reformar o mundo, tanto quanto permitem a fraqueza e a corrupção de nossa natureza, bastaria observar, sob a direção e a influência da graça, os primeiros lampejos de luz da razão humana, tomá-los cuidado-

samente e dirigi-los para o caminho que conduz à verdade. Com isso, esses espíritos, ainda livres de preconceitos, estariam sempre em guarda contra o erro; esses corações, ainda livres de grandes paixões, absorveriam as impressões de todas as virtudes. Mas a quem conviria mais do que a nós, e a nossos colaboradores no santo ministério, velar assim pelos primeiros momentos da juventude cristã; administrar-lhe o leite espiritual da religião, *a fim de que cresça para a salvação*[3]; preparar desde cedo, por meio de lições salutares, adoradores sinceros do verdadeiro Deus, súditos fiéis do soberano, homens dignos de serem o suporte e o ornamento da pátria?

III. Ora, meus caríssimos irmãos, o autor de *Emílio* propõe um plano de educação que, longe de estar em concordância com o cristianismo, não é sequer apropriado para produzir cidadãos ou homens. Sob o vão pretexto de restituir o homem a si próprio e de fazer de seu aluno o aluno da natureza, ele estabelece como princípio uma assertiva desmentida não apenas pela religião mas também pela experiência de todos os povos e de todos os tempos. *Estabeleçamos*, diz ele, *como máxima incontestável, que os primeiros movimentos da natureza são sempre corretos; não há maldade original no coração humano.* Nessa linguagem, não se reconhece absolutamente a doutrina das santas Escrituras e da Igreja no que tange à revolução que ocorreu em nossa natureza; perde-se de vista o raio de luz que nos faz conhecer o mistério de nosso próprio coração. Sim, meus caríssimos irmãos, há dentro de nós uma impressionante mistura de grandeza e mesquinharia, de paixão pela verdade e gosto pelo erro, de inclinação para a virtude e tendência para o vício. Espantoso contraste que, ao desconcertar a filosofia pagã, a faz divagar em vãs especulações; um contraste cuja origem a revelação nos desvenda na queda deplorável de nosso primeiro pai! O homem sente-se arrastado por uma propensão funesta; e como poderia resistir a ela se sua infância não estivesse dirigida por mestres plenos de virtude, de sabedoria, de vigilância, e se, durante todo o curso de sua vida, não fizesse ele próprio vigorosos e contínuos esforços, sob a proteção e com as graças de seu Deus?

[3] I Pedro, cap. II.

Ai, meus caríssimos irmãos, apesar dos princípios da mais saudável e virtuosa educação, apesar das mais magníficas promessas da religião e das mais terríveis ameaças, os erros da juventude são agora muito mais freqüentes, muito mais multiplicados! Em que erros, em que excessos ela não se precipitará, se for abandonada a si mesma? É uma torrente que transborda malgrado os diques que lhe servem de obstáculo; o que aconteceria, então, se nenhum obstáculo detivesse as vagas e rompesse sua força?

IV. O autor de *Emílio,* que não reconhece nenhuma religião, indica no entanto, sem refletir sobre isso, a via que conduz infalivelmente à verdadeira religião: "Nós", diz ele, "que não queremos dar nada à autoridade, que não queremos ensinar a nosso Emílio nada que ele não possa compreender por si mesmo em qualquer lugar, em que religião o educaremos? Em que seita admitiremos o aluno da natureza? Não o agregaremos nem a esta nem àquela ; nós o colocaremos em posição de escolher aquela em que o melhor emprego da razão deverá conduzi-lo". Queira Deus, meus caríssimos irmãos, que esse objetivo seja atingido! Se o autor realmente tivesse *colocado seu aluno em posição de escolher, entre todas as religiões, aquela a que o melhor emprego da razão deveria conduzi-lo,* o teria infalivelmente preparado nas lições do cristianismo. Pois, meus caríssimos irmãos, a luz natural conduz à luz evangélica; e o culto cristão é essencialmente *um culto racional*[4]. Com efeito, *se o melhor emprego de nossa razão* não devesse nos conduzir à revelação cristã, nossa fé seria vã, nossas esperanças seriam quiméricas. Mas de que modo esse *melhor emprego* da razão nos conduz ao bem inestimável da fé e, com isso, ao objetivo precioso da salvação? É à própria razão que recorremos. Tão logo se reconheça um Deus, a única questão é saber se ele se dignou a falar aos homens de outra forma além de pelas impressões da natureza. Assim, é preciso examinar se os fatos que atestam a revelação não são superiores a todos os esforços da mais habilidosa astúcia. Centenas de vezes a incredulidade tratou de destruir os fatos, ou, ao menos, de enfraquecer as provas, e centenas de vezes sua crítica se mostrou impo-

[4] Rom., cap. XII. v. 1.

tente. Pela revelação, Deus deu testemunho de si mesmo, e esse testemunho é evidentemente *muito digno de fé*[5]. O que resta, então, ao homem que determina *o melhor emprego de sua razão*, exceto aquiescer a esse testemunho? É vossa graça, oh meu Deus, que consuma essa obra de luz! É ela que determina a vontade, que forma a alma cristã: mas o desenvolvimento das provas e a força dos motivos previamente ocuparam, apuraram a razão; e é nesse trabalho, tão nobre quanto indispensável, que consiste esse *melhor emprego da razão,* de que o autor de *Emílio* dispõe-se a falar sem ter dele uma noção fixa e verdadeira.

V. Para obter uma juventude mais dócil às lições que lhe prepara, esse autor quer que ela seja desprovida de qualquer princípio religioso. Aí está porque, segundo ele, conhecer *o bem e o mal, conhecer a razão dos deveres do homem, não é assunto para uma criança... Pretenderia tão pouco exigir que uma criança, aos dez anos, tivesse cinco pés de altura, quanto que fosse provida de julgamento*, acrescenta ele.

VI. Sem dúvida, meus caríssimos irmãos, o julgamento humano é progressivo e só se forma gradativamente; mas resultaria disso que, na idade de dez anos, uma criança não conheça a diferença entre o bem e o mal, que confunda a sensatez com a loucura, a bondade com a barbárie, a virtude com o vício? Como! Nessa idade ela não perceberá que obedecer a seu pai é um bem, que lhe desobedecer é um mal? Pretendê-lo, meus caríssimos irmãos, é caluniar a natureza humana, atribuindo-lhe uma imbecilidade que não possui.

VII. "Toda criança que crê em Deus", diz ainda esse autor, "é idólatra ou antropomorfista". Mas, se ela é idólatra, acredita então em vários deuses; atribui, assim, a natureza divina a simulacros insensíveis. Se é apenas antropomorfista, ao reconhecer o verdadeiro Deus, dá-lhe um corpo. Ora, não se pode assumir nem uma coisa nem outra em uma criança que recebeu uma educação cristã. Se a educação foi errônea nesse aspecto, é soberanamente injusto imputar à religião o que é tão somente um erro daqueles que a ensinam mal. Além disso, a idade de dez anos não é de modo algum a

[5] Salmos, XCII, v. 5.

idade de um filósofo; uma criança, ainda que bem instruída, pode expressar-se mal, mas, ao inculcar-lhe que a Divindade não é nada que se apresenta ou se pode apresentar aos sentidos, que é uma inteligência infinita que, dotada de poder supremo, executa tudo o que lhe agrada, dá-se a ela uma noção de Deus adequada ao alcance de seu julgamento. Não se duvida de que um ateu, por meio de seus sofismas, consiga facilmente confundir as idéias desse jovem crente; mas toda a habilidade desse sofista certamente não fará com que essa criança, quando ela crê em Deus, seja idólatra ou antropomorfista; isto é, que só creia na existência de uma quimera.

VIII. O autor vai ainda mais longe, meus caríssimos irmãos; ele *não atribui a capacidade de crer em Deus, nem mesmo a um jovem de quinze anos.* O homem não saberia assim, nem mesmo nessa idade, se há ou não há um Deus. Por mais que toda a natureza se esforce para anunciar a glória de seu Criador, ele não entenderá nada de sua linguagem! Existirá sem saber a que deve sua existência! E será a própria reta razão que o mergulhará nessas trevas! Eis, meus caríssimos irmãos, como a cega impiedade gostaria de poder obscurecer com seus negros vapores o facho de luz que a religião apresenta a todas as idades da vida humana. Santo Agostinho raciocinava corretamente com base em diferentes princípios quando dizia, ao falar dos primeiros anos de sua juventude: "Desde aqueles tempos, Senhor, caí nas mãos de algumas pessoas que tinham o cuidado de vos invocar; e compreendi, pelo que me diziam de vós, e de acordo com as idéias que eu era capaz de formar naquela idade, que éreis algo de grandioso e que, embora fôsseis invisível e fora do alcance de nossos sentidos, podíeis ouvir-nos e socorrer-nos. Comecei assim, desde minha infância, a orar para vós e a considerar-vos como meu refúgio e meu apoio; e, à medida que minha língua se soltava, empregava seus primeiros movimentos para vos invocar[6].

IX. Continuemos, meus caríssimos irmãos, a destacar os estranhos paradoxos do autor de *Emílio.* Após ter reduzido os jovens a uma tão profunda ignorância em relação aos atributos e aos direitos da Divindade, concederá

[6] *Confissões*, livro I, cap. II.

a eles ao menos a honra de se conhecerem a si próprios? Saberão eles se sua alma é uma substância absolutamente distinta da matéria? Ou irão se considerar seres puramente materiais e submetidos apenas às leis do mecanismo? O autor de *Emílio* duvida de que aos dezoito anos já seja hora de que seu aluno aprenda se tem uma alma; ele pensa que *se ele aprender mais cedo, corre o risco de nunca sabê-lo.* Não quer ele pelo menos que a juventude seja suscetível ao conhecimento de seus deveres? Não: pelo que ele diz, *apenas objetos físicos podem interessar as crianças, sobretudo aquelas em que a vaidade não foi despertada e que não foram corrompidas prematuramente pelo veneno da opinião.* Conseqüentemente, ele quer que todos os cuidados da primeira educação sejam aplicados ao que há no homem de material e de terreno: *Exercitai,* diz ele, *seu corpo, seus órgãos, seus sentidos, suas forças; mas mantende sua alma ociosa tanto quanto possível.* É que essa ociosidade pareceu-lhe necessária para predispor a alma aos erros que ele se propunha a inculcar-lhe. Mas querer ensinar a sabedoria ao homem somente no momento em que ele estará dominado pelo ardor das paixões nascentes, não é isso apresentá-la com o propósito de que ele a rejeite?

X. Meus caríssimos irmãos, como essa educação é contrária à que prescrevem de comum acordo a verdadeira religião e a reta razão! Todas as duas querem que um mestre sensato e vigilante observe de alguma maneira em seu aluno os primeiros vislumbres da inteligência para ocupá-lo com os atrativos da verdade, os primeiros movimentos do coração para estabilizá-lo por meio dos encantos da virtude. Com efeito, quão mais vantajoso não é prevenir os obstáculos que ter de superá-los? Como não temer que, se as impressões do vício precedem as lições da virtude, o homem, tendo chegado a uma certa idade, careça de coragem ou de vontade para resistir ao vício? Não prova todos os dias uma feliz experiência que, após os desregramentos de uma juventude imprudente e irascível, retorna-se enfim aos bons princípios recebidos na infância?

XI. De resto, meus caríssimos irmãos, não nos surpreendamos que o autor de *Emílio* adie para um tempo tão distante o conhecimento da existência de Deus; ele não crê que esse conhecimento seja necessário à salva-

ção. "É claro", diz ele pela boca de um personagem imaginário, "é claro que um homem que chegou à velhice sem crer em Deus não será por isso privado de sua presença na outra, se sua cegueira não tiver sido voluntária; e digo que nem sempre o é". Observai, caríssimos irmãos, que não se trata aqui de um homem desprovido do uso de sua razão, mas apenas de alguém cuja razão não teria sido auxiliada pela instrução. Ora, uma tal pretensão é sumamente absurda, sobretudo no sistema de um escritor que sustenta que a razão é absolutamente sã. São Paulo assegura que, entre os filósofos pagãos, muitos chegaram ao conhecimento do verdadeiro Deus somente com as forças da razão. O que pode ser conhecido de Deus, diz esse apóstolo, foi-lhes manifestado, uma vez que Deus permitiu que o conhecessem: a consideração das coisas que foram feitas desde a criação do mundo tendo-lhes tornado visível o que é invisível em Deus, seu próprio poder eterno e sua divindade; de modo que não têm desculpa, já que, tendo conhecido Deus, não o glorificaram como Deus e não lhe renderam graças; mas perderam-se na vaidade de seu raciocínio, e seu espírito insensato foi obscurecido; ao se dizerem sábios, tornaram-se loucos[7]

XII. Ora, se tal foi o crime desses homens que, embora sujeitos pelos preconceitos de sua educação ao culto dos ídolos, não deixaram de chegar ao conhecimento de Deus, como é que aqueles que não têm de vencer tais obstáculos seriam inocentes e justos a ponto de merecerem gozar da presença de Deus na outra vida? Como seriam passíveis de perdão (com uma razão sã tal qual o autor a supõe) por terem, durante esta vida, gozado o grande espetáculo da natureza e terem, entretanto, desconhecido aquele que a criou, que a conserva e governa?

XIII. O mesmo escritor, caríssimos irmãos, abraça abertamente o ceticismo em relação à criação e à unidade de Deus. "Eu sei", faz ele ainda dizer o suposto personagem que lhe serve de porta-voz, "sei que o mundo é governado por uma vontade poderosa e sábia; vejo-o, ou, antes, sinto-o; e é importante que o saiba. Mas é este mundo eterno ou criado? Há um princí-

[7] Rom. cap. 1, v. 19, 22.

pio único das coisas? Há dois ou mais, e qual é a sua natureza? Não sei nada sobre isso, e que me importa? Renuncio a questões ociosas que podem inquietar meu amor próprio, mas que são inúteis a minha conduta e superiores a minha razão."

O que quer dizer, então, esse autor temerário? Ele acredita que o mundo é governado por uma vontade poderosa e sábia; confessa que é importante que ele o saiba e, entretanto, *não sabe*, diz ele, *se há apenas um princípio único das coisas* ou se há vários, e pretende que pouco lhe importa saber. Mas se há uma vontade poderosa e sábia que governa o mundo, é conveniente que ela não seja o único princípio das coisas? E pode ser mais importante saber uma coisa que a outra? Que linguagem contraditória! Ele não sabe *qual é a natureza* de Deus, e logo em seguida reconhece que esse Ser supremo é dotado de inteligência, poder, vontade e bondade. Isso não é ter uma idéia da natureza divina? A unidade de Deus parece-lhe uma questão ociosa e superior a sua razão, como se a multiplicidade dos deuses não fosse o maior de todos os absurdos! *A pluralidade de deuses,* diz energicamente Tertuliano, *é a anulação de Deus*; admitir um Deus é admitir um ser supremo e independente, ao qual todos os outros seres sejam subordinados. Ele implica, portanto, que há muitos deuses.

XIV. Não é surpreendente, meus caríssimos irmãos, que um homem que faz tais desvios no que toca à Divindade se eleve contra a religião por ela revelada. Para ele, todas as revelações de modo geral *só fazem degradar Deus, atribuindo-lhe paixões humanas. Longe de esclarecer as noções do Ser supremo,* continua ele, *vejo que os dogmas particulares as confundem; que, longe de enobrecê-las, aviltam-nas; que aos mistérios que as envolvem acrescentam contradições absurdas.* Mas é antes a esse autor, caríssimos irmãos, que se pode criticar a inconseqüência e a absurdidade. É ele que degrada Deus, que confunde e avilta as noções do Ser supremo, já que ataca diretamente sua essência, ao contestar sua unidade.

XV. Ele sentiu que a verdade da revelação cristã era provada por fatos; mas como os milagres formam uma das principais provas dessa revelação, e como esses milagres nos foram transmitidos por meio de testemunhos, ex-

clama: *O quê! Sempre testemunhos humanos! Sempre homens me relatando aquilo que outros homens relataram! Quantos homens entre Deus e mim!* Para que essa queixa fosse razoável, caríssimos irmãos, seria preciso poder concluir que a revelação é falsa pelo simples fato de não ter sido feita a cada homem individualmente; seria preciso poder dizer: Deus não pode exigir de mim que eu creia no que me asseguram que *ele* disse, porque ele não dirigiu a palavra diretamente a mim. Mas não há uma infinidade de fatos, anteriores mesmo ao da revelação cristã, dos quais seria absurdo duvidar? Por que outro caminho senão pelo dos testemunhos humanos o próprio autor conheceu, então, essa Esparta, essa Atenas, essa Roma de que ele exalta tantas vezes e com tanta segurança as leis, os costumes e os heróis? Quantos homens entre ele e os acontecimentos que concernem às origens e à sorte dessas antigas repúblicas! Quantos homens entre ele e os historiadores que conservaram a lembrança desses acontecimentos! Seu ceticismo, portanto, está fundado aqui apenas no interesse de sua incredulidade.

XVI. "Que um homem", acrescenta mais adiante, "dirija-nos as seguintes palavras: Mortais, eu vos anuncio as vontades do Altíssimo; reconhecei por minha voz aquele que me envia. Ordeno ao Sol que mude seu curso, às estrelas que formem uma composição diferente, às montanhas que se tornem planas, às ondas que se elevem, à Terra que tome um outro aspecto: diante dessas maravilhas, quem não reconhecerá imediatamente o Mestre da natureza?" Quem não acreditaria, meus caríssimos irmãos, que aquele que se exprime de tal maneira só está à espera de ver milagres para ser cristão? Ouvi, entretanto, o que ele acrescenta: "Resta, enfim, diz ele, o exame mais importante na doutrina anunciada... Após ter provado a doutrina pelo milagre, é preciso provar o milagre pela doutrina. Ora, o que fazer em semelhante caso? Uma única coisa: voltar ao raciocínio, e deixar de lado os milagres. Mais valeria não ter recorrido a eles". Quer dizer: que me mostrem milagres e eu acreditarei, que me mostrem milagres, e ainda assim recusar-me-ei a acreditar. Que inconseqüência, que absurdidade!

Mas aprendei assim de uma vez por todas, caríssimos irmãos, que na questão dos milagres não se permite o sofisma criticado pelo autor do livro

Da Educação. Quando uma doutrina é reconhecida como verdadeira, divina, fundada sobre uma segura revelação, servimo-nos dela para julgar os milagres, isto é, para rejeitar os pretensos prodígios que impostores desejariam opor a essa doutrina. Quando se trata de uma doutrina nova, que se anuncia como emanada do seio de Deus, os milagres são produzidos como provas; isto é, aquele que assume a qualidade de enviado do Altíssimo confirma sua missão e sua prédica por milagres que são o próprio testemunho da divindade. Assim, a doutrina e os milagres são usados respectivamente segundo os diversos pontos de vista assumidos no estudo e no ensino da religião. Nisto não há nem mau uso do raciocínio, nem sofisma risível, nem círculo vicioso. É o que já se demonstrou centenas de vezes vezes; e é provável que o autor de *Emílio* não ignore essas demonstrações; mas, no plano que adotou de tornar nebulosa qualquer religião revelada, qualquer operação sobrenatural, ele nos imputa malignamente procedimentos que desonram a razão: representa-nos como fanáticos que um falso zelo cega a ponto de provar dois princípios um pelo outro, sem diversidade de objetos nem de método. Onde está então, meus caríssimos irmãos, a boa fé filosófica com que se adorna esse escritor?

XVII. Acreditar-se-ia que, depois dos maiores esforços para desacreditar os testemunhos humanos que atestam a revelação cristã, o mesmo autor, entretanto, cede a eles do modo mais positivo e mais solene. É preciso, para convencer-vos, meus caríssimos irmãos, e ao mesmo tempo para edificar-vos, colocar sob vossos olhos essa passagem de sua obra:

"Confesso que a grandeza da Escritura me espanta; a santidade da Escritura fala a meu coração. Vede os livros dos filósofos: com toda sua pompa, como são pequenos perto dela! È possível que um livro ao mesmo tempo tão sublime e tão simples seja obra dos homens? É possível que aquele de quem conta a história seja, ele próprio, um homem? É esse o tom de um fanático, ou de um ambicioso sectário? Que suavidade! Que pureza em seus costumes! Que graça impressionante em suas instruções! Que elevação em suas máximas! Que profunda sabedoria em seus discursos! Que presença de espírito, que fineza e que exatidão em suas respostas! Que domínio de suas

paixões! Onde está o homem, onde está o sábio que sabe agir, sofrer e morrer sem fraqueza e sem ostentação?... Sim, se a vida e a morte de Sócrates são as de um sábio, a vida e a morte de Jesus são as de um Deus. Diremos que a história do Evangelho foi inventada arbitrariamente?... Não é assim que se inventa, e os fatos da vida de Sócrates, de que ninguém duvida, são menos atestados que os da de Jesus Cristo... Seria mais inconcebível que vários homens tivessem fabricado esse livro de comum acordo, Seria mais inconcebível pensar que vários homens se pusessem de acordo para forjar esse livro do que pensar que um único homem tenha lhe fornecido o assunto. Jamais os autores judeus teriam encontrado esse tom, nem essa moral; e o Evangelho tem marcas de verdade tão grandes, tão impressionantes, tão completamente inimitáveis que seu inventor seria mais espantoso do que o herói".

Seria difícil, meus caríssimos irmãos, prestar uma mais bela homenagem à autenticidade do Evangelho. No entanto, o autor só a reconhece em conseqüência dos testemunhos humanos. São sempre homens que lhe relatam o que outros homens relataram. Quantos homens entre Deus e ele! Ei-lo, pois, de maneira bastante evidente, em contradição consigo mesmo; ei-lo confundido por suas próprias declarações. Com que estranha cegueira pôde ele acrescentar: "Com tudo isso, esse mesmo Evangelho está repleto de coisas incríveis, de coisas que repugnam à razão, impossíveis a todo homem sensato de conceber e de admitir. O que fazer no meio de tantas contradições? Ser sempre modesto e circunspecto... respeitar em silêncio o que não poderíamos rejeitar nem compreender, e humilhar-se diante do Altíssimo que é o único a saber a verdade. Aqui está o cepticismo involuntário em que permaneci".

Mas, meus caríssimos irmãos, pode o ceticismo ser involuntário quando recusa submeter-se à doutrina de um livro que não poderia ter sido inventado pelos homens? Quando esse livro traz marcas de verdade tão grandes, tão impressionantes, tão perfeitamente inimitáveis que o inventor delas seria mais espantoso que seu herói? Com certeza aqui se pode dizer que a iniqüidade põe a nu sua mentira.

XVIII. Parece que esse autor, caríssimos irmãos, só rejeitou a revelação para se apegar à religião natural: "O que Deus quer que um homem faça", diz ele, "ele não lhe manda dizer por um outro homem, diz-lhe ele mesmo; escreve-o no fundo de seu coração". Mas então! Deus não escreveu no fundo de nossos corações a obrigação de nos submetermos a ele sempre que estivermos certos de que foi ele quem falou? Ora, que certeza não temos de sua divina palavra? Os fatos da vida de Sócrates, de quem ninguém duvida, são, pela declaração do próprio autor de *Emílio,* menos comprovados que os da de Jesus Cristo. Logo, a própria religião natural conduz à religião revelada. Mas é certo que ele admita mesmo a religião natural, ou que ao menos reconheça sua necessidade? Não, caríssimos irmãos: "Se eu me engano", diz ele, "é de boa fé. Isso me basta para que meu próprio erro não me seja imputado como crime. Se vos enganásseis do mesmo modo, haveria pouco mal nisso". Quer dizer que, segundo ele, basta persuadir-se de que se está de posse da verdade; que essa persuasão, ainda que acompanhada dos erros mais monstruosos, não pode ser objeto de censura; que se deve sempre considerar como um homem sábio e religioso aquele que, adotando os próprios erros do ateísmo, disser que o faz de boa fé. Ora, não é isso abrir a porta a todas as superstições, a todos os sistemas fanáticos, a todos os delírios do espírito humano? Não é permitir que haja no mundo tantas religiões, cultos divinos, quanto o número de habitantes? Ah!, meus caríssimos irmãos, não se enganem sobre esse ponto. A boa fé só é estimável quando é esclarecida e dócil. Foi-nos ordenado que estudássemos nossa religião e que acreditássemos com simplicidade. Temos como garantia das promessas a autoridade da Igreja. Aprendamos a conhecê-la bem e, em seguida, atiremo-nos em seu seio. Assim poderemos contar com nossa boa fé, viver na paz e esperar sem inquietação o momento da luz eterna.

XIX. Que insigne má fé ainda não eclode na maneira pela qual o incrédulo que refutamos faz raciocinar o cristão e o católico! Quantos discursos repletos de inépcias ele não atribui a um e outro para torná-los desprezíveis! Ele imagina um diálogo entre um cristão, que chama de inspirado; e um incrédulo, que qualifica de *pensador;* e eis como faz o primeiro falar: "A

razão vos ensina que o todo é maior que sua fração, mas eu vos ensino da parte de Deus que a fração é maior que o todo". A que o incrédulo responde: "E quem é você para ousar dizer que Deus se contradiz? A quem acreditarei preferencialmente, nele que me ensina verdades eternas por meio da razão, ou em vós que, de sua parte, anuncia uma absurdidade?

XX. Mas, meus caríssimos irmãos, com que afronta se ousa atribuir ao cristão tal linguagem? O Deus da razão, digamos, é também o Deus da revelação. A razão e a revelação são as duas vozes pelas quais lhe aprouve fazer-se entender pelos homens, seja para instruí-los da verdade, seja para lhes transmitir suas ordens. Se uma dessas vozes fosse oposta à outra, é certo que Deus estaria em contradição consigo mesmo. Mas Deus se contrariaria, diz ele, porque obriga a acreditar em verdades incompreensíveis? Vós dizeis, oh, ímpios! que os dogmas que tomamos como revelados opõem-se às verdades eternas: mas não basta dizê-lo. Se vos for possível prová-lo, há muito tempo o teríeis feito, e que gritos de vitória não teríeis lançado!

XXI. A má fé do autor de Emílio não é menos revoltante pela fala que atribuiu a um pretenso católico: "Nossos católicos, ele o faz dizer, propagam a autoridade da Igreja; mas o que ganham com isso se, para estabelecer essa autoridade, lhes é necessário uma quantidade tão grande de provas quanto necessitam as outras seitas para estabelecer diretamente sua doutrina? A Igreja decide que a Igreja tem o direito de decidir: não é essa uma autoridade bem provada?"

Quem não acreditaria, meus caríssimos irmãos, ao ouvir esse impostor, que a autoridade da Igreja é provada apenas por suas próprias decisões, e que ela procede assim: *eu decido que sou infalível, portanto o sou*? Que caluniosa imputação, meus caríssimos irmãos. A constituição do cristianismo, o espírito do Evangelho, os próprios erros e a fraqueza do espírito humano tendem a demonstrar que a Igreja estabelecida por Jesus Cristo é uma Igreja infalível. Asseguramos que, como esse divino legislador sempre ensinou a verdade, sua Igreja também a ensina sempre. Logo, provamos a autoridade da Igreja, não pela autoridade da Igreja, mas pela de Jesus Cristo; um procedimento tão exato quanto é ridículo e insensato aquele que nos reprovam.

XXII. Não é de hoje, caríssimos irmãos, que o espírito de irreligião é um espírito de independência e revolta. E como, com efeito, esses homens audaciosos, que recusam submeter-se à autoridade do próprio Deus, respeitariam a dos reis que são as imagens de Deus, ou a dos magistrados que são as imagens dos reis? "Imagina", diz o autor de *Emílio* a seu aluno, "que ela (a espécie humana) é composta essencialmente pela coleção dos povos; que se todos os reis... fossem retirados dela, quase não se notaria sua ausência, e as coisas não andariam pior..." Ele diz mais adiante "A multidão será sempre sacrificada em proveito de uma minoria, assim como o interesse público ao interesse particular; esses nomes especiosos de justiça e de subordinação servirão sempre de instrumentos para a violência e de armas para a iniqüidade". Segue-se disso", continua ele, "que as ordens ilustres, que se pretendem úteis umas às outras, só são efetivamente úteis a elas mesmas, em detrimento das outras. É com base nisso que se deve julgar a consideração que lhes é devida segundo a justiça e a razão".

Assim, caríssimos irmãos, a impiedade ousa criticar as intenções daquele *por quem reinam os reis*[8]; assim, ela se apraz em envenenar as fontes da felicidade pública, sussurrando máximas que tendem apenas a produzir a anarquia e todas as desgraças conseqüentes. Mas o que vos diz a religião? *Temei a Deus, respeitai o rei*[9]*... Que todo homem seja submisso aos poderes superiores; pois não há poder que não venha de Deus; e foi ele que estabeleceu todos os poderes que existem no mundo. Assim, aquele que resistir aos poderes, resiste à ordem de Deus, e aqueles que a ela resistem atraem a condenação sobre si próprios*[10].

XXIII. Sim, meus caríssimos irmãos, em tudo o que diz respeito à ordem civil, deveis obedecer ao príncipe e àqueles que exercem sua autoridade, como ao próprio Deus. Só os interesses do Ser supremo podem colocar limites a vossa submissão; e se quiserem vos punir por vossa fidelidade a suas ordens, deveríeis ainda sofrer com paciência e sem murmúrio. Os próprios

[8] Prov., cap. VIII, v. 15.
[9] I Pedro., cap. II, v. 17.
[10] Rom., cap, XIII, v. 1, 2.

Neros e Domicianos, que preferiram ser os flagelos da Terra que os pais de seus povos, eram responsáveis apenas diante de Deus pelo abuso de seu poder. *Os cristãos,* diz Santo Agostinho, *obedeciam-lhes na época por causa do Deus da eternidade*[11].

XXIV. Nós vos expusemos, caríssimos irmãos, apenas uma parte das impiedades contidas nesse tratado *Da Educação,* obra igualmente digna dos anátemas da Igreja e da severidade das leis. E o que mais é preciso para vos inspirar um justo horror contra ela? Que desgraça para vós, que desgraça para a sociedade, se vossos filhos fossem educados de acordo com os princípios do autor de *Emílio*! Como só a religião nos ensinou a conhecer o homem, sua grandeza, sua miséria, seu destino futuro, também cabe unicamente a ela formar sua razão, aperfeiçoar seus costumes, proporcionar-lhe uma felicidade sólida nessa vida e na outra. Sabemos, caríssimos irmãos, quanto uma educação verdadeiramente cristã é delicada e laboriosa. Quanta luz e prudência se exige dela! Que mistura admirável de suavidade e firmeza! Que sagacidade para adaptar-se à diferença de condições, de idades, de temperamentos e de caracteres, sem nunca se afastar em nada das regras do dever! Que zelo e que paciência para fazer frutificar nos jovens corações o germe precioso da inocência, para deles desenraizar, tanto quanto possível, as inclinações viciosas que são os tristes efeitos de nossa corrupção hereditária! Em uma palavra, para ensinar-lhes, seguindo a moral de São Paulo, *a viver neste mundo com temperança, segundo a justiça e com piedade, aguardando a beatitude que é nossa esperança*[12]. Dizemos, pois, a todos que são encarregados da responsabilidade, igualmente difícil quanto honrosa, de educar a juventude: Plantai e regai, na firme esperança que o Senhor, assistindo a vosso trabalho, proporcionará o crescimento; *insisti na hora certa e fora de hora,* segundo o conselho do mesmo apóstolo, *servi-vos de reprimenda, de exortação, de palavras severas, sem perder a paciência e sem cessar de instruir*[13].

---

[11] AGOSTINHO, *Enarrat, in psal.* CXXIV.
[12] Tito, cap. II, v.12, 13.
[13] II Timot., cap. IV, v. 1, 2.

Uni, sobretudo, o exemplo à instrução: a instrução sem exemplo é um opróbrio para aquele que a oferece e um escândalo para aquele que a recebe. Que o piedoso e caridoso Tobias seja vosso modelo: *Recomendai com cuidado a vossos filhos que façam atos de justiça e de caridade, que se lembrem de Deus e o bendigam todo o tempo com sinceridade e com todas as suas forças*[14]; e vossa posteridade, assim como a desse santo patriarca, *será amada por Deus e pelos homens*[15].

XXV. Mas em que tempo a educação deve se iniciar? Desde os primeiros lampejos de inteligência; e esses lampejos são, algumas vezes, prematuros. *Formai a criança no início de seu caminho*, diz o sábio, *e mesmo em sua velhice, ele não se afastará dele*[16]. Esse é, com efeito, o curso ordinário da vida humana: no meio do delírio das paixões e no seio da libertinagem, os princípios de uma educação cristã são uma luz que se reaviva de vez em quando, para desvendar ao pecador todo o horror do abismo em que mergulhou, e mostrar-lhe as saídas. Quantos, para repetir, após os desvios de uma juventude licenciosa, retornaram, pela impressão dessa luz, aos caminhos da sensatez e honraram, por virtudes tardias mas sinceras, a humanidade, a pátria e a religião!

XXVI. Resta-nos, ao terminar, meus caríssimos irmãos, suplicar-vos, pela essência da misericórdia de Deus, que vos fixeis inviolavelmente nessa religião santa, em que tivestes a ventura de ser educados; que vos sustenteis contra a veemência de uma filosofia insensata que não se propõe a nada menos que devastar a herança de Jesus Cristo, tornar suas promessas vãs, e colocá-lo no plano desses fundadores de religião cuja doutrina frívola ou perniciosa provou ser impostura. A fé só é desprezada, abandonada, insultada, por aqueles que não a conhecem, ou de quem perturba as desordens. Mas as portas do inferno nunca prevalecerão contra ela. A Igreja cristã e católica é o começo do império eterno de Jesus Cristo. *Nada é mais forte*

[14] Tobias, cap. XIV, v. 11.
[15] *Ibid.*, v. 17.
[16] Prov., cap. XXII, v. 6.

do que ela, exclama São João Damasceno; *é uma rocha que as vagas não derrubarão, é uma montanha que nada pode destruir*[17].

XXVII. Por estas razões, considerando o livro que tem por título *Emílio ou da Educação, de J. J. Rousseau, cidadão de Genebra, em Amsterdã, por Jean Néaulme, editor, 1762*; depois de haver consultado a opinião de várias pessoas que se distinguem por sua piedade e sua sabedoria, e de ter invocado o santo nome de Deus, nós condenamos o dito livro como contendo uma doutrina abominável, própria a derrubar a lei natural e a destruir os fundamentos da religião cristã; estabelecendo máximas contrárias à moral evangélica; tendendo a perturbar a paz dos Estados, a revoltar os súditos contra a autoridade de seu soberano; contendo um grande número de proposições respectivamente falsas, escandalosas, plenas de ódio contra a Igreja e seus ministros, transgressoras do respeito devido à santa Escritura e à tradição da Igreja, errôneas, ímpias, blasfematórias e heréticas. Em conseqüência, proibimos expressamente a todas as pessoas de nossa diocese de ler ou possuir o referido livro, sob as penas da lei. E nossa presente Carta Pastoral será lida no sermão das missas paroquiais das igrejas da cidade, subúrbios e diocese de Paris; publicada e afixada em todo o lugar que seja necessário.

Escrito em Paris, em nosso palácio arquiepiscopal, no dia vinte de agosto de mil setecentos e sessenta e dois.

Assinado: CHRISTOPHE,
Arcebispo de Paris
Por Monsenhor.
DE LA TOURE.

[17] DAMASC., t. II, p.462, 463.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
CLÁSSICOS DA FILOSOFIA: CADERNOS DE TRADUÇÃO Nº 7
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil
http://www.ifch.unicamp.br/pub - morewa@unicamp.br

http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/

Tel.: (0XX 19)3788.1604 / 3788.1603
Telefax (0XX 19) 3788.1589

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.